



**RELATÓRIO E CONTAS**  
*ANNUAL REPORT*

2011

EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA



<b>Índice</b>	
Conselho de Administração	3
Organigrama	4
Dados Característicos	5
Esquema de Rede de Transporte	6
Síntese	9
Informação Técnica	11
I. Produção	13
II. Transporte	21
III. Distribuição	26
IV. Comercialização	28
V. Qualidade de Serviço	33
VI. Investimento não Específico	33
VII. Recursos Humanos	35
Informação Técnica e Financeira	37
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	69
Relatório e Parecer do Fiscal Único	123
Certificação Legal das Contas Consolidadas	127
Extracto da Acta da Assembleia Geral	133





## Conselho de Administração



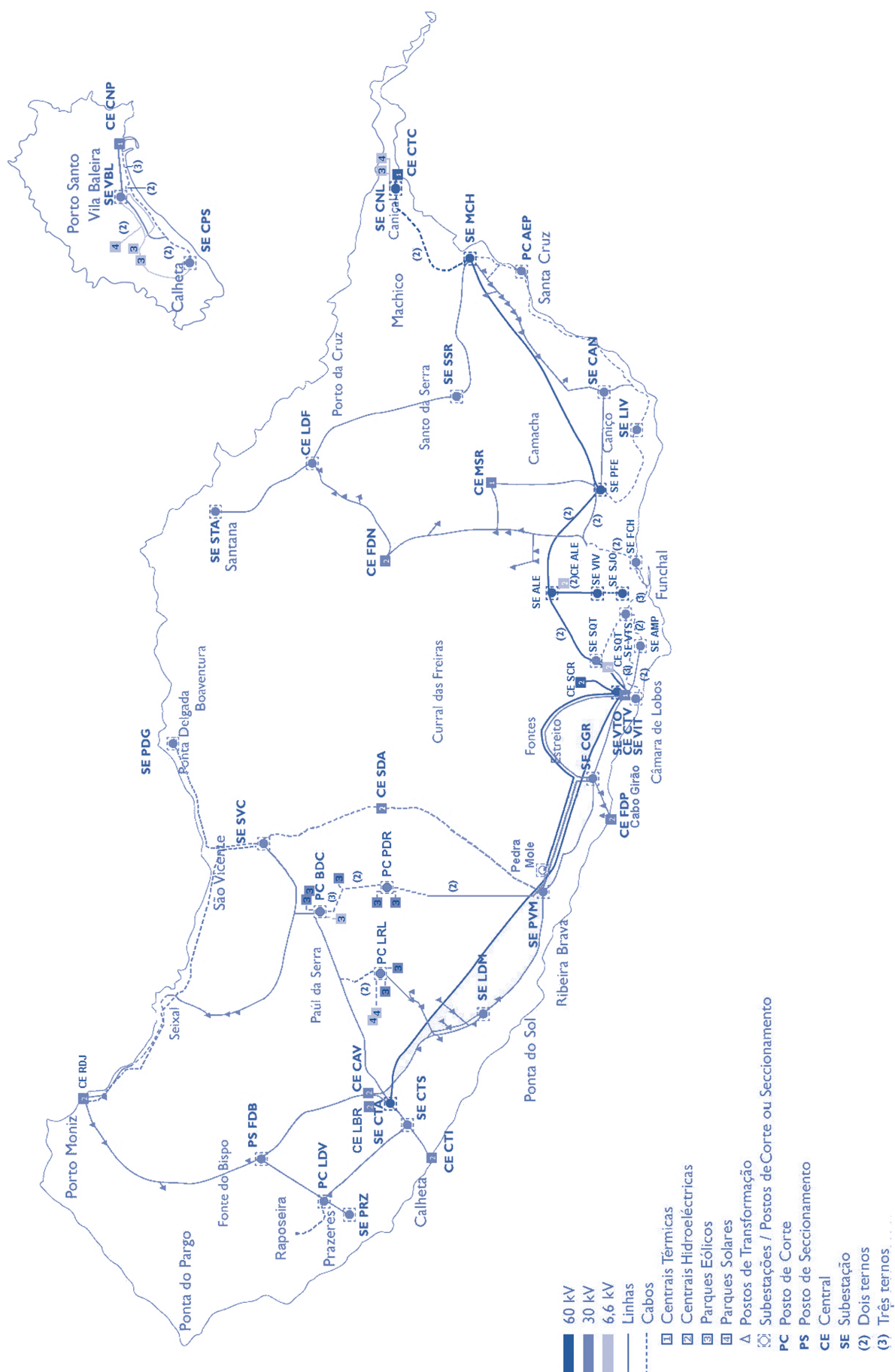
Da esquerda para a direita:  
João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)  
Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)  
Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

## Organigrama

<b>Assembleia Geral</b>		<b>Conselho Fiscal</b>	
Maria de Fátima F. Freitas (Presidente) Rui Antero F. Pestana (Vice-Presidente) Ana Cristina Dantas Andrade (Secretária)		KPMG & Associados, SROC, S.A.	
<b>Conselho de Administração</b>			
Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente) João Heliodoro da S. Dantas (Vice-Presidente) Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)			
<b>Assessoria / Consultadoria</b>	<b>Direcção Geral</b>		<b>Auditoria e Controlo Int.</b>
João Pedro Sousa			Armindo Santos
<b>D.E.P.</b> Direcção de Estudos e Planeamento	<b>D.S.P.</b> Direcção de Serviços de Produção	<b>D.S.T.</b> Direcção de Serviços de Transporte	<b>D.S.D.</b> Direcção de Serviços de Distribuição
Agostinho Figueira	Pontes Leça	José Cotrim	Duarte Afonso
<b>D.S.O.</b> Direcção de Serviços de Obras	<b>D.T.S.J.</b> Direcção de Trabalho e Serviços Jurídicos	<b>D.S.I.</b> Direcção de Sistemas de Informação	<b>N.P.S.</b> Núcleo do Porto Santo
António Marrana	Ana Cristina Dantas	António Nunes	Duarte Afonso

# Dados Característicos

## Esquema da Rede de Transporte




**Origem da produção de energia eléctrica na RAM - (Sistema da EEM)**

GWh	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Madeira</b>	<b>645,71</b>	<b>694,07</b>	<b>673,52</b>	<b>616,70</b>	<b>584,14</b>
Hidroeléctrica	62,76	79,60	135,49	126,70	116,08
Termoeléctrica (Vitória)	582,95	614,47	538,03	490,00	468,06
<b>Porto Santo</b>	<b>37,42</b>	<b>39,35</b>	<b>37,58</b>	<b>32,82</b>	<b>29,62</b>
Termoeléctrica	36,76	38,47	36,93	32,18	29,49
Eólica	0,66	0,88	0,65	0,63	0,13
<b>Total RAM</b>	<b>683,13</b>	<b>733,42</b>	<b>711,09</b>	<b>649,52</b>	<b>613,76</b>

**Aquisição de energia eléctrica - Outras entidades**

GWh	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Madeira</b>	<b>255,21</b>	<b>247,21</b>	<b>266,96</b>	<b>308,24</b>	<b>317,88</b>
Hidroeléctrica	3,55	4,10	4,65	5,00	5,11
Eólica	12,07	13,09	36,90	67,33	71,49
Termoeléctrica (Canical)	201,49	192,81	188,60	194,85	193,34
Resíduos	38,11	37,22	36,51	39,41	34,27
Fotovoltaica*	-	-	0,29	1,65	13,67
<b>Porto Santo</b>	<b>1,19</b>	<b>1,29</b>	<b>1,18</b>	<b>3,80</b>	<b>4,39</b>
Eólica	1,19	1,29	1,17	1,31	0,97
Fotovoltaica*	-	-	0,01	2,49	3,42
<b>Total RAM</b>	<b>256,40</b>	<b>248,51</b>	<b>268,13</b>	<b>312,05</b>	<b>322,27</b>

\*Inclui PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001), microprodução (DL 363/2007) e miniprodução (DL 34/2011).

**Balanço de energia eléctrica na RAM - 2011**

GWh	Emissão para a rede	Fornecimento a Clientes
Madeira	890,99	812,85
Porto Santo	31,67	30,24
<b>Total RAM</b>	<b>922,66</b>	<b>843,09</b>

**Subestações**

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Madeira</b>					
N.º	28	28	28	28	28
Potência Instalada (MVA)	485	528	528	533	533
<b>Porto Santo</b>					
N.º	3	3	3	3	3
Potência Instalada (MVA)	16	16	18	18	20
<b>Total RAM</b>					
N.º	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>31</b>
Potência Instalada (MVA)	<b>501</b>	<b>544</b>	<b>546</b>	<b>551</b>	<b>553</b>

## Postos de Transformação

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Madeira</b>					
N.º	1.583	1.644	1.656	1.667	1.677
Potência Instalada (MVA)	666	696	716	723	731
<b>Porto Santo</b>					
N.º	91	93	93	92	91
Potência Instalada (MVA)	35	35	35	34	34
<b>Total RAM</b>					
N.º	<b>1.674</b>	<b>1.737</b>	<b>1.749</b>	<b>1.759</b>	<b>1.768</b>
Potência Instalada (MVA)	<b>701</b>	<b>731</b>	<b>751</b>	<b>757</b>	<b>765</b>

## Rede de Transporte e Distribuição na RAM

Km	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Baixa Tensão</b>	<b>3.853</b>	<b>3.885</b>	<b>3.914</b>	<b>3.924</b>	<b>3.952</b>
Aérea	3.013	3.017	3.007	2.999	3.003
Subterrânea	839	868	906	925	948
<b>6,6 kV</b>	<b>1.196</b>	<b>1.241</b>	<b>1.287</b>	<b>1.316</b>	<b>1.322</b>
Aérea	546	541	539	532	523
Subterrânea	650	699	748	784	798
<b>30 kV</b>	<b>373</b>	<b>387</b>	<b>392</b>	<b>400</b>	<b>401</b>
Aérea	237	243	245	250	250
Subterrânea	136	144	147	150	150
<b>60 kV</b>	<b>79</b>	<b>79</b>	<b>79</b>	<b>74</b>	<b>74</b>
Aérea	69	69	69	64	64
Subterrânea	10	10	10	10	10
<b>Total RAM</b>	<b>5.499</b>	<b>5.591</b>	<b>5.672</b>	<b>5.714</b>	<b>5.749</b>

## Dados Comerciais

	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Madeira</b>					
Nº Consumidores	<b>128.488</b>	<b>129.636</b>	<b>130.786</b>	<b>131.962</b>	<b>132.782</b>
Consumo (GWh)	<b>805,36</b>	<b>839,32</b>	<b>842,00</b>	<b>830,80</b>	<b>812,85</b>
Doméstico e Agrícola	255,54	259,76	265,25	265,64	261,69
Comércio e Serviços	337,49	358,50	364,32	349,46	344,61
Serviços Públicos	59,11	60,02	60,81	61,29	55,97
Indústria	75,74	74,57	70,80	69,63	68,90
Iluminação Pública	77,48	86,47	80,82	84,78	81,68
<b>Porto Santo</b>					
Nº Consumidores	<b>4.414</b>	<b>4.477</b>	<b>4.560</b>	<b>4.621</b>	<b>4.691</b>
Consumo (GWh)	<b>34,39</b>	<b>36,67</b>	<b>34,92</b>	<b>32,71</b>	<b>30,24</b>
Doméstico e Agrícola	7,10	7,43	7,51	7,31	7,19
Comércio e Serviços	12,37	14,23	13,55	12,00	12,09
Serviços Públicos	3,53	3,65	3,52	3,19	2,89
Indústria	9,43	8,96	7,93	7,87	5,93
Iluminação Pública	1,96	2,40	2,41	2,34	2,14
<b>Total RAM</b>					
Nº Consumidores	<b>132.902</b>	<b>134.113</b>	<b>135.347</b>	<b>136.584</b>	<b>137.473</b>
Consumo (GWh)	<b>839,75</b>	<b>876,00</b>	<b>876,92</b>	<b>863,51</b>	<b>843,09</b>



## Recursos Humanos

	2007	2008	2009	2010	2011
N.º de Trabalhadores	868	865	859	851	830

## Outros Indicadores Financeiros Consolidados

€'000	2007	2008	2009*	2010*	2011*
Volume de Negócios	145.107	171.441	153.259	174.497	193.534
Investimento	39.926	66.823	57.455	46.537	24.396

\*Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

## Síntese

O ano de 2011, fica marcado pelo pedido de assistência financeira efectuado pelo Governo Regional da Madeira ao Governo da República, que culminou com a assinatura, em 27 de Janeiro de 2012, do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, o qual tem como objectivo inverter o desequilíbrio da situação financeira da RAM e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Este programa, determinou a aplicação de um conjunto adicional de medidas, para além das impostas a Portugal, com impacto significativo na economia regional, como sejam a adopção dos níveis de tributação em sede de IRC e IRS iguais ao Continente, o aumento da taxa normal de IVA para 22%, o aumento significativo do ISP, bem como a estrita adopção das medidas de redução remuneratória previstas para as Entidades Públicas. Também a já antecipada perda de muitos dos benefícios fiscais do Centro Internacional de Negócios da Madeira em 2012, fez com que logo em 2011, muitas empresas tivessem abandonado a Região, com as consequentes repercussões negativas nas receitas fiscais, no rendimento disponível das famílias e na economia Madeirense.

Neste contexto, extraordinariamente adverso, as actividades da EEM foram fortemente condicionadas pelo ambiente económico que a rodeia, não lhe tendo sido possível cumprir com o plano de investimentos inicialmente delineado. O volume total de investimento (consolidado) realizado ascendeu assim a 24.396 milhares de Euros, incluindo a componente do “Temporal” (temporal de 20 de Fevereiro de 2010) e do PPDA (Plano de Promoção de Desempenho Ambiental) nos montantes de 418 e 232 milhares de Euros, respectivamente, apresentando a seguinte distribuição relativa, por área de actividade: 33,3% na distribuição/comercialização, 18,1% na produção, 14,7% no transporte e 6,9% em investimento não específico. Os restantes 27,0% foram investidos em empresas participadas da EEM.

## Produção

Os investimentos realizados no sector da produção ascenderam a 4.408 milhares de Euros, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Intervenções em vários troços da rede de canais de adução de água para as diferentes centrais hidroeléctricas;
- Conclusão da requalificação do edifício da Central da Fajã da Nogueira;
- Grandes intervenções nos Grupos nºs 9 e 10 (CTV II);
- Execução de um muro de protecção da ribeira junto à CTV II e III;
- Requalificação da cobertura da CTV II;
- Construção de um parque de estacionamento na CTV III;
- Grande reparação no tanque de fuelóleo na Central Térmica do Porto Santo.

## Transporte

Os investimentos realizados no sector do transporte ascenderam a 3.590 milhares de Euros, incidindo, particularmente, no reforço da rede de transmissão, em remodelações de subestações/postos de corte e em aumentos de potência instalada em subestações.

Nas subestações, são de referir os seguintes investimentos:

- Início dos trabalhos de construção da Subestação da Pedra Mole;
- Início da remodelação do Posto de Corte do Loiral, compreendendo a instalação de celas de 30 kV, de barramento duplo;
- Remodelação de celas de 30 kV na Subestação da Vila Baleira no Porto Santo.

Na rede de transmissão, assinalam-se as seguintes realizações:

- Conclusão dos trabalhos de interligação da linha Paúl – Pedra Mole à linha Cabo Girão - Ponte Vermelha, na zona da Pedra Mole;
- Conclusão das obras relativas às remodelações das linhas aéreas, nomeadamente: Vitória - Palheiro Ferreiro, Palheiro Ferreiro – Machico, Calheta - Vitória e Vitória – Cabo Girão;
- Início da construção do troço de condutas subterrâneas, na zona do Paúl da Serra, integrado no projecto da futura ligação entre a Subestação do Lombo do Doutor e o Posto de Corte do Loiral, em circuito duplo.

## **Distribuição/Comercialização**

Os investimentos realizados no sector da distribuição/comercialização ascenderam a 8.119 milhares de Euros, sendo de destacar os seguintes factos:

- Ligação à rede de 10 novos postos de transformação de serviço público;
- Ligação à rede de 6 novos postos de transformação de serviço particular;
- Construção de 19,39 km da rede de 6,6 kV, sendo 2,15 km do tipo aéreo e 17,24 km de rede subterrânea;
- Remoção de 10,99 km rede de média tensão, essencialmente do tipo aéreo;
- Remodelação de 12,44 km de rede de média tensão;
- Construção de 41,03 km da rede de baixa tensão, com 15,71 km de rede aérea e 25,32 km de rede subterrânea;
- Remoção de 13,65 km rede de média tensão, essencialmente do tipo aéreo;
- Remodelação de 108,41 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 200 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 209 focos de iluminação pública;
- As vendas de energia eléctrica ascenderam a 812,85 GWh na ilha da Madeira e a 30,24 GWh na ilha do Porto Santo, perfazendo um total de 843,09 GWh, na RAM;
- O número médio de clientes ligados à rede em 31 de Dezembro de 2011 ascendia a 132.782 e 4.691 na ilha da Madeira e na ilha do Porto Santo, respectivamente.

## **Outras realizações**

Os investimentos realizados em áreas não específicas, de carácter transversal à Empresa nomeadamente: instalações de uso geral, equipamentos, ferramentas e sistemas de informação, ascenderam a 1.684 milhares de Euros. Neste domínio, destacam-se as instalações e sistemas de informação, com particular relevo nos seguintes projectos:

- Conclusão da instalação do grupo de emergência no edifício Sede;
- Conclusão da recuperação das instalações da EEM na Rua do Carmo-Funchal e do SIAM (Serviço de Inspeção e Aparentagem de Medida), devido ao “Temporal”;
- Aquisição de novos equipamentos de Qualidade da Onda de Tensão;
- Implementação de diversas melhorias no sistema SAP;
- Alterações ao sistema BI – Business Intelligence – (Ferramentas de Reporting);
- Renovação do Data Center;
- Desenvolvimento do projecto WFM – Work Force Management (SGE – Sistema de Gestão de Equipas);
- Implementação de diversas melhorias no sistema SGI (Sistema de Gestão de Interrupções);
- Implementação de um novo sistema de Picagens.



# Informação Técnica



## I. Produção

No exercício de 2011, os investimentos promovidos no sector da produção ascenderam a 4.408 milhares de Euros, sendo de assinalar: grandes intervenções em alguns grupos da Central Térmica da Vitória (CTV II), prolongando-se assim, a vida útil dos respectivos grupos e intervenções nas infra-estruturas hidráulicas nos sistemas afectos às centrais hidroeléctricas.

### A. Ilha da Madeira

#### Aproveitamentos Hidroeléctricos

Dos trabalhos realizados durante o exercício de 2011 nas várias centrais hidroeléctricas, destacam-se os seguintes:

- Conclusão dos trabalhos de requalificação do edifício da Central Hidroeléctrica da Fajã da Nogueira;
- Recuperação da levada da Serra do Faial, afecta ao sistema hidroeléctrico da Fajã da Nogueira, envolvendo a execução de muros de betão ciclópico;
- Trabalhos de recuperação na bacia de decantação da Central Hidroeléctrica da Serra de Água;
- Trabalhos em obras de captação da Ribeira Grande de São Vicente, compreendendo o ensoleiramento do leito da ribeira e a execução de muros de betão ciclópico;
- Trabalhos de protecção de captações na ribeira da Vargem, envolvendo o ensoleiramento do leito da ribeira e a execução de muros de betão ciclópico;
- Ensoleiramento do leito da ribeira da Ameixieira, em apoio das captações;
- Execução do acesso à levada das Rabaças, para efeitos de intervenção e exploração;
- Continuação dos trabalhos preliminares no âmbito do futuro aproveitamento mini-hídrico da Fonte do Juncal;
- No decorrer do concurso público da Barragem do Pico da Urze, parte integrante do Projecto de Ampliação do Aproveitamento Hidroeléctrico da Calheta, foi necessário proceder a uma alteração do projecto por imposição da "Autoridade Nacional de Barragens", o que provocou uma dilação do planeamento previsto. Os vários concursos inerentes a este empreendimento, deverão ser lançados no decorrer de 2012.

#### Centrais Termoeléctricas

Central Térmica da Vitória

Na Central Térmica da Vitória procederam-se aos seguintes trabalhos:

- Grandes intervenções nos Grupos nºs 9 e 10 (CTV II);
- Execução de um muro de protecção da ribeira junto à CTV II e III;
- Requalificação da cobertura da CTV II;
- Construção de um parque de estacionamento na CTV III.

A 31 de Dezembro de 2011, o sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira compreendia uma central termoeléctrica e nove centrais hidroeléctricas com uma potência instalada total de 262,91 MW, sendo que 212,94 MW (81,0%) estão instalados na Central Térmica da Vitória e os restantes 49,97 MW (19,0%) nas centrais hidroeléctricas.

#### Sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira - 2011

	Térmica	Hídrica	Total
N.º de Centrais	1	9	10
Potência Instalada (MW)	212,94	49,97	262,91
Produção (GWh)	468,06	116,08	584,14

### Central termoelétrica da EEM na ilha da Madeira - 2011

	Grupo n.º	Pot. Instalada		Pot. Máx Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
		(MW)	(MVA)				
Central Térmica da Vitória	1, 2	15,00	19,50	10,40	1,06		Fuelóleo
	3	7,50	9,75	5,00	1,47		Fuelóleo
	4, 5, 6	23,40	29,25	18,60	22,34		Fuelóleo
	7, 8, 9, 10	42,24	52,00	34,00	186,28		Fuelóleo
	11, 12, 13, 14, 15	57,60	70,00	47,00	184,75		Fuelóleo
	16	12,80	16,00	12,80	1,05		Dual-Fuel
	17,18,19,20*	54,40	68,15	49,00	71,11		Dual-Fuel
<b>Total - CTV</b>		<b>212,94</b>	<b>264,65</b>	<b>176,80</b>	<b>468,06</b>	<b>458,08</b>	

\*Ciclo Combinado - Grupo N.º 20

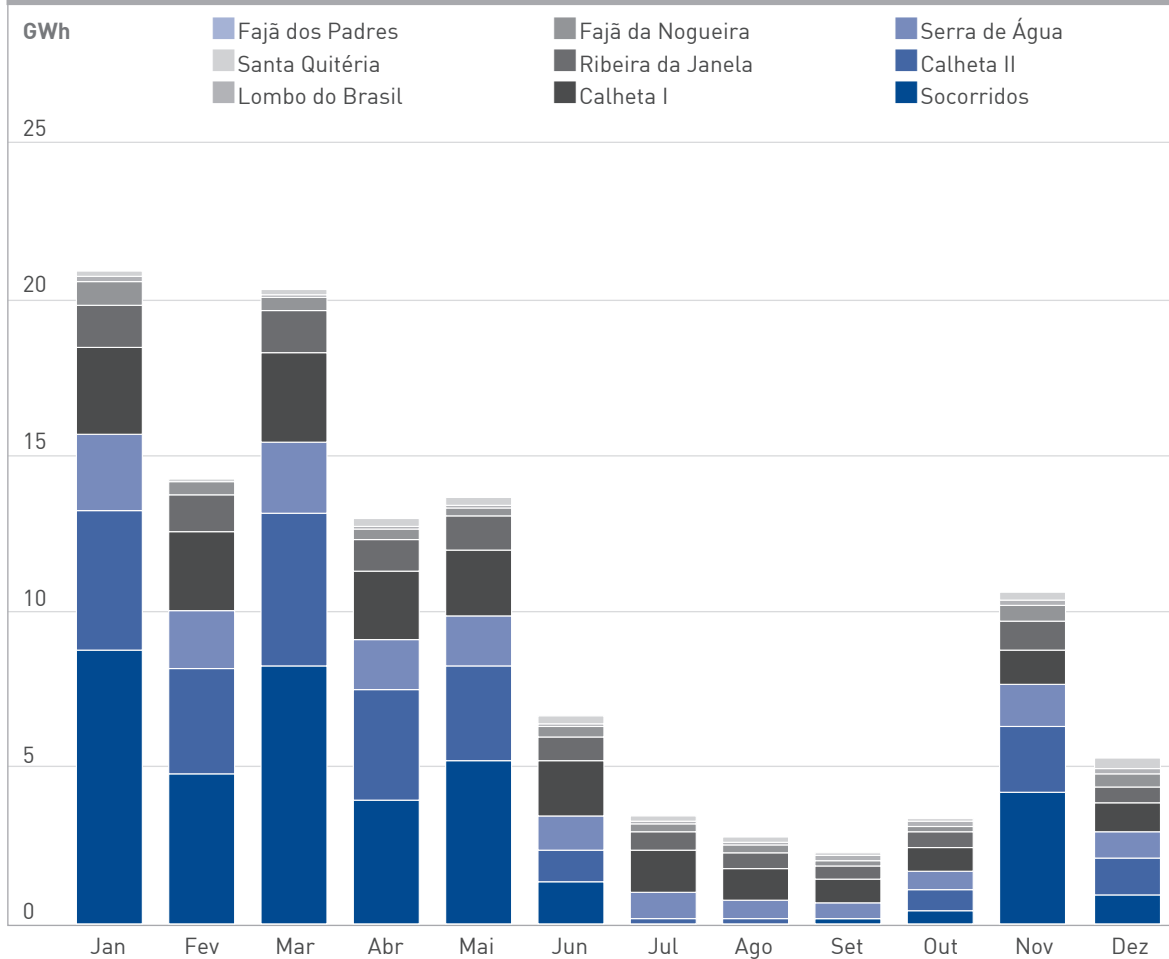
### Centrais hidroelétricas da EEM na ilha da Madeira - 2011

	Pot. Instalada (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Altura de Queda (m)	Tipo de Turbina
Serra de Água	5,20	15,60	15,56	430	Pelton
Calheta I	1,10	20,18	20,01	629	Pelton
	0,52			314	Pelton
	0,50			181	Pelton
	2,40			629	Pelton
Calheta II	7,00	24,69	24,66	637	Pelton
Ribeira da Janela	3,00	10,33	10,23	398	Pelton
Fajã da Nogueira	2,40	4,32	4,25	348	Pelton
Lombo do Brasil	0,45	1,32	1,32	316	Pelton
Fajã dos Padres	1,70	-	-	530	Pelton
Santa Quitéria	1,70	1,99	1,99	212	Pelton
Socorridos	24,00	37,65	37,58	457	Pelton
Bombagem	11,25	-	-	457	Francis
<b>Total EEM*</b>	<b>49,97</b>	<b>116,08</b>	<b>115,60</b>		

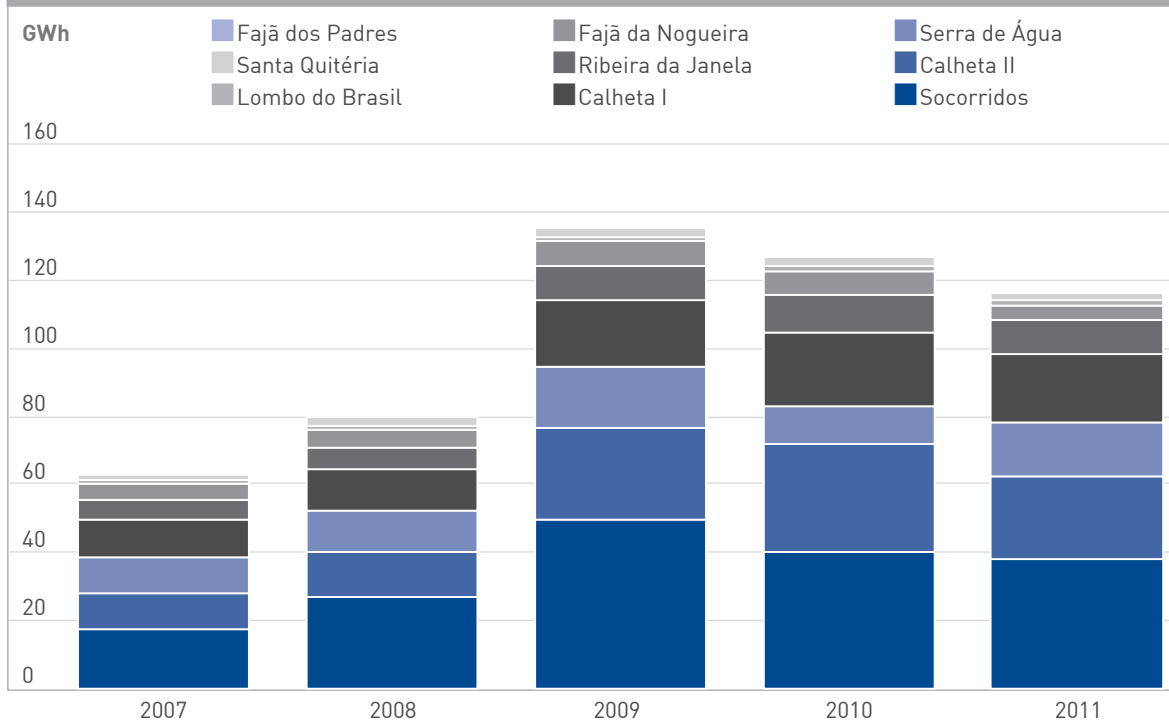
\*Exclui a potência de bombagem

No exercício de 2011, a energia emitida pelas diferentes centrais elétricas da EEM, na ilha da Madeira, ascendeu a 573,68 GWh, sendo 458,08 GWh (79,8%) de origem térmica e 115,60 GWh (20,2%) de origem hidroelétrica, valor este ligeiramente inferior ao do ano anterior mas, ainda assim, significativamente superior ao ano médio, devido a um ano hidrológico favorável.

### Evolução mensal da produção hidroelétrica da EEM na ilha da Madeira - 2011



### Evolução anual da produção hidroelétrica da EEM na ilha da Madeira



A potência instalada nos centros electroprodutores de entidades privadas ascendeu a 105,29 MW, mais 17,1% que em 2010, resultante da entrada em funcionamento de novos parques fotovoltaicos, de um novo parque eólico e do incremento da microprodução.

O quadro seguinte traduz a distribuição dos produtores independentes, por fonte de energia primária:

#### Sistema electroprodutor de entidades privadas na ilha da Madeira - 2011

	Térmica	Hídrica	Eólica	Resíduos	Fotovoltaica*	Total
Nº de Centrais	1	1	9	1	481	<b>493</b>
Potência Instalada (MW)	36,00	0,70	43,91	8,00	16,68	<b>105,29</b>
Aquisição (GWh)	193,34	5,11	71,49	34,27	13,67	<b>317,88</b>

\*Inclui PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001), microprodução (DL 363/2007) e miniprodução (DL 34/2011)

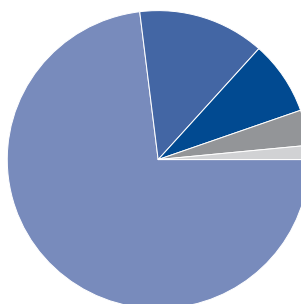
Em 2011, a energia emitida por estes centros produtores atingiu 317,88 GWh, mais 3,1% que no ano anterior. Desta energia, 60,8% foi proveniente da Central Térmica do Caniçal, 22,5% dos parques eólicos, 10,8% da ETRSU, 4,3% dos produtores fotovoltaicos, da microprodução e da miniprodução, sendo os restantes 1,6% oriundos da Central Mini-Hídrica da Terça.

A contribuição dos produtores privados na emissão de energia para a rede da ilha da Madeira, representou 35,7% do valor total.

A repartição da energia emitida para a rede (sistema EEM e produtores privados) em 2011, na ilha da Madeira, foi a seguinte:

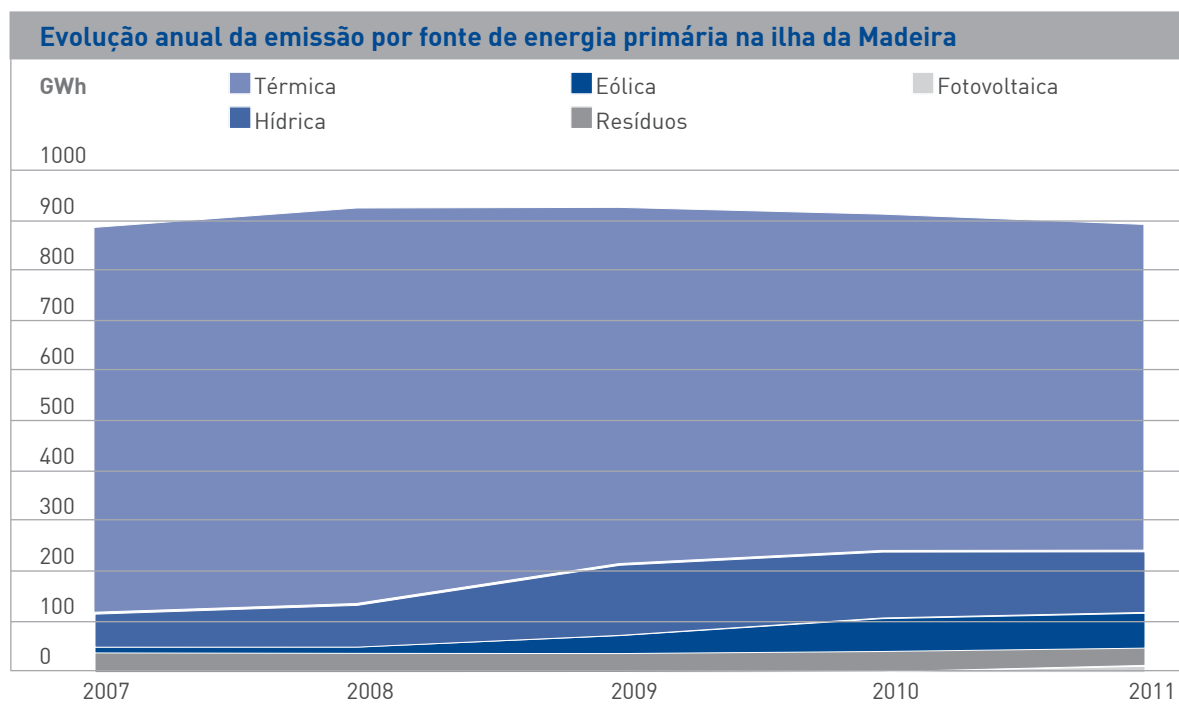
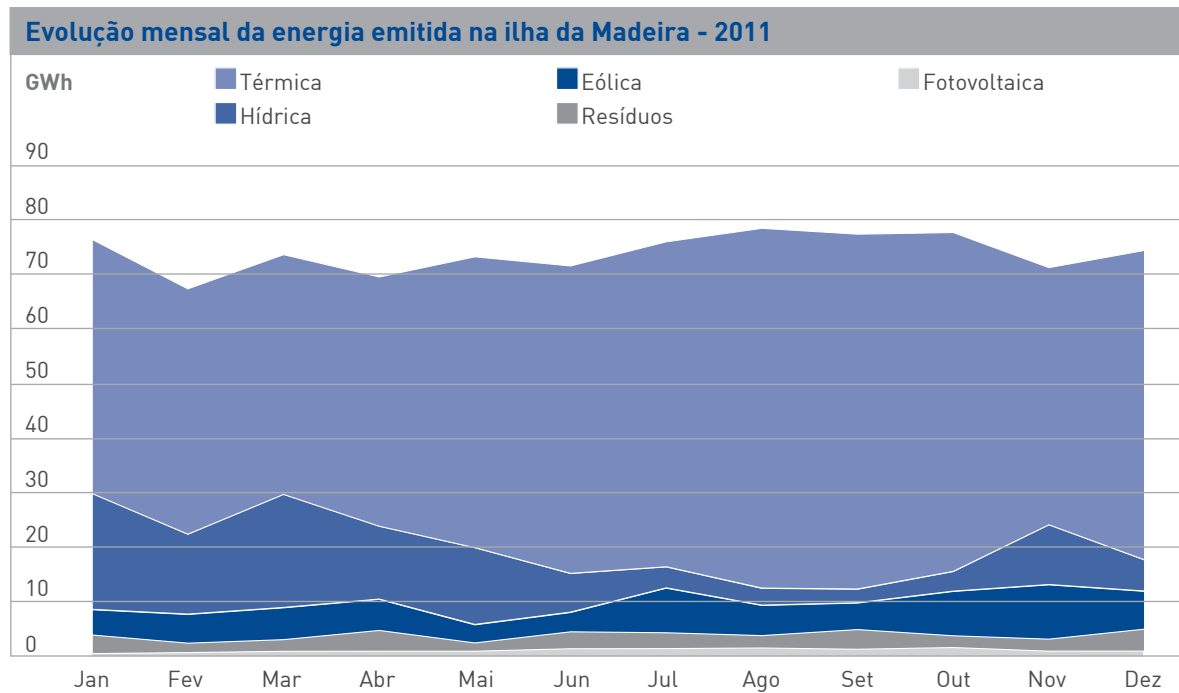
#### Repartição da emissão por fonte de energia primária na ilha da Madeira - 2011

■ Térmica	73,1%
■ Hídrica	13,5%
■ Eólica	8,0%
■ Resíduos	3,9%
■ Fotovoltaica	1,5%



Assim, em 2011, a componente renovável ascendeu a 26,9% do total da energia emitida para a rede, sendo os restantes 73,1% de origem fóssil.

Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:



A ponta anual na ilha da Madeira ocorreu em Janeiro, atingindo o valor de 156,3 MW, representando uma diminuição de 1,6% relativamente ao ano de 2010.



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica da Vitória ascendeu a 102.660 e 720 milhares de litros, respectivamente. Verificou-se uma redução apreciável do consumo de combustíveis em cerca de 5,5%, relativamente ao ano transacto, devido, não só ao aumento da produção renovável (eólica e solar), mas também à redução do consumo de energia e ao aumento da eficiência da Central Térmica da Vitória, através da utilização dos grupos da CTV III (com um consumo específico mais baixo). De salientar o consumo de 528 milhares de litros em Amónia, para efeitos de redução de NOx, na CTV III.

Consumo de combustíveis e lubrificantes no sistema da EEM na ilha da Madeira - 2011				
litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo	Amónia
Central Térmica da Vitória	101.630	1.030	720	528

## B. Ilha do Porto Santo

O sistema electrodutor da ilha do Porto Santo compreende uma central termoelétrica, dois parques eólicos e um parque fotovoltaico. A potência total instalada ascende a 20,44 MW, com 17,28 MW (84,5%) instalados na Central Térmica do Porto Santo, 2,05 MW (10,0%) no parque fotovoltaico e em instalações de microprodução, sendo os restantes 1,11 MW (5,5%) afectos aos dois parques eólicos.

### Central Térmica do Porto Santo

Na Central Térmica do Porto Santo, as principais intervenções foram as seguintes:

- Grande reparação no tanque de fuelóleo;
- Intervenção num muro de contenção envolvente da central.



### Sistema electroprodutor na ilha do Porto Santo - 2011

	EEM		ENEREEM	Privados	Total
	Térmica	P. Eólicos	P. Eólicos	Fotovoltaica*	
Nº de Centrais	1	1	1	16	19
Potência Instalada (MW)	17,28	0,45	0,66	2,05	20,44
Emissão (GWh)	27,15	0,13	0,97	3,42	31,67

\*Inclui PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001) e microprodução (DL 363/2007)

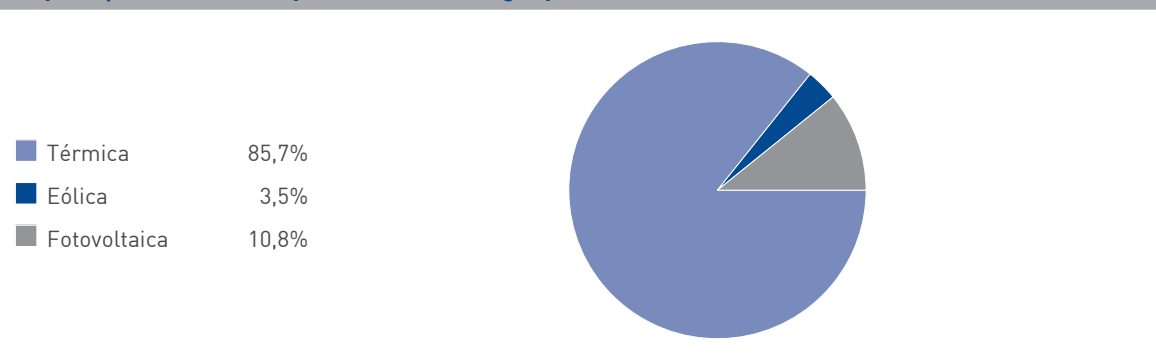
### Central termoelétrica da EEM na ilha do Porto Santo - 2011

	Grupo n.º	Pot. Instalada		Pot. Máx Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
		(MW)	(MVA)				
Central Térmica do Porto Santo	1,2*	10,00	12,86	-	0,02		Gasóleo
	3,4,5	12,96	15,30	11,40	20,52		Fuelóleo
	6	4,32	5,10	3,80	8,95		Fuelóleo
<b>Total - CTPS</b>		<b>17,28</b>	<b>20,40</b>	<b>15,20</b>	<b>29,49</b>	<b>27,15</b>	

\*Grupos desclassificados em 2008

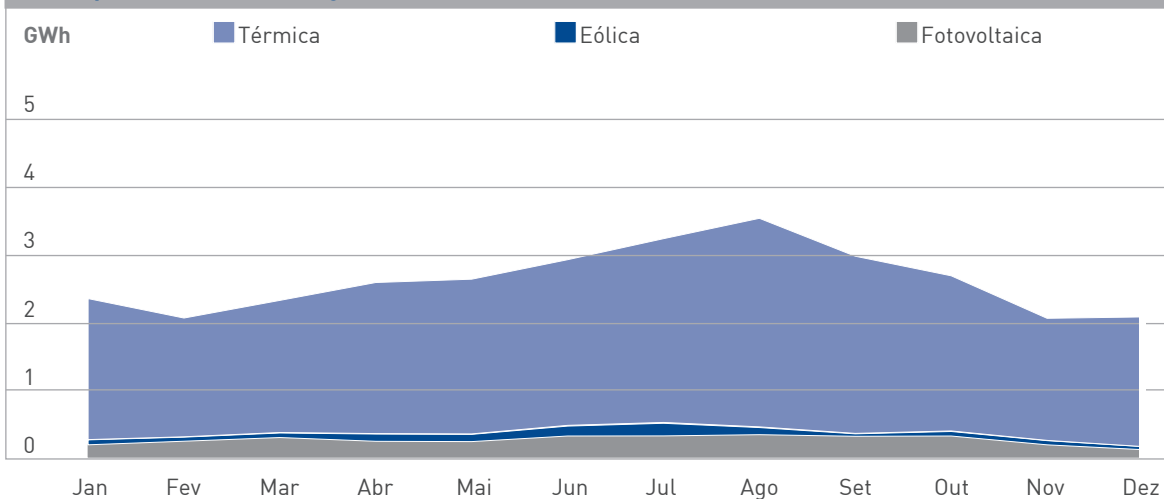
Em 2011, a energia emitida na ilha do Porto Santo ascendeu a 31,67 GWh, sendo que 27,15 GWh (85,7%) foram de origem térmica, 3,42 GWh (10,8%) de origem solar e os restantes 1,10 GWh (3,5%) de origem eólica.

### Repartição da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo - 2011

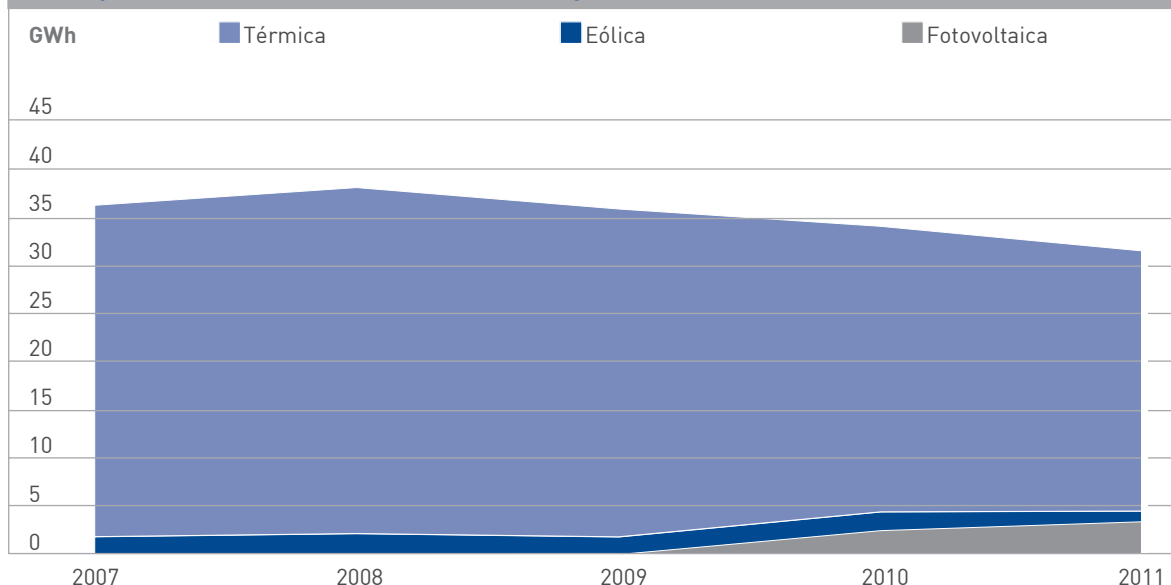


Os gráficos seguintes indicam a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

### Evolução mensal da energia emitida na ilha do Porto Santo - 2011



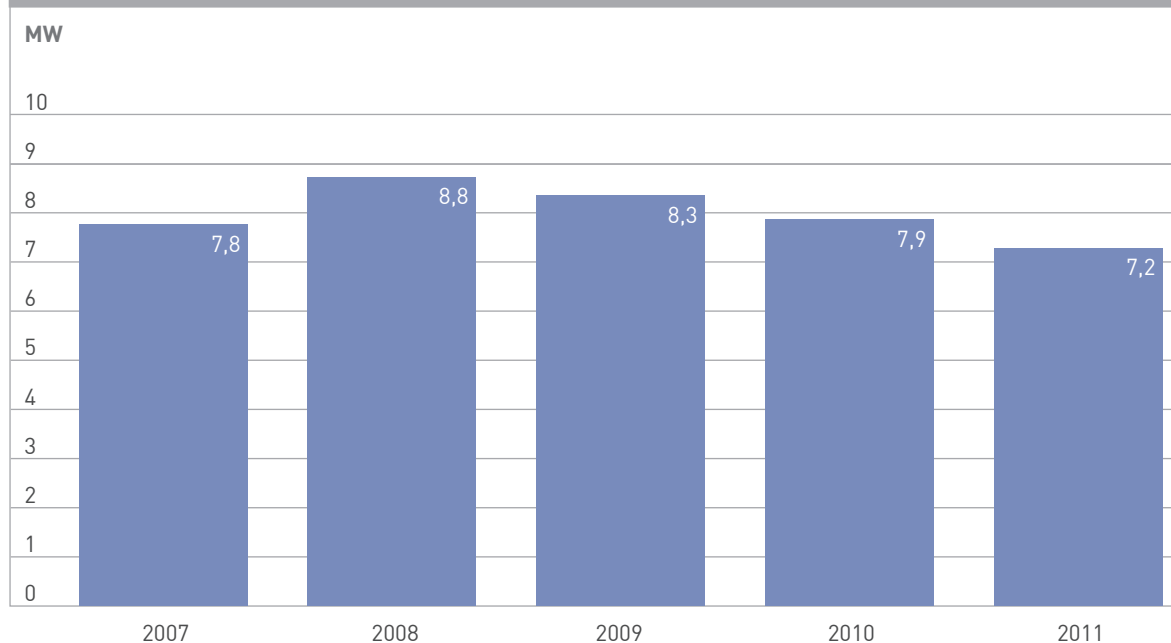
### Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo



A contribuição de energia eólica na ilha do Porto Santo tem-se mantido aproximadamente constante, destacando-se o incremento da componente fotovoltaica, sendo as flutuações resultantes da emissão de origem renovável compensadas pela componente térmica.

A ponta anual na ilha do Porto Santo registou-se em Agosto, tendo atingido 7,2 MW, sendo inferior em 8,1%, relativamente à observada no exercício de 2010.

### Evolução das pontas referidas à produção na ilha do Porto Santo



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica do Porto Santo ascendeu a 7.707 e 32 milhares de litros, respectivamente.

### Consumo de combustíveis e lubrificantes na ilha do Porto Santo - 2011

litros'000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica do Porto Santo	6.742	965	32

Verificou-se um decréscimo do consumo de combustíveis na ordem de 8,0%, relativamente ao exercício anterior, motivado, não só pela diminuição da procura de energia, mas também pelo aumento da contribuição solar fotovoltaica e da microgeração.

## II. Transporte

Na rede de transporte, os investimentos mais significativos verificaram-se ao nível das subestações/postos de corte e nas linhas de transporte, totalizando 3.590 milhares de Euros.

### Subestações e Postos de Corte

No que se refere às subestações, destacam-se:

- O início dos trabalhos de construção da Subestação da Pedra Mole;
- O início da remodelação do Posto de Corte do Loiral, nomeadamente a instalação de celas de 30 kV, com barramento duplo;
- Continuação dos trabalhos de instalação de protecções diferenciais, na Subestação do Palheiro Ferreiro;
- Realização dos projectos de execução e dos processos de concurso para a construção das novas subestações, a saber: Fontes, Prazeres, Lombo do Meio e Amparo. Com excepção da Subestação das Fontes, que será nova, as intervenções nas restantes terão carácter de remodelação total;
- Remodelação de celas de 30 kV na Subestação da Vila Baleira no Porto Santo;
- Instalação e colocação em serviço de um transformador de 6 MVA, 30/6,6 kV, na Subestação de Vila Baleira, no Porto Santo.

Além dos investimentos referidos, assinalam-se ainda as seguintes acções:

- Continuação do programa de beneficiação de transformadores de potência das subestações;
- Realização de trabalhos de manutenção geral, em particular dos transformadores;
- Realização de trabalhos de inspecção termográfica.

### Subestações na RAM - 2011

	Potência instalada (MVA)			Total	Bat. Cond. MVar
	30/6,6 kV	60/30 kV	60/6,6 kV		
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>238,0</b>	<b>170,0</b>	<b>125,0</b>	<b>533,0</b>	<b>32,0</b>
Funchal	3 x 10,0	-	-	30,0	6,0
Amparo	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Vitória 6,6 kV	2 x 10,0	-	-	20,0	4,0
Vitória	-	4 x 25,0	-	100,0	-
Santa Quitéria	10,0	-	-	10,0	-
Virtudes	2 x 15,0	-	-	30,0	2,0
Alegria	-	-	10,0	10,0	-
Viveiros	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
Ponte Vermelha	15,0	-	-	15,0	2,0
Lombo do Meio	4,0	-	-	4,0	-
Central da Calheta	2 x 0,5	-	-	1,0	-
Calheta	10,0	-	-	10,0	-
Lombo do Doutor	-	25,0	-	25,0	-
Ribeira da Janela	6,0	-	-	6,0	-
Serra de Água	4,0	-	-	4,0	-
Lombo do Faial	6,0	-	-	6,0	-
Santana	6,0	-	-	6,0	-
Machico	-	15,0	10,0 + 15,0	40,0	2,0
Assomada	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Livramento	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Palheiro Ferreiro	-	2 x 15,0	2 x 10,0	50,0	2,0
São Vicente	6,0	-	-	6,0	-
Prazeres	2 x 2,0	-	-	4,0	-
Canical	-	-	10,0	10,0	-
Cabo Girão	10,0	-	-	10,0	-
Santo da Serra	6,0	-	-	6,0	-
Ponta Delgada	10,0	-	-	10,0	-
São João	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>20,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20,0</b>	<b>-</b>
Nova Central	4,0	-	-	4,0	-
Vila Baleira	4,0 + 6,0	-	-	10,0	-
Calheta	6,0	-	-	6,0	-
<b>Total RAM</b>	<b>258,0</b>	<b>170,0</b>	<b>125,0</b>	<b>553,0</b>	<b>32,0</b>

### Linhas de Transmissão

Na área das linhas de transmissão, destacam-se os seguintes investimentos:

- A conclusão dos trabalhos de interligação da linha Paúl – Pedra Mole à linha Cabo Girão - Ponte Vermelha, na zona da Pedra Mole, tendo em vista a ligação da nova Subestação da Pedra Mole, que se encontra em fase de construção;
- Conclusão das obras relativas às remodelações, das seguintes linhas aéreas:
  - Linhas de 60 kV:
    - Vitória – Palheiro Ferreiro;
    - Palheiro Ferreiro – Machico;
    - Calheta – Vitória.
  - Linhas de 30 kV:
    - Vitória – Cabo Girão.
- Construção do troço de condutas subterrâneas, na zona do Paúl da Serra, integrado no projecto da futura ligação entre a Subestação do Lombo do Doutor e o Posto de Corte do Loiral, em circuito duplo;
- Continuação da construção do troço de condutas subterrâneas no caminho do Poço Barral;

- Lançamento de concurso para o fornecimento e instalação dos cabos de 60 kV de interligação das subestações Vitória-Amparo-São João-Funchal.

Foram ainda realizadas outras intervenções na rede de transporte, entre as quais a substituição de cadeias de suspensão e amarração, caixas terminais, afastamentos de apoios a pedido de clientes, bem como a desmatação de corredores de linhas e limpeza das bases dos apoios, numa extensão aproximada de 23 km.

No âmbito da monitorização da rede de transporte, são de destacar as seguintes acções:

- Vistoria de cerca de 45 km de linhas aéreas MT de 30 kV;
- Inspeção de caixas de visita de ligações subterrâneas, numa extensão aproximada de 47 km, dos quais 10 km de ligações a 60 kV, sendo as restantes em MT, a 30 kV.

#### Rede de Transporte na RAM - 2011

	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Subestações de 60/30/6,6 kV</b>			
Unidades	8	-	<b>8</b>
Potência instalada (MVA)	295,00	-	<b>295,00</b>
<b>Subestações de 30/6,6 kV</b>			
Unidades	20	3	<b>23</b>
Potência instalada (MVA)	238,00	20,00	<b>258,00</b>
<b>Rede de 60 kV</b>	<b>74,05</b>	<b>-</b>	<b>74,05</b>
Aérea (km)	63,84	-	63,84
Subterrânea (km)	10,21	-	10,21
<b>Rede de 30 kV*</b>	<b>385,34</b>	<b>15,30</b>	<b>400,64</b>
Aérea (km)	245,39	5,10	250,49
Subterrânea (km)	139,95	10,20	150,15
<b>Fibra óptica (km)</b>	<b>569,54</b>	<b>9,11</b>	<b>578,65</b>

\*Inclui redes de distribuição de 30 kV

O quadro seguinte, traduz a alteração da rede de transporte, durante o ano 2011:

<b>Evolução da Rede de Transporte na RAM - 2011</b>			
<b>Km</b>	<b>Madeira</b>	<b>Porto Santo</b>	<b>Total RAM</b>
<b>Ampliações de rede</b>			
<b>Rede de 60 kV</b>	-	-	-
Aérea	-	-	-
Subterrânea	-	-	-
<b>Rede de 30 kV*</b>	<b>0,88</b>	-	<b>0,88</b>
Aérea	0,28	-	0,28
Subterrânea	0,60	-	0,60
<b>Remoções de rede</b>			
<b>Rede de 60 kV</b>	-	-	-
Aérea	-	-	-
Subterrânea	-	-	-
<b>Rede de 30 kV*</b>	<b>(0,30)</b>	-	<b>(0,30)</b>
Aérea	(0,20)	-	(0,20)
Subterrânea	(0,10)	-	(0,10)
<b>Remodelações de rede</b>			
<b>Rede de 60 kV</b>	-	-	-
Aérea	-	-	-
Subterrânea	-	-	-
<b>Rede de 30 kV*</b>	<b>4,67</b>	<b>0,25</b>	<b>4,92</b>
Aérea	4,42	-	4,42
Subterrânea	0,25	0,25	0,50

\*Inclui redes de distribuição de 30 kV

## Telecomunicações

Na área das telecomunicações, assinalam-se as seguintes acções:

- Expansão da rede de cabo de fibra óptica:
  - Instalação de 165 km de fibra óptica, na ilha da Madeira;
  - Expansão da rede a novas instalações:
    - PT Praia da Madalena – SE Lombo da Velha;
    - SE Machico – SE Santana (efectuando a ligação do PT N°2 Via Expresso – SE Santana);
    - SE Livramento – PT Caminho do Terço II;
    - SE Ponta Delgada – Boaventura;
    - PT Pico Cardo – Curral das Freiras;
    - SE Santana – PT Igreja (São Jorge);
    - SE Lombo da Velha – Ponta do Pargo.
  - Redundância no Backbone:
    - Sala Técnica do Despacho – SE Cabo Girão;
    - SE Assomada – SE Machico.
  - Reforço do número de fibras entre os seguintes locais:
    - SE Aeroporto – SE Machico;
    - Livramento – PT Zimbreiros;
    - SE Machico – PT Saída Serra de Água.
- Ampliação/Remodelação das salas técnicas de telecomunicações:
  - Transição dos equipamentos e serviços das subestações de Machico e da Ponte Vermelha, para as novas cabines técnicas.

- Equipamento de telecomunicações por fibra óptica:
  - Expansão da rede SDH;
  - Aumento de capacidade Hit 7060: salas técnicas;
  - Telecomando e Ethernet: Central Hidroelétrica da Serra de Água;
  - Telecomando e Ethernet: Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela;
  - Upgrade do telecomando e Ethernet: SE's da Calheta e dos Prazeres;
  - Upgrade do telecomando: SE's do Lombo do Meio, de São Vicente e de Machico e do PC do Lombo da Velha;
  - Telecomando da Central Hidroelétrica da Fajã da Nogueira via Portela;
  - Telecomando de PT's: Porto Moniz e Igreja São Martinho;
  - Expansão da rede SDH: SE da Ponte Vermelha;
  - Telecomando: Central Hidroelétrica da Calheta.
- Rede Telefónica:
  - Rede telefónica na Central Térmica da Vitória – CTV III;
  - Upgrade da rede telefónica do Porto Santo.

## Centro de Despacho

No que se refere à actividade do Centro de Despacho, assinalam-se as seguintes iniciativas:

- Extensão da monitorização e controlo da potência do parque eólico Loiral II;
- Operação do Sistema de Gestão de Indisponibilidades;
- Desenvolvimento de uma aplicação (no SCADA), para gestão automática de setpoints dos parques eólicos;
- Instalação da nova central de comunicações telefónicas, permitindo segmentação e gravação de chamadas;
- Introdução de novos conteúdos no sítio da intranet: <http://despacho>, nomeadamente:
  - Aperfeiçoamento e disponibilização de informação histórica, na aplicação Diagrama de Cargas Interactivo;
  - Desenvolvimento de uma aplicação interactiva, para a informação diária.
- Manutenção dos equipamentos adstritos ao Centro de Despacho, SPIDER (sistema SCADA) e Unidades Remotas Terminais.

### III. Distribuição

Relativamente à rede de distribuição, o investimento foi direccionado, essencialmente, para a remodelação e construção de novas linhas de MT, postos de transformação e redes de BT/IP.

A extensão da rede de distribuição MT e BT é indicada no seguinte quadro:

Rede de Distribuição na RAM - 2011			
Km	Madeira	Porto Santo	Total
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>1.247,67</b>	<b>73,87</b>	<b>1.321,54</b>
Aérea	505,99	17,17	523,16
Subterrânea	741,68	56,70	798,38
<b>Rede de BT</b>	<b>3.833,11</b>	<b>118,74</b>	<b>3.951,85</b>
Aérea	2.951,07	52,43	3.003,50
Subterrânea	882,04	66,31	948,35

Postos de Transformação na RAM - 2011						
	Privados		Públicos		Total	
	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)
Funchal	106	80.125	471	254.940	577	335.065
Câmara de Lobos	16	10.290	115	43.085	131	53.375
Ribeira Brava	4	2.010	112	34.275	116	36.285
Ponta do Sol	3	930	58	19.910	61	20.840
Calheta	4	1.680	126	33.525	130	35.205
Porto Moniz	-	-	49	12.630	49	12.630
São Vicente	6	2.010	56	17.025	62	19.035
Santana	9	5.335	90	21.290	99	26.625
Machico	32	19.815	124	48.690	156	68.505
Santa Cruz	35	22.950	261	100.010	296	122.960
Porto Santo	21	12.535	70	21.560	91	34.095
<b>Total RAM</b>	<b>236</b>	<b>157.680</b>	<b>1.532</b>	<b>606.940</b>	<b>1.768</b>	<b>764.620</b>

Os concelhos com maior potência instalada são o Funchal, Santa Cruz e Machico com 335.065 kVA, 122.960 kVA e 68.505 kVA, respectivamente.

#### A. Ilha da Madeira

Na ilha da Madeira, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 10 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 4.590 kVA e 6 de serviço particular com uma potência instalada de 5.210 kVA;
- Construção de 15,91 km da rede de 6,6 kV, sendo 2,15 km do tipo aéreo e 13,76 km de rede subterrânea;
- Remoção de 9,74 km rede de média tensão, essencialmente do tipo aéreo;
- Remodelação de 10,79 km de rede média tensão;
- Construção de 37,33 km da rede de baixa tensão, com 15,57 km de rede aérea e 21,76 km de rede subterrânea;
- Remodelação em 106,77 km da rede de baixa tensão;
- Instalação de 152 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 197 focos de iluminação pública.



## B. Ilha do Porto Santo

Para a ilha do Porto Santo, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 3,48 km de rede média tensão;
- Remoção de 2,38 km de rede média tensão aérea e 1,3 km de rede média tensão subterrânea;
- Remodelação de 1,65 km de rede média tensão;
- Instalação de 3,70 km de rede de baixa tensão;
- Remodelação de 1,64 km de rede baixa tensão;
- Instalação de 48 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 12 focos de iluminação pública.

### Evolução da Rede de Distribuição na RAM - 2011

	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Ampliações de rede</b>			
<b>PT's de Serviço Público</b>			
Unidades	10	-	10
Potência (kVA)	4.590	-	4.590
<b>PT's de Serviço Particular</b>			
Unidades	6	-	6
Potência (kVA)	5.210	-	5.210
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>15,91</b>	<b>3,48</b>	<b>19,39</b>
Aérea (km)	2,15	-	2,15
Subterrânea (km)	13,76	3,48	17,24
<b>Rede de Baixa Tensão</b>	<b>37,33</b>	<b>3,70</b>	<b>41,03</b>
Aérea (km)	15,57	0,14	15,71
Subterrânea (km)	21,76	3,56	25,32
<b>Remoções de rede</b>			
<b>Postos de Transformação</b>			
Unidades	(6)	(1)	(7)
Potência (kVA)	(2.045)	(160)	(2.205)
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>(9,74)</b>	<b>(3,68)</b>	<b>(13,42)</b>
Aérea (km)	(8,61)	(2,38)	(10,99)
Subterrânea (km)	(1,13)	(1,30)	(2,43)
<b>Rede de Baixa Tensão</b>	<b>(8,50)</b>	<b>(5,15)</b>	<b>(13,65)</b>
Aérea (km)	(8,40)	(2,89)	(11,29)
Subterrânea (km)	(0,10)	(2,26)	(2,36)
<b>Remodelações de rede</b>			
<b>PT's de Serviço Público</b>			
Unidades	5	1	6
Potência (kVA)	130	(90)	40
<b>PT's de Serviço Particular</b>			
Unidades	1	-	1
Potência (kVA)	115	-	115
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>10,79</b>	<b>1,65</b>	<b>12,44</b>
Aérea (km)	6,93	1,40	8,33
Subterrânea (km)	3,86	0,25	4,11
<b>Rede de Baixa Tensão</b>	<b>106,77</b>	<b>1,64</b>	<b>108,41</b>
Aérea (km)	91,79	1,64	93,43
Subterrânea (km)	14,98	-	14,98

## IV. Comercialização

O balanço energético da RAM, no exercício de 2011, registou os seguintes valores:

Balanço de energia eléctrica na RAM - 2011			
MWh	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Produção das Centrais</b>	<b>584.136</b>	<b>29.625</b>	<b>613.762</b>
Térmica	468.059	29.490	497.549
Fuel	467.006	29.470	496.477
Gasóleo	1.052	20	1.072
Hídrica	116.077	-	116.077
Eólica	-	135	135
<b>Consumo e perdas das Centrais</b>	<b>10.462</b>	<b>2.340</b>	<b>12.802</b>
<b>Emissão própria</b>	<b>573.674</b>	<b>27.286</b>	<b>600.960</b>
<b>Aquisições a outros produtores do SEPM</b>	<b>193.340</b>	<b>-</b>	<b>193.340</b>
Térmica	193.340	-	193.340
Fuel	193.340	-	193.340
<b>Aquisições à PRE</b>	<b>124.537</b>	<b>4.389</b>	<b>128.926</b>
Hídrica	5.112	-	5.112
Eólica	71.486	967	72.452
Resíduos	34.270	-	34.270
Fotovoltaica	11.750	3.346	15.097
Microprodução	1.919	76	1.995
<b>Total da energia entrada na rede</b>	<b>891.552</b>	<b>31.674</b>	<b>923.226</b>
Bombagem	563	-	563
<b>Emissão para a rede do SEPM</b>	<b>890.989</b>	<b>31.674</b>	<b>922.663</b>
<b>Consumos próprios</b>	<b>887</b>	<b>47</b>	<b>934</b>
<b>Fornecimentos SEPM</b>	<b>812.849</b>	<b>30.237</b>	<b>843.085</b>
MT	167.400	10.709	178.109
BT	645.448	19.528	664.976
<b>Energia Saída da Rede</b>	<b>813.736</b>	<b>30.283</b>	<b>844.019</b>
<b>Perdas</b>	<b>77.253</b>	<b>1.391</b>	<b>78.644</b>

O consumo de energia eléctrica verificado em 2011 traduz um decréscimo de 2,2% e de 7,6% nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, respectivamente.

Energia vendida a clientes do SEPM por níveis de tensão e por regimes tarifários - 2011						
GWh	AT	MT	BTE	BTN	IP	Total
Energia	-	178,11	149,94	431,21	83,82	<b>843,09</b>

Na RAM, o consumo de média tensão atingiu 178,11 GWh, enquanto que o de baixa tensão foi de 664,98 GWh, com um peso relativo de 21,1% e 78,9%, respectivamente, do valor total.

Os quadros seguintes apresentam a distribuição dos consumos e consumidores, por concelho e por tipo de uso:

#### Consumo por actividade na RAM - 2011

GWh	Usos Domést.	Hotela.	Comércio e Serv.	Ind.	Usos Agri.	Ilum. Púb.	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>255,64</b>	<b>145,49</b>	<b>193,80</b>	<b>68,90</b>	<b>6,05</b>	<b>81,68</b>	<b>55,97</b>	<b>5,31</b>	<b>812,85</b>	<b>100,0%</b>
	<b>31,4%</b>	<b>17,9%</b>	<b>23,8%</b>	<b>8,6%</b>	<b>0,7%</b>	<b>10,0%</b>	<b>6,9%</b>	<b>0,7%</b>	<b>100,0%</b>	
Funchal	109,44	103,31	131,00	15,17	0,49	20,00	31,66	2,51	413,57	50,9%
Câm. Lobos	29,77	5,15	10,04	10,43	0,88	9,46	2,82	0,56	69,10	8,4%
Rib. Brava	12,38	2,58	7,19	1,25	0,09	6,81	1,43	0,48	32,20	4,0%
Ponta do Sol	8,97	2,34	2,31	1,90	0,62	3,46	1,12	0,16	20,89	2,6%
Calheta	13,33	4,11	4,08	1,14	0,64	6,28	1,65	0,19	31,42	3,9%
Porto Moniz	4,56	1,44	1,16	0,26	0,36	4,26	0,82	0,02	12,89	1,5%
S. Vicente	5,83	2,15	1,76	0,82	0,14	4,18	0,92	0,32	16,13	2,0%
Santana	7,77	2,12	3,81	0,72	0,33	4,66	1,38	0,19	20,99	2,6%
Machico	21,95	5,45	11,86	15,02	1,32	10,27	3,02	0,22	69,12	8,5%
Santa Cruz	41,63	16,84	20,59	22,19	1,18	12,29	11,15	0,66	126,55	15,6%
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>7,13</b>	<b>6,87</b>	<b>5,02</b>	<b>5,93</b>	<b>0,06</b>	<b>2,14</b>	<b>2,89</b>	<b>0,20</b>	<b>30,24</b>	
	<b>23,6%</b>	<b>22,7%</b>	<b>16,6%</b>	<b>19,6%</b>	<b>0,2%</b>	<b>7,0%</b>	<b>9,6%</b>	<b>0,7%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total RAM</b>	<b>262,77</b>	<b>152,37</b>	<b>198,82</b>	<b>74,83</b>	<b>6,11</b>	<b>83,82</b>	<b>58,86</b>	<b>5,51</b>	<b>843,09</b>	
	<b>31,2%</b>	<b>18,1%</b>	<b>23,6%</b>	<b>8,9%</b>	<b>0,7%</b>	<b>9,9%</b>	<b>7,0%</b>	<b>0,6%</b>	<b>100,0%</b>	

#### Consumidores por actividade na RAM - 2011

	Usos Domést.	Hotela.	Comércio e Serv.	Ind.	Usos Agri.	Ilum. Púb.	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>110.769</b>	<b>2.099</b>	<b>13.401</b>	<b>943</b>	<b>1.326</b>	<b>1.685</b>	<b>1.984</b>	<b>575</b>	<b>132.782</b>	<b>100,0%</b>
	<b>83,4%</b>	<b>1,6%</b>	<b>10,1%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,5%</b>	<b>0,4%</b>	<b>100,0%</b>	
Funchal	46.223	1.061	7.744	252	104	453	970	191	56.998	42,9%
Câm. Lobos	12.022	142	1.167	93	216	149	179	69	14.037	10,6%
Rib. Brava	5.998	75	493	44	61	141	90	37	6.939	5,2%
Ponta do Sol	4.309	57	321	47	105	72	66	24	5.001	3,8%
Calheta	6.539	93	436	54	88	154	114	68	7.546	5,7%
Porto Moniz	1.649	50	143	16	88	77	80	8	2.111	1,6%
S. Vicente	3.076	62	239	25	208	75	65	23	3.773	2,8%
Santana	4.267	72	357	35	144	108	104	18	5.105	3,8%
Machico	8.641	203	832	123	133	189	148	54	10.323	7,8%
Santa Cruz	18.045	284	1.669	254	179	267	168	83	20.949	15,8%
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>3.949</b>	<b>88</b>	<b>395</b>	<b>45</b>	<b>18</b>	<b>67</b>	<b>88</b>	<b>41</b>	<b>4.691</b>	
	<b>84,2%</b>	<b>1,9%</b>	<b>8,4%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,8%</b>	<b>0,9%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total RAM</b>	<b>114.718</b>	<b>2.187</b>	<b>13.796</b>	<b>988</b>	<b>1.344</b>	<b>1.752</b>	<b>2.072</b>	<b>616</b>	<b>137.473</b>	
	<b>83,4%</b>	<b>1,6%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,5%</b>	<b>0,5%</b>	<b>100,0%</b>	

Em Dezembro de 2011, o número médio de consumidores ligados à rede na RAM, ascendeu a 137.473, representando um acréscimo de 0,7%, relativamente ao exercício de 2010.

### Consumo / Clientes - Distribuição por actividades na RAM - 2011

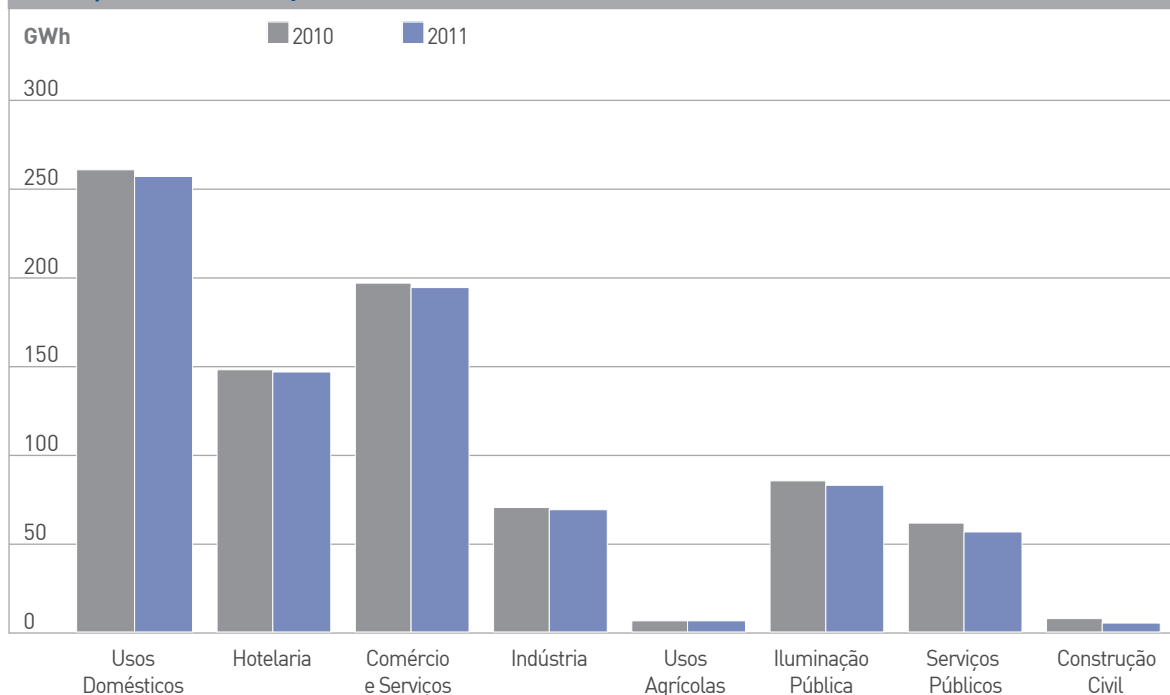
	Média e Baixa Tensão			Baixa Tensão			Usos Domésticos		
	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>812,85</b>	<b>132.782</b>	<b>6,12</b>	<b>645,45</b>	<b>132.560</b>	<b>4,87</b>	<b>255,64</b>	<b>110.769</b>	<b>2,31</b>
Funchal	413,57	56.998	7,26	307,09	56.886	5,40	109,44	46.223	2,37
Câm. Lobos	69,10	14.037	4,92	57,74	14.020	4,12	29,77	12.022	2,48
Rib. Brava	32,20	6.939	4,64	31,57	6.936	4,55	12,38	5.998	2,06
Ponta do Sol	20,89	5.001	4,18	19,52	4.996	3,91	8,97	4.309	2,08
Calheta	31,42	7.546	4,16	31,16	7.542	4,13	13,33	6.539	2,04
Porto Moniz	12,89	2.111	6,10	12,85	2.109	6,09	4,56	1.649	2,76
S. Vicente	16,13	3.773	4,28	15,66	3.770	4,15	5,83	3.076	1,90
Santana	20,99	5.105	4,11	18,98	5.099	3,72	7,77	4.267	1,82
Machico	69,12	10.323	6,70	51,80	10.290	5,03	21,95	8.641	2,54
Santa Cruz	126,55	20.949	6,04	99,08	20.912	4,74	41,63	18.045	2,31
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>30,24</b>	<b>4.691</b>	<b>6,45</b>	<b>19,53</b>	<b>4.670</b>	<b>4,18</b>	<b>7,13</b>	<b>3.949</b>	<b>1,81</b>
<b>Total RAM</b>	<b>843,09</b>	<b>137.473</b>	<b>6,13</b>	<b>664,98</b>	<b>137.230</b>	<b>4,85</b>	<b>262,77</b>	<b>114.718</b>	<b>2,29</b>

O consumo médio por cliente ascendeu a 6,13 MWh/Cliente. Os valores mais elevados verificaram-se nos concelhos do Funchal, Machico e Porto Santo. O consumo médio por cliente de Usos Domésticos na RAM atingiu o valor de 2,29 MWh, sendo ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior. Os valores mais elevados ocorreram nos concelhos do Porto Moniz, Machico e Câmara de Lobos.

## A. Ilha da Madeira

Na ilha da Madeira, a distribuição dos consumos por actividade, manteve-se sensivelmente idêntica ao padrão verificado nos últimos anos. O consumo de Usos Domésticos registou o maior valor relativo com 31,4%, seguido do sector do Comércio e Serviços com 23,8% e do sector da Hotelaria com 17,9%.

### Evolução do consumo por actividade na ilha da Madeira - 2010/2011

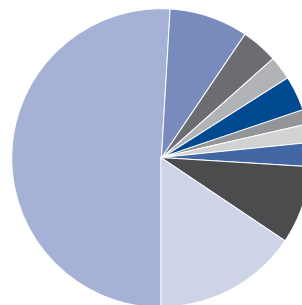


O concelho do Funchal, com 42,9% do número de clientes, foi responsável por 50,9% do consumo de energia eléctrica na ilha da Madeira, seguido pelos concelhos de Santa Cruz com 15,6%, Câmara de Lobos com 8,5% e Machico com 8,4%.

Quanto à evolução do consumo por sector de actividade, verificou-se um aumento de 5,9% nos Usos Agrícolas. Em sentido oposto, registou-se uma diminuição do consumo em 24,1% na Construção Civil, 8,7% nos Serviços Públicos e 3,8% na Iluminação Pública, relativamente ao exercício anterior.

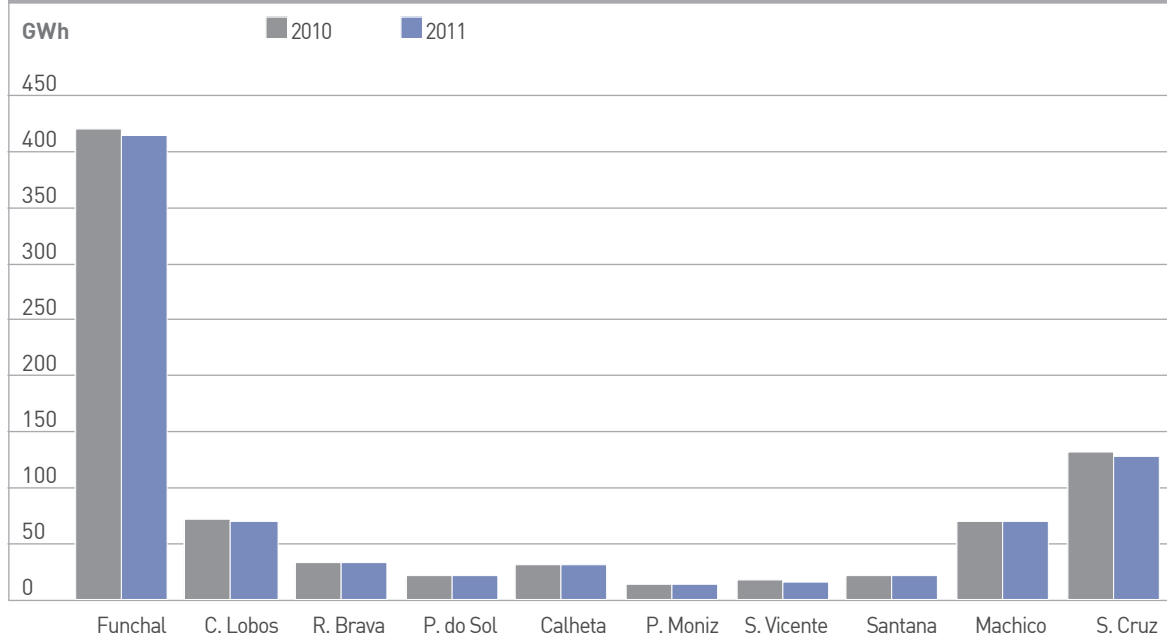
#### Consumos por concelho na ilha da Madeira - 2011

Funchal	50,9%	Porto Moniz	1,6%
Câm. de Lobos	8,5%	S. Vicente	2,0%
Rib. Brava	4,0%	Santana	2,6%
Ponta do Sol	2,6%	Machico	8,4%
Calheta	3,8%	Santa Cruz	15,6%



Num contexto de decréscimo dos consumos, o concelho que apresentou a maior taxa de crescimento dos consumos, relativamente a 2010, foi o concelho de Machico, com crescimento na ordem dos 0,3%.

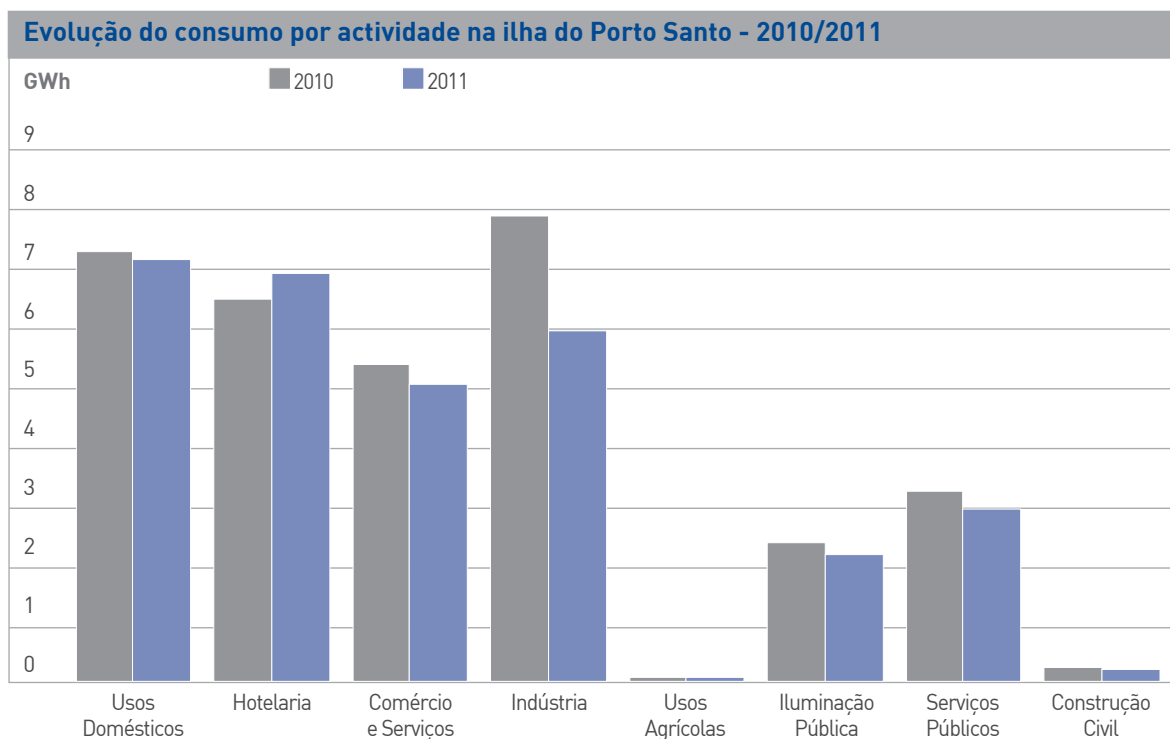
#### Evolução do consumo por concelho na ilha da Madeira - 2010/2011



Em 2011, foram ligados à rede da ilha da Madeira 820 novos clientes, perfazendo um total de 132.782 (crescimento na ordem dos 0,6%), dos quais, 222 com contagem em média tensão.

## B. Ilha do Porto Santo

A taxa de evolução do consumo de energia eléctrica na ilha do Porto Santo, face a 2010, sofreu um decréscimo na ordem de 7,6%, em resultado do abrandamento da actividade económica.



A distribuição dos principais consumos de energia eléctrica por actividade, apresentou os seguintes valores relativos: 23,6% em Usos Domésticos, 22,7% na Hotelaria e 19,6% na Indústria.

O sector da Hotelaria registou um aumento dos consumos em 6,8% relativamente a 2010. Por outro lado, registou-se uma diminuição do consumo de 24,7% na Indústria, 9,6% nos Serviços Públicos e 8,3% na Iluminação Pública, relativamente ao exercício anterior.

Foram ligados à rede 70 novos clientes, perfazendo um total de 4.691 (crescimento na ordem dos 1,5%), dos quais 21 são em média tensão. O consumo de média e baixa tensão atingiu 10,71 GWh e 19,53 GWh, com uma distribuição de 35,4% e 64,6%, respectivamente.

## V. Qualidade de Serviço

A caracterização da Qualidade de Serviço na RAM, tem por base o disposto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) e compreende, essencialmente, as seguintes áreas:

- Continuidade de Serviço;
- Qualidade da Onda de Tensão;
- Qualidade Comercial.

Neste contexto, a EEM tem procurado munir-se dos recursos necessários de forma a cumprir com as disposições regulamentares, destacando-se, em 2011, as seguintes iniciativas:

- Investimentos na melhoria dos sistemas existentes de Qualidade da Onda de Tensão, tendo como principal objectivo, a melhoria do processo de comunicações e de registo, aumentando assim a sua operacionalidade;
- Adjudicação do novo sistema de gestão de comunicações e recolha de informação para o cálculo dos indicadores de Qualidade da Onda de Tensão, de forma mais eficiente;
- Aquisição de dois novos equipamentos de Qualidade da Onda de Tensão, um a ser instalado na nova Subestação da Pedra Mole e outro na Subestação da Central da Vitória (30 kV);
- Realização de inquérito de satisfação aos Clientes para obtenção dos indicadores gerais de avaliação e satisfação de Clientes.

A Qualidade de Serviço é objecto de um relatório específico, publicado anualmente no mês de Abril, encontrando-se disponível no sítio Internet da EEM.

Os indicadores de Continuidade de Serviço das redes de Transporte e Distribuição em AT, MT e BT das ilhas da Madeira e Porto Santo, referentes ao ano 2011, encontram-se dentro dos limites impostos regularmente, traduzindo um nível adequado da continuidade de serviço. Quanto à Qualidade da Onda de Tensão, os resultados das campanhas levadas a cabo demonstram que, de uma forma geral, estão a ser cumpridas as condições estipuladas pelo RQS. No que tange à Qualidade Comercial, a EEM continua empenhada na melhoria dos processos, dos recursos humanos e tecnologias, visando constituir-se como referência nesta área.

## VI. Investimento Não Específico

O investimento não específico realizado pela EEM em 2011 atingiu 1.684 milhares de Euros, compreendendo a construção de infra-estruturas de apoio e iniciativas na área dos sistemas de informação. Alguns investimentos dizem respeito à recuperação de instalações/infra-estruturas, na sequência do temporal de 20 de Fevereiro de 2010.

### VI.I - Infra-estruturas de Apoio

Foram realizados alguns investimentos em infra-estruturas de apoio, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Conclusão da instalação do grupo de emergência no edifício Sede;
- Conclusão da recuperação das instalações da EEM, à Rua do Carmo-Funchal e Rua do Ribeirinho, na sequência dos danos causados pelo “temporal”.

### VI.II - Sistemas de Informação

A EEM continuou a desenvolver diversas iniciativas de reestruturação e modernização dos sistemas de informação, de âmbito comercial e técnico, no sentido de melhorar o serviço aos seus Clientes, bem como implementar alterações de processos decorrentes da regulação e de imposições legais.

As principais acções implementadas foram as seguintes:

- Desenvolvimentos SAP

Nesta área são de assinalar os seguintes desenvolvimentos:

- ASEC – Apoio Social Especial para o consumo de Energia;
- Alteração extraordinária dos escalões do IVA;
- IEC – Imposto Especial Sobre o Consumo de Energia;
- *Enhancement Package 4* – Upgrade do SAP.

- Alterações no BI - *Business Intelligence* - *Ferramentas de Reporting*

Durante o ano de 2011 a EEM implementou um conjunto alargado de reports de negócio, que tiveram como objectivo principal a criação de mecanismos de controlo dos processos de facturação e cobrança.

- Renovação do *Data Center*

Durante o ano de 2011, a EEM viu-se na necessidade de renovar a componente de servidores do seu “*Data Center*”, que apresentavam claras perdas de performance. Optou-se por uma infra-estrutura baseada na tecnologia *Blade*, com virtualização do *hardware* instalado, garantindo assim a renovação com níveis mais elevados de segurança, integridade e disponibilidade das diversas plataformas de tecnológicas existentes na EEM, com um custo inferior.

- WFM – *Work Force Management* (SGE - Sistema de Gestão de Equipas)

Em 2011, procedeu-se à implementação deste sistema, tendo-se já precedido ao lançamento do concurso público para a aquisição do mesmo. Esta plataforma incide sobre sistemas geradores de tarefas de ordens de trabalho SGI e SAP/IS-U, que terá incidência no sistema de Planeamento e Manutenção (PM, não existente na EEM), permitindo completar o ciclo de relação entre o Cliente e a EEM.

- Melhorias SGI

Procedeu-se a vários melhoramentos nesta plataforma, no sentido de garantir uma maior optimização e eficiência.

- Sistema de Picagens

Decorrente de uma necessidade administrativa da EEM, foi necessário implementar um novo sistema de registo de assiduidade. Esta necessidade prende-se com a disponibilização de um comprovativo “*físico digital*” do registo efectuado pelo colaborador.



## VII. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2011, o quadro de pessoal da EEM, S.A., era composto por 830 trabalhadores no activo, sendo 811 efectivos e 19 com contrato a termo certo.

Recursos Humanos por função					
	2007	2008	2009	2010	2011
Engenheiros	64	74	68	73	73
Outros c/ curso superior	28	29	36	36	36
Engenheiros técnicos	9	11	9	8	8
Pessoal c/ funções industriais	467	450	459	459	446
Pessoal c/ funções administrativas	273	262	256	255	249
Auxiliares	11	12	8	9	7
Outros c/ contrato a termo certo	16	27	23	11	11
<b>Total</b>	<b>868</b>	<b>865</b>	<b>859</b>	<b>851</b>	<b>830</b>

Dos 830 trabalhadores, 786 prestavam serviço na ilha da Madeira e os restantes 44 na ilha do Porto Santo.

### Acções de formação

Durante o ano de 2011, concretizaram-se várias acções de formação abrangendo 539 trabalhadores num total de 11.115 horas, das quais 10.708 horas foram de formação externa e 407 horas de formação interna.



# Informação Económica e Financeira

## 1 - Informação Económica e Financeira

### Enquadramento

Com a falência do Banco “Lehman Brothers” no ano de 2008, a economia Europeia e Norte-Americana, entraram num período recessivo sem paralelo na história recente. A sucessão de factos e acontecimentos após a queda do “Lehman Brothers”, muito por via da adopção de políticas orçamentais fortemente expansionistas, em contra ciclo económico, provocaram desequilíbrios orçamentais excessivos que obrigaram a implementação de medidas de austeridade, tornando o ambiente económico e financeiro ainda mais depressivo, especialmente na Europa. Deste modo, foi sem surpresa, que se assistiu aos pedidos de resgate financeiro da Grécia, Irlanda, Islândia e Portugal, bem como à aplicação de fortes medidas de contingência em Estados, com outra ordem de grandeza económica na Europa do Sul, nomeadamente a Espanha e a Itália.

A rapidez e a “violência” das medidas de controlo orçamental adoptadas conduziram a uma travagem brutal da actividade económica, provocando uma súbita e repentina degradação das condições de vida das populações, cujo impacto social começa agora a ser mais visível, com a quantificação dos níveis de desemprego, do número de falências e de novos emigrantes.

Neste ambiente económico extremamente adverso, o ano de 2011, veio a confirmar-se como um ano também particularmente difícil no que respeita à capacidade de financiamento das empresas portuguesas. Na verdade, por força da descida da notação de “rating” da República Portuguesa, para nível de lixo, e pelo efeito de arrastamento que essa classificação aportou ao sector empresarial público e privado, o acesso ao crédito nos mercados internacionais ficou completamente vedado. Simultaneamente, as instituições de crédito nacionais, tendo também ficado condicionadas por fortes limitações de obtenção de liquidez e pela necessidade de alcançar rácios de solvabilidade mais robustos (“Core Tier I” de 10% no final de 2012), tiveram necessidade de desalavancar a sua actividade, exercendo uma forte pressão sobre as empresas, no sentido reduzir a sua exposição creditícia e de aumentar significativamente a sua margem comercial (spreads).

No caso específico da Região Autónoma da Madeira, o ano de 2011 fica igualmente marcado pelo pedido de assistência financeira do Governo Regional ao Governo da República, que culminou com a assinatura, no início de 2012, de um programa de ajustamento específico para a Região. Também a já antecipada perda de muitos dos benefícios fiscais do Centro Internacional de Negócios da Madeira em 2012, fez com que logo em 2011, muitas empresas tivessem abandonado a Região, com as consequentes repercussões negativas nas receitas fiscais, no rendimento disponível das famílias e da economia Madeirense.

Neste contexto, extraordinariamente adverso, as actividades da EEM foram fortemente condicionadas pela recessiva e restritiva envolvente económica e financeira. Assim, em 2011, a procura de energia sofreu uma contracção de 2,4%, os prazos médios de recebimento e o nível de incumprimento dos clientes aumentaram, tendo o investimento diminuído significativamente face ao verificado em anos anteriores, por dificuldades na obtenção de financiamento.

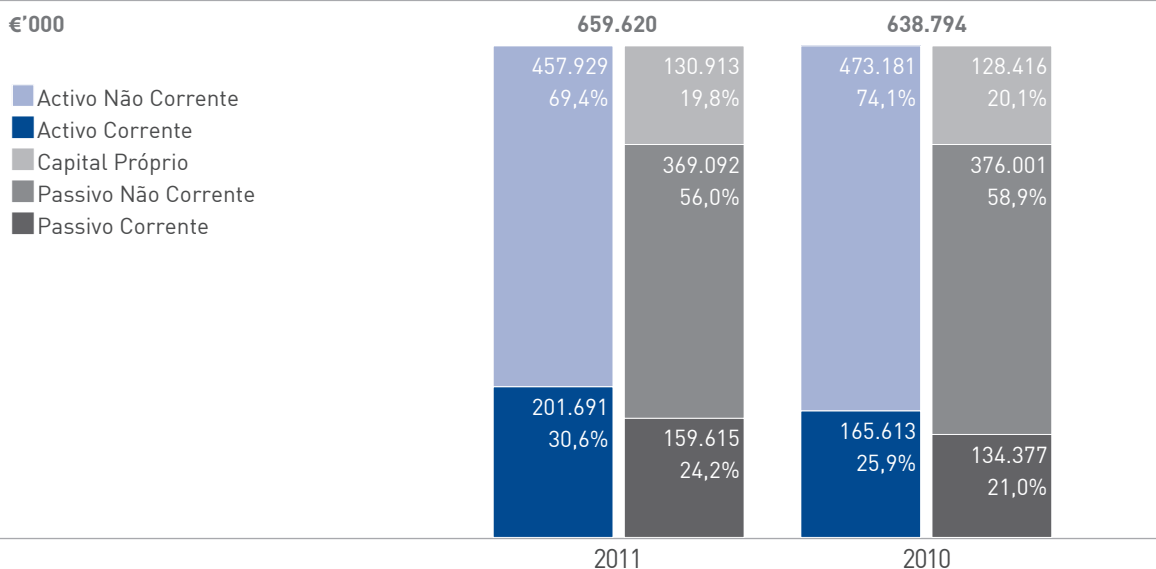
Não podemos deixar de salientar que às fortes restrições de tesouraria que a EEM enfrentou em 2011, acresceu o incumprimento do Despacho Ministério da Economia e da Inovação, de 3 de Outubro de 2008. Em boa verdade, as tarifas de energia eléctrica definidas em 2008 para vigorar em 2009, não se afiguravam suficientes para cobrir todas as estimativas de custos para o sistema eléctrico, pelo que o Governo Central decidiu que a compensação tarifária definida nas Tarifas de 2009 para a EEM e para a EDA, contemplava nesse ano e a título excepcional, a afectação do montante de 50 milhões de Euros, (EEM: 24.173.186 Euros e EDA: 25.826.814 Euros), em conformidade com o Despacho do Senhor Ministro da Economia e da Inovação. O referido Despacho, previa ainda que o pagamento daquele montante deveria ocorrer até 31 de Janeiro de 2009 o que, todavia, não veio a verificar-se até à presente data. No entanto, no final do exercício económico de 2009, isto é, já em 2010, verificou-se que as empresas insulares, por desfasamento de pressupostos, teriam que devolver ao

sistema eléctrico sensivelmente o mesmo montante, ou seja, cerca de 50 milhões de Euros. Neste enquadramento, parecia lógico e legítimo considerar-se que não tendo recebido os mencionados 50 milhões de Euros, as empresas também não teriam de devolver o montante idêntico relativo ao excedente apurado. No entanto, a ERSE, ao fixar as tarifas para 2011 obrigou as empresas insulares a devolver ao sistema eléctrico o excedente tarifário apurado em 2009, acrescido de encargos financeiros, não obstante o facto de o já mencionado Despacho não fazer qualquer menção a juros compensatórios pelo não cumprimento das obrigações do Estado.

Também importa realçar, que o Contrato de Convergência Tarifária de Energia Eléctrica para o período compreendido entre 1998 a 2002, assumido pelo Governo da República através do Ministério da Economia, não vem sendo cumprido, desde Setembro de 2009, já se encontrando pendentes de liquidação 9 prestações trimestrais (1 referente ao ano de 2009, quatro de 2010, quatro de 2011) e respectivos juros, ascendendo a 9.718 milhares de Euros. Este novo incumprimento volta assim a penalizar a tesouraria da EEM e a constituir mais um motivo de preocupação. Finalmente, convém realçar, que se espera que no ano de 2012 seja possível contratualizar planos de recebimento para as dívidas de Entidade Oficiais Regionais por protocolar, que em 31 de Dezembro do ano ora findo ascendiam a 72.240 milhares de Euros.

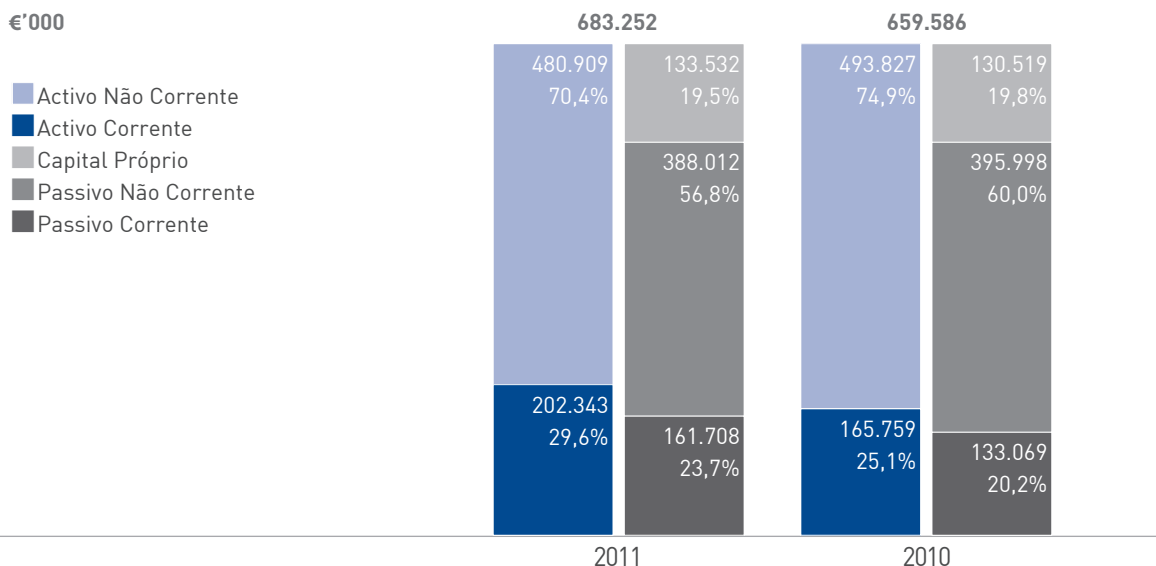
### Estrutura de Balanço Individual

€'000



### Estrutura de Balanço Consolidado

€'000



## Balanço

O valor total de Balanço da EEM em 2011, ascendeu a 659.620 milhares de Euros (consolidado: 683.252 milhares de Euros), crescendo 3,3% face a 2010 (consolidado: 3,6%).

Imobilizado				
€'000	Individual		Grupo	
	2011	2010	2011	2010
Bruto	811.204	792.872	848.429	823.503
Depreciações e amortizações acumuladas	427.779	400.129	435.776	406.419
Líquido	383.425	392.743	412.653	417.084

O Imobilizado líquido, que representa 58,1% do Activo total da EEM (consolidado: 60,4%), atingiu 383.425 milhares de Euros (consolidado: 412.653 milhares de Euros), apresentando uma diminuição de 2,4% comparativamente a 2010 (consolidado: 1,1%).

Em função da conjuntura económica e financeira de 2011, a EEM teve de assumir um plano de investimentos muito criterioso mas simultaneamente limitado e restritivo, executado num cenário macroeconómico de recessão, que provocou uma contracção da procura de energia em 2,4%, face a 2010.

O montante total de investimento da EEM, em 2011, ascendeu 17.802 milhares de Euros, incluindo 208 milhares de Euros de juros capitalizados (consolidado: 24.396 milhares de Euros), apresentando um decréscimo de 61,7% (consolidado: 47,6%) comparativamente ao valor realizado em 2010 (46.462 milhares de Euros).

O investimento repartiu-se pelas principais actividades da EEM, da seguinte forma:

• Produção:	4.408 milhares de Euros;
• Transporte:	3.590 milhares de Euros;
• Distribuição/Comercialização:	8.119 milhares de Euros;
• Não específico:	1.684 milhares de Euros;
• Empresas Subsidiárias:	6.594 milhares de Euros.

O investimento realizado pela EEM em 2011 (base individual), bem como a comparação face ao plano de investimento, excluindo juros capitalizados, é apresentado no quadro seguinte:

Investimento			
€'000	Projectado 2011	Real 2011	Desvio%
Plano base	27.323	16.944	(38,0%)
Temporal	1.274	418	(67,2%)
PPDA	355	232	(34,6%)
<b>Total</b>	<b>28.952</b>	<b>17.594</b>	<b>(39,2%)</b>

Como se verifica, o volume de investimento realizado em 2011 atingiu 17.594 milhares de Euros, integrando a componente do Temporal e do PPDA, nos montantes de 418 e 232 milhares de Euros, respectivamente, ficando assim, globalmente, bastante abaixo dos valores do plano de investimento (39,2%), o que corresponde a um desvio de 11.358 milhares de Euros.

O quadro seguinte, traduz o investimento realizado comparativamente ao orçamento, excluindo a

contabilização das licenças de emissão de CO2 atribuídas à EEM, por área de actividade:

<b>Investimento <i>(detalhado)</i></b>			
€'000	Projectado 2011	Real 2011	Desvio%
<b>Plano base:</b>			
P-Sistema de Produção	6.473	4.251	(34,3%)
T-Rede de Transporte	9.905	3.479	(64,9%)
D-Rede de Distribuição	8.855	7.625	(13,9%)
INE-Investimento Não Específico	2.090	1.589	(24,0%)
<b>Subtotal: P+T+D+INE</b>	<b>27.323</b>	<b>16.944</b>	<b>(38,0%)</b>
<b>Temporal:</b>			
P-Sistema de Produção	499	25	(95,0%)
T-Rede de Transporte	16	36	125,0%
D-Rede de Distribuição	554	262	(52,7%)
INE-Investimento Não Específico	205	95	(53,7%)
<b>Subtotal: P+T+D+INE</b>	<b>1.274</b>	<b>418</b>	<b>(67,2%)</b>
<b>PPDA - IE</b>	<b>355</b>	<b>232</b>	<b>(34,6%)</b>
<b>Total</b>	<b>28.952</b>	<b>17.594</b>	<b>(39,2%)</b>

O investimento realizado em 2011, associado ao sistema electroprodutor da EEM ascendeu a 4.251 milhares de Euros, sendo que a taxa de realização global ficou aquém em 34,3%, correspondendo a -2.222 milhares de Euros face ao valor previsto. Grande parte do desvio na taxa de execução do sistema electroprodutor deve-se ao atraso na implementação do projecto de ampliação do sistema hidroeléctrico da Calheta, resultante da necessidade de reavaliar os projectos das barragens, na sequência de pareceres das entidades competentes. De salientar que, a “obra” associada ao projecto apenas será iniciada quando for assegurado o respectivo financiamento bancário, bem como a comparticipação de fundos comunitários. Só este empreendimento é responsável por 96% dos desvios dos investimentos no sistema electroprodutor, face ao plano de investimento, com -2.140 milhares de Euros.

Os investimentos previstos para as áreas do transporte e distribuição foram muito condicionados pela degradação da conjuntura económico-financeira, resultando numa menor materialização de investimentos em 40,8%, correspondendo a -7.656 milhares de Euros, face ao plano.

No sector específico do transporte que compreende os centros de controlo e telemedida, as subestações e postos de corte e as linhas de transporte, a execução financeira, num montante de 3.479 milhares de Euros, ficou 64,9% aquém do previsto. A fraca taxa de execução deveu-se, essencialmente, ao adiamento de alguns projectos, no contexto, já anteriormente referido, de contracção da procura, de restrições de ordem financeira, e da reprogramação de algumas intervenções relacionadas com o projecto do novo sistema hidroeléctrico da Calheta (Calheta III), nomeadamente alterações de linhas e a remodelação da subestação do Lombo do Doutor. Também o abrandamento e/ou suspensão dos trabalhos de construção de algumas vias rodoviárias na RAM, levou ao adiamento do lançamento de redes de condutas eléctricas subterrâneas da EEM.

No que tange à rede de distribuição, a execução financeira do plano de investimentos, num montante de 7.625 milhares de Euros, apresenta um desvio inferior à dos sectores da produção e transporte, situando-se 13,9% abaixo do projectado. No entanto, o investimento na rede de distribuição de Baixa tensão (BT) ficou praticamente em linha com o planeado, sendo que os desvios ocorreram, essencialmente, na componente das redes de distribuição de Media tensão (MT) e nos postos de transformação.

No que concerne à rubrica de Investimento Não Específico, a taxa de realização foi de 76,0% do previsto, resultando, deste modo, num desvio de -501 milhares de Euros.

Os investimentos relacionados com a recuperação dos danos provocados pelo Temporal de 20 de Fevereiro de 2010, ascenderam a 418 milhares de Euros, ficando 67,2% abaixo do planeado para 2011, sendo de salientar que as obras co-financiadas pelo FSUE (Fundo de Solidariedade da União Europeia), foram todas concluídas durante o ano e que as intervenções a co-financiar pelo BEI (Banco Europeu de Investimento), na área da produção, foram reprogramadas, devido a atrasos na elaboração dos respectivos processos de concurso público.

No que toca aos investimentos no âmbito do PPDA, a execução financeira no valor de 232 milhares de Euros ficou 34,6% aquém do planeado. Esta redução da execução financeira não afectou a realização dos projectos, tendo-se ficado a dever a poupanças obtidas em sinergias decorrentes de outras intervenções em locais coincidentes e ao facto de ter sido possível obter propostas mais competitivas para a execução de algumas tarefas.

Do acima exposto, conclui-se que muitas das variações/diferenças ocorridas face ao orçamento, têm por base as seguintes principais razões:

- Fortes restrições/condicionamentos de ordem financeira;
- Adiamento de intervenções, face ao atraso de projectos conexos;
- Morosidade/complexidade de alguns projectos;
- Abrandamento dos trabalhos de construção de algumas vias rodoviárias, com consequentes adiamentos no lançamento das redes de condutas eléctricas subterrâneas da EEM.

Relativamente às empresas subsidiárias, há a destacar na Enereem, a conclusão e entrada em funcionamento do parque eólico do Loiral II, constituído por 2 aerogeradores de 3 MW cada, cujo valor total do investimento ascendeu a 6.431 milhares de Euros, dos quais 6.399 milhares de Euros realizados em 2011.

No que concerne às participações financeiras, a diminuição de 1.000 milhares de Euros no valor das participações em base individual, deveu-se, essencialmente, à redução do justo valor de participações cotadas em bolsa em cerca de 4.248 milhares de Euros, tendo, por outro lado, as participações registadas pelo Método da equivalência patrimonial (MEP) sofrido um aumento de 3.248 milhares de Euros. Em termos consolidados, por via da anulação das participações nas empresas do Grupo, o aumento das participações registadas pelo MEP foi de apenas 167 milhares de Euros, apresentando as participações financeiras uma diminuição total de 4.081 milhares de Euros.

As restantes rubricas do Activo não corrente, que incluem protocolos e contractos com Entidades Oficiais e Convergência tarifária a receber a mais de um ano, bem como impostos diferidos, atingiram o montante de 54.760 milhares de Euros (consolidado: 54.615 milhares de Euros), tendo sofrido um decréscimo de 8,3% comparativamente ao ano anterior. Esta evolução provém, essencialmente, do facto de o Ajustamento tarifário do ano de 2011, a receber dois anos depois (neste caso em 2013) ser inferior ao calculado em 2010 (17.356 milhares de Euros em 2011 e 18.381 milhares de Euros em 2010) e da redução no valor não corrente do Protocolo em vigor com o Governo Central referente à Convergência de 1998 a 2002 (registado ao custo amortizado), que foi transferido para o Activo corrente (4.039 milhares de Euros em 2011 e 7.961 milhares de Euros em 2010).



### Capitais Permanentes

€'000	Individual		Grupo	
	2011	2010	2011	2010
<b>Capital próprio</b>				
Valor	130.913	128.416	133.532	130.519
%	26,0%	25,0%	26,0%	25,0%
<b>Passivo não corrente</b>				
Valor	369.092	376.001	388.012	395.998
%	74,0%	75,0%	74,0%	75,0%
<b>Capitais permanentes</b>				
Valor	500.005	504.417	521.544	526.517
%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os Capitais permanentes (Capitais próprios e Dívidas a terceiros de médio longo prazos) representam 75,8% (consolidado: 76,3%) do total do Balanço, assegurando uma adequada cobertura financeira dos Activos fixos.

Os Capitais próprios no valor de 130.913 milhares de Euros (consolidado: 133.532 milhares de Euros), apresentaram um crescimento de 1,9% (consolidado: 2,3%), tendo o Resultado líquido atingido 5.219 milhares de Euros (consolidado atribuível ao Grupo: 5.650 milhares de Euros).

O Passivo não corrente decresceu 1,8% em relação ao ano anterior devido, essencialmente, à redução verificada no capital em dívida a instituições financeiras a médio e longo prazo, no valor de 4.404 milhares de Euros, em virtude da transferência para passivo bancário de curto prazo de 19.404 milhares de Euros, e pelo facto de ter sido desembolsada a segunda tranche, no montante de 15.000 milhares de Euros, de um empréstimo contraído junto do BEI, cujo valor total ascende a 75.000 milhares de Euros, com maturidade de 16 anos.

Ainda no passivo não corrente, verificou-se uma redução das responsabilidades por benefícios pós-emprego no valor de 2.748 milhares de Euros, devido à actualização de alguns pressupostos, com o objectivo de equiparar as regras de atribuição de benefícios ao universo dos trabalhadores da EEM, às regras vigentes para a generalidade dos funcionários públicos.

### Fundo de Maneio

€'000	Individual		Grupo	
	2011	2010	2011	2010
Activo corrente	201.691	165.613	202.343	165.759
Passivo corrente	159.615	134.377	161.708	133.069
Fundo de maneio	42.076	31.236	40.635	32.690

O Activo corrente no valor de 201.691 milhares de Euros (165.613 milhares de Euros em 2010) apresenta um acréscimo de 36.078 milhares de Euros, que resulta, fundamentalmente, do aumento verificado no saldo de Convergência tarifária a receber em cerca de 27.249 milhares de Euros, dos empréstimos concedidos a empresas participadas no valor de 8.703 milhares de Euros, bem como do aumento do saldo líquido de clientes em cerca de 4.680 milhares de Euros. Por outro lado verificou-se uma redução total nas rubricas de inventários, dívidas do Estado, outros devedores e credores e disponibilidades, na ordem dos 5.334 milhares de Euros.

O Passivo corrente, ascendeu a 159.615 milhares de Euros, apresentando um acréscimo de 25.238 milhares de Euros face a 2010.

Este aumento é justificado pelo efeito líquido dos aumentos verificados nas dívidas a Instituições de crédito de curto prazo, no montante de 40.493 milhares de Euros, nas dívidas a fornecedores

(+3.840 milhares de Euros) e ao Estado (+1.377 milhares de Euros) e em Outros passivos financeiros (+1.987 milhares de Euros), por via da redução do Mark to Market de um swap de taxa de juro detido pela empresa, e por outro lado, da diminuição verificada nos Credores por acréscimo de gastos, no valor de 22.609 milhares de Euros. É importante salientar que a redução da rubrica de Credores por acréscimo de gastos deve-se, essencialmente, ao ajustamento de 2009 no valor de -22.179 milhares de Euros, que foi repercutido na Convergência tarifária de 2011, tendo como contrapartida, no Activo corrente, uma dívida de 24.173 milhares de Euros também da Convergência tarifária de 2009, afecto à Convergência tarifária entre as Regiões Autónomas e o Continente, através do Despacho de 3 de Outubro de 2008, do Ministro da Economia e Inovação, que ainda não foi regularizada e transferida para a EEM.

O financiamento bancário total registou um aumento de 36.332 milhares de Euros (consolidado: 35.919 milhares de Euros), tendo o peso dos empréstimos de médio e longo prazo ascendido a 82,0% em 2011 (2010: 91,2%) do valor global dos financiamentos. Este aumento do montante de financiamento bancário, bem como a alteração na sua composição decorre das diversas razões, já anteriormente referidas. No entanto, podemos afirmar que, cerca de 24 milhões de Euros advêm da devolução, em 2011, ao sistema eléctrico do excedente tarifário de 2009, sem que a EEM tenha recebido o mesmo montante do Orçamento de Estado por via do Despacho de 3 de Outubro de 2008, do Ministro da Economia e Inovação, e que 4.256 milhares de Euros resultam do não recebimento do Orçamento de Estado, das 4 prestações de 2011, referentes ao Contrato de Convergência Tarifária de energia eléctrica dos anos de 1998 a 2002 assumido pelo Governo da República através do Ministério da Economia.

## Demonstração de resultados

### Rendimentos operacionais

<b>Rendimentos Operacionais</b>										
€'000	Individual					Grupo				
	2011	%	2010	%	Var.%	2011	%	2010	%	Var.%
Vendas	192.527	87,9%	173.538	84,0%	10,9%	192.509	88,0%	173.519	84,2%	10,9%
Prestação de serviços	488	0,2%	611	0,3%	(20,1%)	1.025	0,5%	978	0,5%	4,8%
Subsídios à exploração	59	0,0%	201	0,1%	(70,6%)	59	0,0%	201	0,1%	(70,6%)
Ganhos imputados de associadas	1.804	0,8%	1.527	0,7%	18,1%	567	0,3%	489	0,2%	16,0%
Trab. para a própria entidade	12.568	5,7%	19.375	9,4%	(35,1%)	12.568	5,8%	19.375	9,4%	(35,1%)
Outros rendimentos e ganhos	11.771	5,4%	11.370	5,5%	3,5%	11.806	5,4%	11.434	5,6%	3,3%
<b>Total</b>	<b>219.217</b>	<b>100,0%</b>	<b>206.622</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>218.534</b>	<b>100,0%</b>	<b>205.996</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,1%</b>

Em 2011, em base individual, as vendas totais ascenderam a 192.527 milhares de Euros (173.538 milhares de Euros em 2010), incluindo:

- 120.461 milhares de Euros de vendas de energia eléctrica;
- 55.610 milhares de Euros de convergência tarifária de 2011;
- 16.607 milhares de Euros referentes ao ajustamento tarifário de 2011 a receber em 2013;
- -4 milhares de Euros relativos ao ajustamento de 2010 a receber em 2012;
- -221 milhares de Euros do Plano de promoção e desenvolvimento ambiental (PPDA);
- 74 milhares de Euros de vendas de mercadorias, no âmbito do Plano de promoção da eficiência no consumo de energia eléctrica (PPEC).

As vendas de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira cifraram-se em 120.461 milhares de Euros (2010: 117.512 milhares de Euros), representando um acréscimo de cerca de 2,5% face ao ano transacto. Esta evolução decorre da subida média das tarifas de energia em cerca de 5,0%, uma vez que o consumo de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira registou um decréscimo de 2,4%.

Os investimentos realizados por meios próprios da EEM totalizaram 12.568 milhares de Euros, o que representa um decréscimo de 35,1% face ao ano anterior (19.375 milhares de Euros), acompanhando a redução da actividade de investimento da companhia.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos alcançou 11.771 milhares de Euros, evidenciando um ligeiro acréscimo de 401 milhares de Euros face a 2010. Esta rubrica inclui o valor do subsídio à exploração referente à valorização das licenças de CO2, consumidas e vendidas em 2011, que haviam sido atribuídas gratuitamente no âmbito do PNALE II, no montante de 7.005 milhares de Euros (2010: 6.748 milhares de Euros). O valor correspondente à imputação de subsídios ao investimento, ascendeu a 4.269 milhares de Euros (2010: 4.418 milhares de Euros).

## Gastos

<b>Gastos Operacionais</b>										
€'000	Individual					Grupo				
	2011	%	2010	%	Var. %	2011	%	2010	%	Var. %
CMVMC- Material diverso	6.645	3,3%	8.752	4,6%	(24,1%)	6.647	3,4%	8.753	4,7%	(24,1%)
CMVMC- Matérias primas	56.217	28,2%	47.041	25,0%	19,5%	56.217	28,5%	47.041	25,0%	19,5%
CMVMC- Energia adquirida	44.006	22,0%	34.758	18,4%	26,6%	40.079	20,2%	31.413	16,8%	27,6%
Fornecimentos e serviços externos	12.931	6,5%	14.975	7,9%	(13,6%)	13.412	6,8%	15.372	8,2%	(12,8%)
Gastos com pessoal	29.457	14,8%	35.212	18,8%	(16,3%)	29.602	14,9%	35.356	18,9%	(16,3%)
Imparidade de dívidas a receber	8.330	4,2%	1.587	0,8%	424,9%	8.330	4,2%	1.587	0,8%	424,9%
Provisões (aumentos/reduções)	(5.655)	(2,8%)	1.542	0,8%	(466,7%)	(5.655)	(2,9%)	1.542	0,8%	(466,7%)
Impar. de invest. (perdas/reversões)	(39)	0,0%	(46)	0,0%	(15,2%)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	6.235	3,1%	3.616	1,9%	72,4%	6.235	3,1%	3.616	1,9%	72,4%
Outros gastos e perdas	8.656	4,3%	8.722	4,6%	(0,8%)	8.708	4,4%	8.750	4,7%	(0,5%)
Depreciações e amortizações	32.801	16,4%	32.507	17,2%	0,9%	34.509	17,4%	34.053	18,2%	1,3%
<b>Total</b>	<b>199.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>188.666</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,8%</b>	<b>198.084</b>	<b>100,0%</b>	<b>187.483</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,7%</b>

Os Gastos operacionais ascenderam a 199.584 milhares de Euros (consolidado: 198.084 milhares de Euros), traduzindo um acréscimo de 5,8% face a 2010. O aumento de 10.918 milhares de Euros (consolidado: 10.601 milhares de Euros), é essencialmente explicado pelas razões referidas nos parágrafos seguintes.

O Consumo de material diverso apresenta uma redução de 2.107 milhares de Euros.

O Custo das matérias-primas de exploração, nomeadamente, combustíveis, ascendeu a 56.217 milhares de Euros, apresentado um acréscimo de 9.176 milhares de Euros (20%) em relação ao ano anterior.

Pese embora a ligeira apreciação do Euro face ao Dólar em 2011, o forte crescimento do preço médio do Petróleo nos mercados internacionais conduziu a um significativo aumento do custo de combustíveis face a 2010.

O crescimento do custo com combustíveis (+20%), em 2011, não foi tão acentuado quanto o crescimento global unitário dos combustíveis (+27%) devido ao acréscimo de eficiência dos grupos electroprodutores e à redução (-5%) de produção de energia térmica nas centrais da EEM. Enquanto a maior eficiência no consumo de combustíveis se fica a dever, essencialmente, a uma redução da produção de energia térmica na CTV I e II e a sua gradual substituição pela produção na CTV III (+46 GWh, em 2011), a redução da produção de energia térmica decorre, fundamentalmente, da quebra no consumo (-2,4%) e do aumento da aquisição de energia a terceiros (+3,3%), sobretudo de origem renovável.

### Produção EEM

GWh	Individual				Grupo			
	2011	%	2010	%	2011	%	2010	%
Hídrica	116,08	18,9%	126,69	19,5%	116,08	17,5%	126,69	18,3%
Eólica*	0,14	0,0%	0,63	0,1%	48,43	7,3%	42,87	6,2%
Térmica	497,55	81,1%	522,18	80,4%	497,55	75,2%	522,18	75,5%
<b>Total</b>	<b>613,77</b>	<b>100,0%</b>	<b>649,50</b>	<b>100,0%</b>	<b>662,06</b>	<b>100,0%</b>	<b>691,74</b>	<b>100,0%</b>

\*A Produção da Enereem foi de 48,29 GWh em 2011 e 42,24 GWh em 2010.

O custo com a aquisição de energia a terceiros aumentou 26,6%, ou seja, +9.248 milhares de Euros (consolidado: 27,6%, +8.666 milhares de Euros), tendo atingido os 44.006 milhares de Euros (consolidado: 40.079 milhares de Euros). As contas individuais incluem 3.927 milhares de Euros de energia adquirida à subsidiária Enereem, correspondendo a 48 GWh.

O aumento da aquisição de energia a terceiros, verificado em 2011, decorre, do crescimento da produção de energia proveniente de fontes renováveis, nomeadamente energia fotovoltaica (+13 GWh, resultante da circunstância de 2011 ter sido o primeiro ano completo de funcionamento dos novos parques fotovoltaicos) e da energia eólica (+4 GWh), que mais que compensou a menor aquisição de energia de queima de resíduos (-5 GWh) e a ligeira redução de aquisição de energia termoelétrica (-2 GWh).

O aumento verificado no custo das aquisições de energia eléctrica a terceiros, deriva do incremento líquido da quantidade adquirida (+10 GWh; consolidado: +4 GWh), bem como do crescimento do preço unitário, especialmente da energia de origem térmica, devido ao aumento do preço das matérias-primas anteriormente referido, a mais relevante no mix de aquisições da EEM (60,0%; consolidado: 70,6%).

O peso da produção de origem térmica no mix total de aquisições a terceiros, diminuiu cerca de 2%, conforme pode ser verificado nos quadros seguintes, onde são detalhadas as aquisições da EEM, bem como as do Grupo:

### Aquisições a Terceiros

GWh	Individual				Grupo			
	2011	%	2010	%	2011	%	2010	%
Hídrica	5,11	1,6%	5,00	1,6%	5,11	1,9%	5,00	1,9%
Eólica	72,45	22,5%	68,64	22,1%	24,16	8,8%	26,40	9,8%
Térmica	193,34	60,0%	194,86	62,4%	193,34	70,6%	194,86	72,2%
Resíduos	34,27	10,6%	39,41	12,6%	34,27	12,5%	39,41	14,6%
Fotovoltaica	17,09	5,3%	4,15	1,3%	17,09	6,2%	4,15	1,5%
<b>Total</b>	<b>322,26</b>	<b>100,0%</b>	<b>312,06</b>	<b>100,0%</b>	<b>273,97</b>	<b>100,0%</b>	<b>269,82</b>	<b>100,0%</b>

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta um decréscimo total de 13,6% (consolidado: 12,8%).

Os Gastos com pessoal, apresentam uma redução de 16,3% face a 2010. Esta variação resulta, essencialmente, do seguinte:

- O cumprimento integral das medidas de redução remuneratória contidas no Orçamento de Estado de 2011, que visam uma redução global média de 5% nas remunerações dos órgãos de soberania e da Administração Pública, incluindo Institutos públicos, Entidades reguladoras e Empresas públicas.  
Sendo a EEM uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, de 3 de Junho) e uma vez que o Governo Regional da Madeira procedeu a uma aplicação estrita das medidas de redução remuneratória (contemplada no artigo 19.º da lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011), que abrange os gestores públicos e os trabalhadores das Empresas Públicas de capital exclusivo ou maioritariamente público e das entidades públicas empresariais regionais (Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, de 10 de Janeiro), a EEM procedeu à aplicação do sistema progressivo de taxas de redução, abrangendo as remunerações mensais superiores a 1.500 Euros, decorrentes da medida de redução orçamental prevista no Orçamento de Estado de 2011;
- A estrita aplicação das medidas incluídas no Orçamento de Estado de 2012, salientando-se a suspensão integral dos subsídios de férias dos trabalhadores do sector público, com salários acima de 1.100 Euros, e parcial para os salários acima dos 600 Euros. É de salientar que, pese embora esta seja uma medida cujo impacto no cash-flow da EEM apenas se reflectirá em 2012, o seu reflexo nas contas da empresa já se verifica em 2011, na medida em que as empresas têm de registar os encargos com subsídio de férias a pagar no ano seguinte, como gasto do exercício no ano em que os trabalhadores adquirem o direito ao mesmo. Assim sendo, em 2011, a EEM não registou o recorrente gasto com pessoal e respectivo acréscimo, referente aos subsídios de férias a pagar aos seus trabalhadores em 2012, uma vez que o Orçamento de Estado de 2012 estipula a sua suspensão;
- O facto dos gastos com pessoal, em 2010, incluírem as compensações remuneratórias pagas nesse ano por imposição do Tribunal de Trabalho, por situações ocorridas na década de 90, e cujo montante ascendeu a 2.580 milhares de Euros;
- Apesar das necessidades de recursos humanos geradas pela recente entrada em exploração da CTV III, a EEM tem vindo a implementar uma restrita e criteriosa política de admissão de trabalhadores. Este facto, associado à contínua procura de uma cada vez maior eficiência nos recursos de uma forma geral, e nos recursos humanos em particular, bem como a definição de limites de redução do quadro de trabalhadores decorrente do Programa de Ajustamento da República Portuguesa permitiu que, em 2011, se verificasse uma redução de 21 trabalhadores no activo, correspondente a -2,5%, face a 2010 (830 activos, em 2011, face a 851 activos, em 2010), atingindo-se assim uma redução superior ao objectivo de -2%, definido no Programa de Ajustamento;
- A redução verificada nos gastos com pensões reconhecidos no ano. É de salientar que o estudo actuarial realizado pela BANIF Açor Pensões foi ajustado de acordo com as medidas do Orçamento de Estado de 2011 e de 2012, que determinam a já referida redução salarial bem como o congelamento de pensões e salários, tendo conduzido a um gasto com pensões nulo, em 2011. Este ajustamento deu origem a uma reversão de parte da provisão para benefícios pós-emprego, no valor de 5.655 milhares de Euros.

O montante de Imparidade de dívidas a receber, do exercício de 2011, ascendeu a 8.330 milhares de Euros, o que representa um crescimento de 424,9% face ao ano anterior (1.587 milhares de Euros, em 2010). Este crescimento anormal da imparidade resulta da adopção de critérios mais prudentes no que concerne à avaliação da probabilidade de cobrança/incumprimento, e, fundamentalmente, do efeito do registo do valor actual das dívidas, nos casos em que se prevê que os recebimentos das mesmas venham a ocorrer num prazo mais alargado.

O valor registado na rubrica de Provisões corresponde à reversão da Provisão para benefícios pós-emprego,

no valor de 5.655 milhares de Euros, resultante do estudo actuarial, conforme referido anteriormente.

As reduções de Justo valor, dizem respeito a desvalorizações verificadas em participações financeiras cotadas e em instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados.

O montante de Outros gastos e perdas ascendeu a 8.656 milhares de Euros, mantendo-se em linha com o valor do ano anterior.

Encontram-se registados nesta rubrica 7.665 milhares de Euros (7.476 milhares de Euros em 2010), referentes à Taxa municipal de ocupação, resultante da aplicação da taxa de 7,5% sobre as vendas de energia eléctrica em baixa tensão em cada Município (incluindo Iluminação Pública), na Região Autónoma da Madeira.

Os restantes valores incluídos nesta rubrica, correspondem, essencialmente, a impostos indirectos (Imposto do selo), gastos relativos a servidões (direitos de superfície) e indemnizações pagas a clientes por danos causados por perturbações de rede. Estes gastos sofreram um decréscimo de cerca de 20% em relação ao ano anterior (255 milhares de Euros).

Em 2011, o valor dos Gastos de depreciação e de amortização da EEM ascendeu a 32.801 milhares de Euros (consolidado: 34.509 milhares de Euros), mais 0,9% que em 2010 (consolidado: +1,3%).

Esta rubrica inclui os gastos de amortização respeitantes ao consumo de licenças de CO2 do ano, os quais ascenderam a 4.660 milhares de Euros (4.672 milhares de Euros em 2010). Assim, o montante referente a Gastos de depreciação e amortização respeitante ao restante Activo tangível e intangível atingiu 28.141 milhares de Euros (consolidado: 29.849 milhares de Euros), o que representa um acréscimo de 1,1% (consolidado: 1,6%) face a 2010.

A rubrica de Juros e rendimentos similares, no valor de 2.353 milhares de Euros, sofreu um acréscimo de 36,6% em relação ao ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente ao aumento dos juros do Ajustamento tarifário.

Os Juros e gastos similares, ascenderam a 19.783 milhares de Euros (consolidado: 20.195 milhares de Euros), o que representa um aumento de 29,7% em relação ao ano anterior. Saliente-se, que o valor dos juros e gastos similares é apresentado líquido de encargos com financiamentos capitalizados, cujo montante, em 2011, foi de 208 milhares de Euros (1.081 milhares de Euros em 2010). Excluindo o efeito da capitalização de encargos de financiamento, esta rubrica aumentou cerca de 22,4%.

Este aumento é justificado por um conjunto de factores nomeadamente, o aumento do montante total de financiamento bancário (pelas razões anteriormente referidas), aumento médio dos indexantes em cerca de 50% face ao ano anterior, agravamento dos spreads e comissões, devido à redução dos ratings da República Portuguesa, da Região Autónoma da Madeira e da EEM, e à consequente impossibilidade de se poder recorrer aos mercados financeiros internacionais, bem como às dificuldades que o sector bancário nacional enfrenta para se financiar e para cumprir com os novos compromissos de rácios de capital e de desalavancagem. A esta situação acrescem ainda, os custos relativos à obtenção de um aval junto do Governo Regional da Madeira, como garantia do empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros (exigência contratual - cláusula de rating trigger), bem como o aumento das comissões de garantia dos empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento.

## **Meios Libertos**

Os Meios libertos antes de impostos e encargos financeiros, em 2011, apresentam um acréscimo de 3,9% (consolidado: 4,6%) relativamente a 2010. Esta evolução positiva, está reflectida no “Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos”, que atingiu em 2011 o valor de 52.433 milhares de Euros (50.463 milhares de Euros em 2010). O “Resultado antes de depreciações, gastos

de financiamento e impostos” consolidado ascendeu a 54.958 milhares de Euros (2010: 52.566 milhares de Euros).

## Contribuições da EEM para o Estado

No ano de 2011, o Grupo EEM e os seus trabalhadores, contribuíram directamente para as receitas do Estado em 15.562 milhares de Euros, apresentando uma diminuição em relação ao exercício anterior, conforme consta no quadro seguinte:

Contribuições do Grupo EEM para o Estado										
€'000	Individual					Grupo				
	2011	%	2010	%	Var. %	2011	%	2010	%	Var. %
Empresa:										
Impostos s/ os lucros	52		249		(79,1%)	382		458		(16,6%)
Outros impostos	1.467		2.666		(45,0%)	1.854		2.971		(37,6%)
Encargos sociais	5.723		6.250		(8,4%)	5.748		6.273		(8,4%)
	7.242	49,0%	9.165	53,7%	(21,0%)	7.984	51,3%	9.702	55,0%	(17,7%)
Pessoal:										
IRS	4.876		5.002		(2,5%)	4.916		5.041		(2,5%)
Encargos sociais	2.651		2.895		(8,4%)	2.662		2.905		(8,4%)
	7.527	51,0%	7.897	46,3%	(4,7%)	7.578	48,7%	7.946	45,0%	(4,6%)
Total	14.769		17.062		(13,4%)	15.562		17.648		(11,8%)

A redução da rubrica de Impostos sobre lucros está relacionada com diferenças significativas entre o resultado contabilístico e fiscal, resultantes, essencialmente, da aplicação do método da equivalência patrimonial, dos gastos com benefícios pós-emprego e de provisões sem relevância fiscal.

A diminuição verificada na rubrica Outros impostos, respeita ao IVA a pagar, e está relacionado com a aplicação do mecanismo de “reverse charge” nas aquisições de maior volume ocorridas durante o ano anterior.

As reduções ocorridas nas rubricas de encargos sociais e IRS estão relacionados com a evolução dos gastos com pessoal, anteriormente descrita.

## Valor acrescentado bruto

O Valor acrescentado bruto, alcançou o montante de 88.898 milhares de Euros (consolidado: 92.846 milhares de Euros), traduzindo uma redução de 1,9% (consolidado: -1,2%) comparativamente a 2010.

## Indicadores económicos e financeiros

<b>Estrutura Económica</b>				
€'000	Individual		Grupo	
	2011	2010	2011	2010
Resultado do exercício	5.219	4.860	5.650	4.823
Vendas e serviços prestados	193.014	174.149	193.534	174.497
EBITDA	52.433	50.463	54.958	52.566
Depreciações e amortizações	32.801	32.507	34.509	34.053
Juros e gastos similares	19.783	15.256	20.195	15.576
Gastos com o pessoal	29.457	35.212	29.602	35.356
Valor acrescentado bruto	88.898	90.647	92.846	93.978
Emprego (n.º de trabalhadores)	830	851	840	860
Produtividade do trabalho	107	107	111	109
Encargo médio por trabalhador	35	41	35	41
Juros e gastos similares no VAB	0,22	0,17	0,22	0,17
Gastos com o pessoal no VAB	0,33	0,39	0,32	0,38
Depreciações e amortizações no EBITDA	0,63	0,64	0,63	0,65
Rentabilidade dos capitais próprios	3,99%	3,78%	4,23%	3,70%
Rentabilidade das vendas	2,70%	2,79%	2,92%	2,76%

<b>Estrutura Financeira</b>				
€'000	Individual		Grupo	
	2011	2010	2011	2010
Activo corrente	201.691	165.613	202.343	165.759
Activo não corrente	457.929	473.181	480.909	493.827
Activo total	659.620	638.794	683.252	659.586
Passivo corrente	159.615	134.377	161.708	133.069
Passivo não corrente	369.092	376.001	388.012	395.998
Passivo total	528.707	510.378	549.720	529.067
Passivo bancário	408.768	372.436	428.793	392.874
Capital próprio (incluindo interesses minoritários)	130.913	128.416	133.532	130.519
Capitais permanentes	500.005	504.417	521.544	526.517
Fundo de maneo	42.076	31.236	40.635	32.690
Cobertura do activo não corrente pelos capitais próprios	0,29	0,27	0,28	0,26
Cobertura do activo não corrente pelos capitais permanentes	1,09	1,07	1,08	1,07
Endividamento	0,80	0,80	0,80	0,80
Autonomia financeira	0,20	0,20	0,20	0,20
Passivo não corrente/capitais permanentes	0,74	0,75	0,74	0,75
Solvabilidade total	1,25	1,25	1,24	1,25
Liquidez geral	1,26	1,23	1,25	1,25

## Outras divulgações

Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício encontram-se divulgados na Nota 46 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nos termos do Artigo 397º do CSC, não existiram, durante o exercício de 2011, autorizações concedidas para negócios entre a Empresa e os seus Administradores.

Nos termos do Artigo 447º do CSC, os membros dos Órgãos Sociais não detêm a titularidade de quaisquer acções e/ou obrigações da Empresa, na medida em que esta é totalmente detida pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

As contas foram preparadas tendo em consideração que, na sequência de contactos com o accionista único, a deliberação da distribuição de dividendos tomada em 28 de Junho de 2011, será revogada por não se encontrarem reunidas as condições económicas e financeiras para que se procedesse a tal distribuição.



## 2 - Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 19 dos Estatutos da EEM, S.A., propõe que ao Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 5.219.037,13 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reserva de Investimento	521.903,71 Euros
Resultados Transitados	4.697.133,42 Euros

### 3 - Ambiente

#### Introdução

A qualidade do ambiente constitui um critério fundamental para a aproximação ao conceito de desenvolvimento sustentável das regiões, que no caso da Região Autónoma da Madeira ganha contornos de grande notoriedade, por constituir um destino turístico de qualidade, incrementando a responsabilidade ambiental da EEM como operador do Sistema Eléctrico Público Regional.

O ano de 2011 foi marcado por um compromisso adicional, o da subscrição pelo Governo Regional, para as ilhas da Madeira e do Porto Santo, do Pacto das ilhas, cujo objectivo político é o de reduzir, até 2020, 20,0% das emissões de CO2 no conjunto das ilhas participantes, suportado por Declarações de Compromisso das autoridades de cada ilha ou região insular, assumindo metas concretas e mensuráveis de redução de CO2, a atingir através da implementação de medidas de valorização das energias renováveis, de eficiência energética e de introdução de tecnologias de transporte mais limpas.

É nesse contexto, que o Grupo EEM, tem vindo a implementar um modelo de desenvolvimento que contribui para garantir a sustentabilidade do sistema eléctrico regional, tendo por base uma avaliação prospectiva da sua evolução, cujos eixos prioritários para o ambiente assentam na maximização do aproveitamento dos recursos renováveis, na utilização de combustíveis menos poluentes e na promoção da eficiência de energética do lado da oferta mas, muito especialmente, do lado da procura, e simultaneamente, em cumprir e ultrapassar, ao nível das melhores práticas, as recomendações e metas da União Europeia no que se refere à protecção do meio ambiente.

Fruto do empenho na maximização do aproveitamento de energias renováveis, o Grupo EEM contribuiu para que, em 2011, 27,0% da produção total fosse de origem renovável e propõe-se a atingir, em conjunto com os demais produtores do sector, já em 2015 o "target" de 38,0% e, provavelmente, cerca de 50,0% em 2020. Mas para além do impacto que as energias renováveis têm sobre o ambiente, importa realçar o enorme alcance que estes investimentos têm na macroeconomia das regiões, como a nossa, fortemente dependentes da importação de produtos petrolíferos.

No âmbito das actividades do Grupo EEM, importa referir, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), em fase final de implementação e cuja Certificação se espera alcançar no 1º semestre de 2012 constituindo um instrumento de gestão para promover a melhoria contínua do desempenho ambiental da EEM.

O exercício de 2011, caracterizou-se também pela continuidade dos projectos iniciados no ano transacto e pelo lançamento de novos desafios de carácter ambiental, tendo as despesas para prevenir, reduzir e reparar danos ambientais alcançado 2.278 milhares de Euros, repartidos pelos seguintes domínios:

Ambiente			
€'000	Investimento	Gastos de exploração	Global
Gestão de Águas Residuais	-	8	8
Gestão de Resíduos	-	297	297
Outras Actividades de Protecção do Ambiente	404	236	640
Protecção Contra o Ruído e Vibrações	-	10	10
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	225	88	313
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	-	237	237
Protecção e Recup. dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	689	84	773
<b>Total</b>	<b>1.318</b>	<b>960</b>	<b>2.278</b>

A rubrica Outras actividades de protecção ambiental aglutina as seguintes principais acções: medidas de gestão ambiental, contabilidade e relatórios de performance ambiental; treino e formação de pessoal na área do ambiente e todas as outras actividades que não cabem nos demais domínios referidos na tabela.

## Actividades desenvolvidas

Refira-se que, para além das actividades já mencionadas, dirigidas especificamente para a protecção ambiental, há muitas outras que tendo uma maior abrangência, também estão intimamente conectadas com as melhores práticas ambientais, as quais, igualmente, importa destacar. Neste enquadramento, apresentamos as principais actividades, directa e indirectamente ligadas ao ambiente, desenvolvidas pelo Grupo EEM, no ano de 2011.

## Produção

### • Comércio Europeu de Licenças de Emissão

A EEM detém duas instalações que estão abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, a saber: Central Térmica da Vitória (com o Título de emissão de gases com efeito de estufa TE.GEE.RAM 076.03.II) e a Central Térmica do Porto Santo (com o Título de emissão de gases com efeito de estufa TE.GEE.RAM 075.03.II).

Em 2011, a EEM emitiu um total de 335.271 toneladas de CO<sub>2</sub> apurando, deste modo, um excesso de 242.148 licenças de emissão de CO<sub>2</sub> face às licenças atribuídas (577.419 licenças/ano para o período 2008/2012, de acordo com o PNALE II).

Na rubrica Gastos de depreciação e de amortização da conta de resultados, encontram-se registados 4.660 milhares de Euros referentes à valorização das emissões verificadas em 2011 e cujas respectivas licenças já estavam na posse da empresa, correspondendo na sua totalidade a licenças atribuídas pelo Instituto do Ambiente, em 2011.

Na rubrica Outros rendimentos e ganhos, estão incluídos 7.005 milhares de Euros referentes à valorização das licenças consumidas e vendidas no exercício, atribuídas gratuitamente pelo Instituto do Ambiente.

As licenças atribuídas em 2011 foram valorizadas à cotação Bluenext, de 3 de Janeiro de 2011, ascendendo a 13,90 Euros/licença, sendo que as licenças que transitaram de 2010, no total de 147.224, foram valorizadas a 12,83 Euros/licença. No decorrer do ano de 2011, a EEM procedeu à venda de 180.000 licenças, cuja valorização ascende a 2.344 milhares de Euros (147.224 que transitaram de 2010 e 32.776 atribuídas em 2011).

Na rubrica de Outros gastos e perdas, encontram-se contabilizados 21 milhares de Euros, referentes à menos-valia contabilística resultante das operações de venda de licenças de CO<sub>2</sub> efectuadas ao longo do ano. Esta menos-valia contabilística corresponde à diferença entre o valor total das vendas de licenças e o seu valor contabilístico (Activo intangível). As 180.000 licenças foram vendidas por um valor total de 2.323 milhares de Euros, ascendendo o respectivo valor contabilístico a 2.344 milhares de Euros.

A EEM incorreu, ainda, em custos com a gestão das licenças e comissões pelas transacções efectuadas no valor de 50 milhares de Euros, contabilizados em Fornecimentos e serviços externos.

Face aos movimentos ocorridos no ano, estão incluídos na conta de Activo intangível (saldo devedor líquido) e em Outras contas a receber (saldo credor), 2.910 milhares de Euros, correspondentes às licenças que transitam para o exercício de 2012.

No que se refere ao número de licenças que transita para 2012 (209.372 licenças), este cumpre o limite imposto pela ERSE, na medida em que o saldo gerado no ano (62.148 licenças) é inferior a 30,0% do excesso do ano (diferença entre o número de licenças atribuído e consumido em 2011). Uma vez cumprida esta condição, o efeito total em resultados respeita exclusivamente ao valor do IC02 (incentivo à gestão eficiente de licenças de CO2), correspondente a metade da diferença entre o preço de venda e a cotação média dos 15 dias anteriores e posteriores à data de venda, ascendendo a 6 milhares de Euros, em 2011.

O valor total de venda foi deduzido aos proveitos permitidos, uma vez que as licenças foram atribuídas gratuitamente, sendo os custos com a gestão e transacções tidos como aceites.

O efeito dos movimentos (transacções e emissões) de licenças de CO2 no exercício de 2011, é o seguinte:

Impacto do CO2 nos resultados da EEM	
€'000	2011
<b>Efeito directo em resultados:</b>	
Vendas no mercado à vista	2.323
Comissões	(50)
	<b>2.274</b>
<b>Efeito via proveitos permitidos:</b>	
Vendas no mercado à vista	(2.323)
Vendas no mercado à vista (IC02)	6
Comissões	50
	<b>(2.268)</b>
<b>Total</b>	<b>6</b>

Tal como referido nas políticas contabilísticas da EEM, o registo contabilístico das licenças de emissão, tem por base os termos do apêndice "direito de emissão de gases com efeito de estufa contabilização das licenças de emissão", que integra a NCRF 26 (Matérias Ambientais).

### • Plano de Acções para Minimizar os Impactes Ambientais no âmbito da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

Em 2011, foi emitida a Licença Ambiental da Central Térmica da Vitória, contemplando a inclusão da nova nave, CTV III, de acordo com o Decreto-lei n.º 173/2008, de 21 de Agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlos integrados da poluição, que altera e substitui a Licença Ambiental nº 02/2009 DRAmb de 28 de Dezembro.

## Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC) tem como objectivo incentivar a adopção e práticas de consumo eficientes no sector eléctrico, de forma a promover a utilização racional da energia eléctrica e recursos associados. Este modelo, visa a realização de acções pelos comercializadores, operadores de redes e associações e entidades de promoção e defesa dos interesses dos consumidores, cujo mérito é avaliado nos termos das regras do PPEC, aprovadas pelo Despacho n.º 15 546/2008, de 4 de Junho.

A medida **“EEM\_TR1 - Instalação de equipamentos de iluminação eficientes”**, apresentada pela EEM no âmbito do PPEC 2009-2010, foi aprovada pela ERSE, com duração prevista de implementação de 24 meses, com conclusão em Dezembro de 2010. Face à prorrogação de prazo concedida pela ERSE, a data de conclusão estendeu-se até 30 de Setembro de 2011.

Desde o início da campanha (Setembro de 2009) até Junho de 2010, foram distribuídas 87.262 lâmpadas.

No período de 1 de Julho de 2010 a 30 de Setembro de 2011 (encerramento da medida), foram distribuídas 25.923 lâmpadas por 2.718 clientes da EEM do segmento residencial, o que corresponde a uma média de 10 lâmpadas por cliente.

A potência total correspondente às lâmpadas adquiridas durante este período é 359 kW.

A potência total de lâmpadas distribuídas corresponde a 1,5 MW.

A medida **“EEM\_TC1 - Substituição de balastros ferromagnéticos por electrónicos”**, apresentada pela EEM no âmbito do PPEC 2009-2010, foi aprovada pela ERSE com duração prevista de implementação de 24 meses, com conclusão em Dezembro de 2010. Face à prorrogação de prazo concedida pela ERSE, a data de conclusão estendeu-se até 30 de Setembro de 2011.

Esta medida, tem como principal objectivo a substituição de 50.000 balastros ferromagnéticos por electrónicos, associados a lâmpadas tipo T8, no segmento do comércio e serviços, incluindo a hotelaria, disponibilizando-se para o efeito quatro tipos de balastros.

Em termos gerais, pretende-se, com esta medida, reduzir os consumos de electricidade e as potências em horas de ponta, bem como promover a eficiência energética na iluminação fluorescente, com a vantagem acrescida de melhorar a qualidade da iluminação.

Desde o início da campanha (Setembro de 2009) até Junho de 2010, foram distribuídas 1.847 balastros. No período de 1 de Julho de 2010 a 30 de Setembro de 2011 (encerramento da medida), foram contratualizados 11.954 balastros a 112 clientes aderentes, o que corresponde a uma média de 107 balastros por cliente.

A potência total de balastros distribuídos corresponde a sistemas com 1,02 MW.

## Plano de Promoção do Desempenho Ambiental - medidas voluntaristas

Em 2009, deu-se início ao 2º Plano de Promoção do Desempenho Ambiental, contemplando o triénio 2009-2011, aprovado pela ERSE.

Neste âmbito, as principais actividades desenvolvidas, no exercício de 2011, foram as seguintes:

### • Implementação de um sistema de gestão ambiental na EEM

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), vem dar resposta às necessidades identificadas, dotando a EEM de um instrumento de gestão para promover a melhoria contínua do seu desempenho ambiental através da disponibilização de dados actualizados e sistematizados que permitem a adopção de metodologias de abordagem mais eficazes para identificar os problemas e hierarquizar as acções. Deste modo, pode-se otimizar os recursos disponíveis no desenvolvimento de programas de minimização dos impactes ambientais negativos e efectuar a correspondente avaliação dos resultados obtidos.

### Âmbito de aplicação

A EEM tem como missão primeira, produzir, transportar, distribuir e comercializar energia eléctrica nas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

As principais actividades de relevância ambiental abrangidas no âmbito de implementação do SGA estendem-se às seguintes áreas funcionais da empresa:

- Produção;
- Transporte;
- Distribuição;
- Serviços de apoio.

### Execução em 2011

Em 2011, devido a atrasos na implementação e às dificuldades de agendamento das auditorias de certificação do SGA, foi necessário proceder à revisão do cronograma ficando programada a certificação para o primeiro semestre de 2012, em vez de Dezembro de 2011 como inicialmente previsto.

#### Cronograma de execução da medida para 2011 revisto

Ano	2011											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
<b>Etapa 1:</b> Diagnóstico												
<b>Etapa 2:</b> Concepção e planeamento												
<b>Etapa 3:</b> Implementação												
<b>Etapa 4:</b> Verificação												
<b>Etapa 5:</b> Correção												
<b>Etapa 6:</b> Certificação												
<b>Etapa 7:</b> Execução e acompanhamento												

As acções previstas e respectiva realização, encontram-se descritas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2011	
Previsto	Realizado
<b>Etapa 3: Implementação</b>	
	- Implementação do procedimento de prevenção e capacidade de resposta a emergências ambientais;
	- Formação específica de colaboradores – chave;
	- Plano de Auditoria.
<b>Etapa 4: Verificação</b>	
	- Auditoria Interna;
	- Revisão pela Gestão.
<b>Etapa 5: Correção</b>	
	- Abertura de Fichas de Ocorrências relativas à Auditoria Interna.
<b>Etapa 6: Certificação</b>	
	- Envio de processo de requerimento da Certificação Ambiental à Entidade Certificadora em Junho de 2011;
	- Auditoria de Certificação 1ª fase em Dezembro de 2011;
	- Auditoria de Certificação 2ª fase em Março de 2012.
<b>Etapa 7: Execução e acompanhamento</b>	
	- Execução de acções de melhoria do desempenho ambiental;
	- Melhoria do Sistema de Gestão Ambiental.

## • Impacte das linhas eléctricas de média tensão em algumas espécies de aves vulneráveis

A relação entre aves e linhas eléctricas aéreas vem sendo largamente estudada, em diversos países, desde a década de 80. Apesar da informação recolhida acerca dos principais problemas resultantes desta interacção, muito se desconhece sobre as particularidades locais, nomeadamente em ecossistemas insulares.

### Âmbito de aplicação

Com esta medida, pretende-se avaliar os impactes das linhas de média tensão do Paúl da Serra e do Caniçal sobre a avifauna, em particular sobre a Galinhola Scolopax rusticola, Roque-de-castro Oceanodroma castro e Alma-negra Bulweria bulwerii assim como apresentar medidas correctivas, de modo a reduzir o número de incidentes com estas espécies.

## Execução em 2011

Durante o ano de 2011, as acções realizadas desenvolveram-se conforme previsto no cronograma seguinte:

Cronograma de execução da medida para 2011 - Projecto Linhas eléctricas e Aves Vulneráveis												
Ano	2011											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Prospecção mensal das linhas eléctricas do Paúl da Serra												
Postos de observação em cada linha do Paúl da Serra												
Censo da Galinhola												
Prospecção mensal da linha eléctrica do Caniçal												
Escutas nocturnas Roque-de-Castro												
Troca experiência com outros projectos												
Implementação de medidas correctivas												
Entrega de relatórios												

As acções previstas e a sua realização, encontram-se no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2011	
Previsto	Realizado
- Prospecção de uma extensão de 7.610 m de linhas de 30 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.	- Prospecção de uma extensão de 7.610 m de linhas de 30 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.
- Prospecção de uma extensão de 1.790 m de linhas de 6,6 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.	- Prospecção de uma extensão de 1.790 m de linhas de 6,6 kV no do Paúl da Serra, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.
- Prospecção de 1.820 m linha eléctrica do Caniçal, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.	- Prospecção de 1.820 m de linha eléctrica do Caniçal, uma vez por mês, entre Janeiro e Dezembro.
- Participação em eventos públicos.	- Participação em 4 eventos públicos.

### • Diagnóstico e minimização do impacte da iluminação pública sobre as aves marinhas

A poluição luminosa é amplamente reconhecida como uma grande ameaça para as aves marinhas, causando alterações na sua ecologia comportamental e populacional. Atendendo à importância de diagnosticar e minimizar os efeitos da poluição luminosa em áreas costeiras do arquipélago da Madeira, surgiu o Projecto "Diagnóstico e Minimização do Impacte da Iluminação Pública sobre as Aves Marinhas".

O arquipélago da Madeira possui uma densidade populacional superior à média do país (cerca de 300 hab./km<sup>2</sup>). No entanto, cerca de 45,0% da população reside na cidade do Funchal (1.500 hab./km<sup>2</sup>) e à semelhança do que ocorre um pouco por toda a costa sul, a capital madeirense alberga uma grande parcela do total das unidades hoteleiras, indústrias e urbanizações, sendo a localidade da região com maior poluição luminosa, justificando plenamente a implementação desta medida.



## Âmbito de aplicação

As cinco espécies de aves marinhas que apresentam distintos estatutos de conservação e que são alvo do estudo nidificam na ilha da Madeira. Destas, destacam-se a Cagarra *Calonectris diomedea* e o Patagarro *Puffinus puffinus*, as quais têm registado um maior número de incidentes. Embora em quantidade inferior, a Alma-negra *Bulweria bulwerii*, o Pintainho *Puffinus assimilis* e o Roque-de-castro *Oceanodroma castro*, também têm sido alvo desta problemática.

## Execução em 2011

Durante o ano de 2011, as acções realizadas desenvolveram-se conforme previsto no cronograma que segue:

Cronograma de execução da medida para 2011 - Projecto Aves e Iluminação pública												
Ano	2011											
Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Base dados com registo de incidentes com aves												
Visita a cada localidade para identificação de pontos sensíveis e escutas nocturnas												
Visita a localidades com iluminação alterada												
Palestras de sensibilização junto dos municípios e população local												
Lançamento e distribuição do Kit "Salve uma ave marinha"												
Troca experiência com outros projectos												
Entrega de relatórios												

As acções previstas e respectiva realização, encontram-se no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2011	
Previsto	Realizado
- Compilação e análise dos registos de incidentes com aves	- Compilação e análise dos registos de incidentes com aves.
- Identificação de pontos sensíveis em 20 localidades.	- Identificação de pontos sensíveis em 22 localidades.
- Realização de Censos nocturnos dirigidos às aves marinhas em 20 localidades.	- Realização de contagens às aves marinhas em 22 localidades.
- Campanha de sensibilização em todos os concelhos da região.	- Realização de 42 acções de sensibilização com um total de 1432 participantes em Escolas, Centros Comunitários, Centros Sociais e Juntas de Freguesia.
- Implementação de acções correctivas.	- Implementação de 158 acções correctivas.

## • Integração paisagística de redes BT e MT

A qualidade da paisagem e do ambiente constitui um critério fundamental para a aproximação ao conceito de desenvolvimento sustentável das regiões, constituindo muitas vezes imagem de marca das regiões, em especial da Madeira, como destino turístico de qualidade que importa preservar e valorizar.

Neste enquadramento e existindo várias redes aéreas que, apesar de se encontrarem em razoáveis/boas condições técnicas, suscitavam intervenção por questões ambientais, nomeadamente ao nível da integração paisagística, pelo que foram efectuadas as medidas a seguir enumeradas:

### • Integração paisagística de redes BT

#### Âmbito de aplicação

Esta medida aplica-se a 16 núcleos habitacionais importantes na ilha da Madeira, através da requalificação de redes de Baixa Tensão (BT) e Iluminação Pública (IP).

#### Execução em 2011

As acções previstas e a sua realização em 2011, são apresentadas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2011		
Obras de requalificação de Rede BT	Previsto	Realizado
Ponte dos Frades (Est. J.G.Zarco)	- Extensão subterrânea nova - 0,400 km - Rede aérea a desactivar - 0,300 km - Infra-estruturas subterrâneas novas – 0,060 km - Focos de IP - 4 unidades	- Extensão subterrânea nova - 0,370 km - Rede aérea desactivada - 0,300 km - Infra-estruturas subterrâneas novas – 0,055 km - Focos de IP - 4 unidades
Rua Padre Pita Ferreira	- Extensão subterrânea nova - 0,810 km - Rede aérea a desactivar - 0,650 km - Infra-estruturas subterrâneas novas – 0,200 km - Focos de IP - 23 unidades	- Extensão subterrânea nova - 0,910 km - Rede aérea desactivada - 0,650 km - Infra-estruturas subterrâneas novas – 0,240 km - Focos de IP - 23 unidades
Rua da Tenda do Oleiro - Machico	- Extensão subterrânea nova - 0,350 km - Rede aérea a desactivar – 0,550 km - Infra-estruturas subterrâneas novas – 0,090 km - Focos de IP - 2 unidades	- Extensão subterrânea nova - 0,345 km - Rede aérea desactivada - 0,550 km - Infra-estruturas subterrâneas novas – 0,085 km - Focos de IP – 1 unidades

### • Integração paisagística de redes MT

As intervenções efectuadas em 2011 consistiram, fundamentalmente, na transformação das redes aéreas de Média Tensão (MT) em redes subterrâneas (através da utilização de redes de condutas existentes ou a construir), no desmantelamento das redes aéreas MT substituída e na recuperação dos locais afectados pela implantação/desmantelamento de equipamentos de rede, de modo a manter as características da área de envolvente. Todas as intervenções planeadas foram executadas.

#### Âmbito de aplicação

Esta medida aplica-se em 6 áreas de intervenção, em vários concelhos da Região e compreende a requalificação de redes de MT.

## Execução em 2011

As acções previstas e a sua realização em 2011, são apresentadas no quadro que segue:

Actividades desenvolvidas em 2011		
Obras de requalificação de Rede MT	Previsto	Realizado
Remodelação MT nas Neves	- Extensão aérea a desactivar - 0,580 km - Infra-estruturas subterrâneas novas - 0,570 km - Extensão a subterrânea nova - 0,740 km	- Extensão aérea desactivada - 0,830 km - Infra-estruturas subterrâneas novas - 0,570 km - Extensão a subterrânea nova - 1,040 km
Troço III (PT Santa Rita II/PT Radio-terapia)	- Extensão subterrânea nova - 0,580 km	- Extensão subterrânea nova - 0,601 km
Troço IV (PT Santa Rita/PT P. Verde II)	- Extensão subterrânea nova - 0,780 km	- Extensão subterrânea nova - 0,500 km
Troço V (PT Santa Rita / PT Cova do Til)	- Extensão subterrânea nova - 0,690 km	- Extensão subterrânea nova - 0,900 km
Desactivar nos diferentes Troços de MT - Santa Rita	- Extensão aérea a desactivar - 1,500 km	- Extensão aérea desactivada - 1,500 km

## Repartição de custos por medida para o ano de 2011

A repartição de custos, por medida do PPDA, para o exercício de 2011, bem como a taxa de realização financeira, é apresentada no quadro que segue:

Execução das Medidas do PPDA em 2011					
€'000	Previsto	Realizado	Desvios	Desvios %	Taxa de Realização %
Implementação de um sistema de gestão ambiental na EEM	51	51	0	(0,1%)	99,9%
Impacto das linhas eléctricas de MT em algumas espécies de aves vulneráveis	25	25	0	0,0%	100,0%
Diagnóstico e minimização do impacto da IP sobre as aves marinhas	22	18	(3)	(14,9%)	85,1%
Simulador interactivo de campos electromagnéticos para linhas de trans. e distrib. de energia eléctrica	0	0	0	0,0%	0,0%
Integração paisagística de rede BT	88	70	(18)	(20,4%)	79,6%
Integração paisagística de rede MT	267	155	(112)	(41,8%)	58,2%
<b>Total</b>	<b>453</b>	<b>320</b>	<b>(132)</b>	<b>(29,4%)</b>	<b>70,6%</b>

A taxa de realização financeira ascendeu a 70,6% face ao planeado. O montante realizado foi inferior ao valor previsto em 132 milhares de Euros, resultante do menor custo efectivo verificado nas medidas 30, 32 e 33.

Aquele desvio é devido em 84,1% à integração paisagística de redes MT, sendo justificada pela partilha com outras entidades, de custos associados à execução e instalação das redes de condutas, em 13,5% à integração paisagística de redes BT pela diminuição dos preços de mercado para

aquisição de serviços externos, e, embora com menor expressão, em 2,4%, na obtenção de soluções mais económicas na correcção de pontos de iluminação diagnosticados, no âmbito da medida 30.

## Investimentos que permitem benefícios ambientais

Fruto das infra-estruturas já realizadas em energias renováveis, em grande medida levadas a cabo por parte do Grupo EEM, em 2011, foi emitido para a rede 224,6 GWh de energia verde que permitiu, evitar a emissão anual de 167,3 mil toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e a importação de 53,4 mil toneladas de fuel.

No quadro específico da política integrada de energia e clima, que preconiza uma economia de baixo carbono suportada na energia competitiva, sustentável e segura enquanto suporte do bem-estar das populações e da prosperidade das empresas e da economia, e da Estratégia “Europa 2020”, que promove o desenvolvimento da UE na próxima década baseado no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, os projectos a seguir enumerados, contribuem para os compromissos regionais em matéria de consumo final bruto de electricidade produzida a partir de energias renováveis no âmbito da Directiva 2009/28/CE, e de redução de emissões de CO<sub>2</sub> decorrente da adesão das ilhas da Madeira e do Porto Santo ao Pacto das Ilhas.

### • Energia Hidroelétrica – Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta

O projecto foi objecto de candidatura ao Programa Operacional Intervir+, e consiste na Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta (AAHC) e na transformação do mesmo em sistema reversível, através da retenção, acumulação e bombagem de água, integrando as seguintes intervenções principais:

- Construção da Barragem do Pico da Urze;
- Construção da Barragem de Restituição da Calheta;
- Construção da Central Hidroelétrica da Calheta III e Estação Elevatória da Calheta;
- Construção da Conduta elevatória/forçada em tubagem DN1500, desde a Barragem do Pico da Urze até à nova Central Hidroelétrica da Calheta III;
- Construção da Estação Elevatória do Paúl;
- Remodelação/Ampliação da Subestação do Lombo do Doutor 60/30 kV;
- Ampliação da capacidade de transporte da Levada do Paúl II;
- Ampliação da capacidade de transporte da Levada Velha do Paúl;
- Remodelação da Levada do Lombo do Salão.

O projecto integra a associação hídrica/eólica através da criação e uma reserva estratégica de água para a ilha da Madeira com 1 073 500m<sup>3</sup>, da instalação de 17,7 MW de potência de bombagem, da construção de uma nova central hidroelétrica com 30 MW de potência hídrica e do encaixe de 25 MW de potência eólica, permitindo um acréscimo de produção de energia hidroelétrica no Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta de 26 GWh (15 GWh com afluências directas e de 11 GWh com água bombada) e uma produção anual de energia eólica estimada em 61 GWh.

Com objectivos concretos e mensuráveis, o projecto enquadra-se na noção regulamentar de Grandes Projectos em Infra-estruturas, sendo todas as componentes técnicas do projecto propostas a co-financiamento indispensáveis à concretização da Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta, com um custo total estimado de 76,6 milhões de Euros (com IVA incluído), incluindo vertentes de planeamento e concepção; aquisição de terrenos; construção; instalações e máquinas, compreendendo o fornecimento e instalação de equipamento eléctrico, mecânico e electromecânico; assistência técnica; publicidade e supervisão durante a execução dos trabalhos de construção.

O projecto concorre para as políticas regionais de energia, água e ambiente, que concretizam a responsabilidade da Região Autónoma da Madeira no âmbito da indispensável participação das

regiões da Europa na implementação das políticas da União Europeia (UE) e enquadra-se no Plano de Desenvolvimento Económico e Social da RAM 2007-2013, cuja implementação é comparticipada pelo FEDER, através do Programa Operacional Intervir+.

No decurso de 2010, foram realizados os projectos de execução das diversas componentes acima referidas, bem assim como executado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Sistema. Contudo foi necessário proceder a uma alteração do projecto da Barragem do Pico da Urze por imposição da “Autoridade Nacional de Barragens”, o que provocou uma dilação do planeamento previsto e obrigará à alteração do EIA em conformidade. Assim, os vários concursos inerentes a este empreendimento deverão ser lançados no decorrer de 2012.

## • Energia Eólica

No ano de 2011, a ENEREEM concluiu a montagem do novo Parque Eólico do Loiral II, um investimento da ordem dos 6,4 milhões de Euros. Com este parque, o total da potência eólica instalada na ilha da Madeira atinge cerca de 44 MW (dos quais 24,6 MW são da ENEREEM), o que, em ano médio, permitirá uma contribuição energética de cerca de 90 GWh, isto é, cerca de 10,0% do consumo total de electricidade, assegurando as necessidades de consumo (de energia eléctrica) de 35,0% do sector residencial da ilha da Madeira.

O novo centro produtor do Loiral II compreende 2 aerogeradores de última geração, com potência unitária de 3 000 kW, atingindo as torres 80 metros de altura e o diâmetro do rotor 90 metros, com um peso total de 260 toneladas.

De realçar que este parque, não obstante ser composto apenas por 2 máquinas, dispõe de potência superior ao primeiro parque do Loiral dotado de 6 aerogeradores. Este aumento de potência unitária, com equipamentos semelhantes aos maiores utilizados no continente português, evidencia um “upgrade” tecnológico assinalável. Um trabalho importante que visa não só dotar a RAM de equipamentos de topo como melhorar o impacto visual reduzindo o número de equipamentos a instalar.

Com o investimento deste parque do Loiral II, fechou-se o ciclo associado à transformação, para funcionamento reversível, da Central Hidroeléctrica dos Socorridos, inaugurado no ano de 2007.

## Dados de exploração

No ano de 2011, os 5 parques eólicos em exploração da ENEREEM registaram os seguintes valores de produção:

### Madeira

A produção dos 4 parques em exploração no Paúl da Serra ascendeu a 47.714.815 kWh, representando um acréscimo de 14,1% relativamente ao ano anterior, assegurando 66,2% do total emitido por esta fonte de energia na rede da ilha da Madeira.

Em termos ambientais, a contabilização das emissões evitadas pela exploração dos 4 parques ascendeu a: 32.528 ton de CO<sub>2</sub>; 145 ton de SO<sub>2</sub>; 650 ton de NO<sub>x</sub> e 11 ton de partículas, evitando ainda o consumo de 10.557 toneladas de fuelóleo.

### Porto Santo

A produção do parque do Porto Santo, cuja potência instalada é de 0,66 MW, ascendeu a 968.756 kWh, apresentando uma diminuição de 26,1% relativamente ao ano transacto, em virtude da acomodação de outras fontes de energia renovável na rede.

A emissão de energia eólica no Porto Santo, assegurada em conjunto com o parque eólico da EEM, atingiu 1.103.914 kWh, representando 3,5 % do total da energia eléctrica emitida para rede.

Em termos ambientais, a contabilização das emissões evitadas pela exploração dos parques do Porto Santo, remontou a: 869 ton de CO<sub>2</sub>; 2,7 ton de SO<sub>2</sub>; 12,2 ton de NO<sub>x</sub> e 0,3 ton de partículas, evitando também o consumo de 260 ton fuelóleo.

### • Biocombustível Marinho - Captura de CO<sub>2</sub>

O projecto do Biocombustível Marinho, tem como principal finalidade a captura e utilização biológica de CO<sub>2</sub>, de modo a obter biopetróleo com características físico-químicas semelhantes ao fuelóleo convencional que se utiliza nas centrais termoeléctricas da Região. Com este projecto, pretende-se tornar Porto Santo, numa ilha auto-sustentável do ponto de vista eléctrico, invertendo uma situação de dependência de combustíveis fósseis na produção de energia eléctrica, contribuindo para a criação da imagem de marca turística para o Porto Santo, a Ilha Verde.

A unidade industrial, pioneira a nível mundial, compreende duas fases de execução (Fase I e Fase II). Por razões operacionais e de grande proximidade com a Central Térmica do Porto Santo, foi dada prioridade à Fase I cujos trabalhos de instalação tiveram início em Junho de 2011.

Os equipamentos encontram-se em fase adiantada de montagem, possuindo já instalados 29 dos 67 fotobiorreactores previstos. Até Outubro de 2011, ficaram concluídos os reservatórios de acumulação de “água fresca” e outros dois de acumulação de produto filtrado; estão ainda instalados o reservatório de acumulação de CO<sub>2</sub> e, ainda que parcialmente, o sistema de climatização da instalação.

Ao longo de 2011 foram executados todos os trabalhos de construção civil necessários ao assentamento dos equipamentos. Foi instalada a designada Nave I, espaço onde opera, há algum tempo, o laboratório e que abriga o equipamento de filtragem da água do mar, a central de ar comprimido da unidade, o sistema de controlo hidráulico, entre outros.

Embora em regime experimental, encontram-se em fase de testes dois fotobiorreactores nos quais é monitorizado, por controlo laboratorial, o crescimento das microalgas, a qualidade da água em circulação no sistema, a concentração em cada instante de CO<sub>2</sub>, etc.

O planeamento para esta Fase I prevê até final de 2012, a conclusão dos trabalhos e a entrada em regime de exploração plena dos equipamentos.

### • Projecto GNL (Gás Natural Liquefeito)

Na sequência do Concurso Público Internacional para a construção do Terminal de GNL da Madeira, lançado em Abril de 2010, cuja primeira fase, respeitante à pré-qualificação dos concorrentes, ficou concluída no final desse ano, procedeu-se à preparação do processo de candidatura do projecto a um financiamento por parte da União Europeia, no âmbito do QREN.

Entretanto, face ao elevado valor previsto do investimento, na ordem dos 120 milhões de Euros, a EEM, perante o sistemático agravamento da conjuntura económica e financeira nacional e internacional considerou oportuno e, absolutamente justificável o adiamento do início do Projecto enquanto não dispuser de um adequado e estruturante modelo de financiamento, situação que a EEM espera ultrapassar durante o ano de 2012, procedendo ao relançamento do investimento.

A EEM estuda neste momento a possibilidade de desenvolver o Projecto com algumas alterações, por forma a reduzir, de forma significativa, a despesa de investimento.

Este projecto, constitui uma medida estruturante com impacto muito significativo no desenvolvimento de toda a economia regional, contribuindo de forma extraordinária para a protecção do ambiente, respondendo positivamente às metas estabelecidas internacionalmente. Possibilita também a diversificação das fontes de aprovisionamento, o que, atendendo à envolvente internacional, constitui um inegável factor de segurança.

A substituição gradual da fonte de energia petrolífera, por alternativas mais limpas e mais amigas do ambiente, como é o caso gás natural, destacadamente, o combustível fóssil mais limpo, é um dos objectivos estratégicos da Política Energética Regional. Neste enquadramento, o sector eléctrico apresenta-se como factor fundamental para a viabilização desta matéria-prima, criando, simultaneamente, condições para disponibilizar o gás natural a outros sectores de actividade, designadamente, indústria, transportes, hotelaria e residencial, potenciando a criação de um novo cluster numa área de reconhecido interesse económico, dando uma importante contribuição para atingir e mesmo ultrapassar as exigentes metas ambientais dos três vintes definidas pela União Europeia para 2020.

### • **Potencial Geotérmico**

Em Agosto de 2010, foi celebrado um contrato entre a EEM e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia, para a avaliação do potencial geotérmico da ilha da Madeira, que irá decorrer até final de 2012.

A ilha da Madeira terá potencial geotérmico de vulcanismo recente, com 6 a 7 mil anos, o que ocorre em termos geológicos implica não poder ser encarado como extinto e a ocorrência de águas com temperaturas anómalas e ricas em CO<sub>2</sub>, permitem sugerir a existência da rochas e/ou águas com temperaturas significativas a profundidades passíveis de exploração económica para a geração de electricidade.

Nesse sentido, em 2011, decorreram campanhas para reunir informação crítica respeitante à Geologia, Hidrogeologia, Magnetometria, Termometria, e Tomografia sísmica, que permite avaliar os locais com maior potencial para o aproveitamento geotérmico.

Assim e no final do 1º ano de avaliação, foi efectuada:

- A definição preliminar das principais estruturas vulcânicas e tectónicas do edifício vulcânico da Madeira, que ficará conhecida em profundidade com a conclusão do estudo de Magnetometria;
- A localização das zonas de descargas com contribuição profunda e a primeira indicação das variações em temperatura em profundidade, ainda estão em de avaliação dado que os gradientes determinados, necessitam de confirmação com a avaliação termométrica a efectuar nas futuras campanhas.

Seguem-se, em 2012, os trabalhos para o refinamento geológico das estruturas promissoras e a distribuição e caracterização das estruturas vulcânicas e tectónicas em profundidade.

### • **Mobilidade Eléctrica na RAM**

O Programa da Mobilidade Eléctrica (ME) na RAM tem como objectivos principais: contribuir para uma menor dependência energética, suportada numa mobilidade sustentável; incentivar a utilização de fontes de energia renovável nos transportes; aumentar a eficiência na utilização da energia; contribuir para a dinamização da economia regional; integrar, desde a primeira hora, a rede de mobilidade eléctrica nacional (MOBI.E); reduzir fortemente as emissões de GEE; reduzir a poluição sonora do transporte; reduzir a assimetria actual do diagrama de cargas (consumo em horas de vazio) e com isso aumentar a integração de fontes de energia renovável na produção de electricidade e aumentar a eficiência, já que as perdas de transformação associadas (produção de electricidade) são substancialmente menores, quando comparadas com as perdas de transformação de derivados do petróleo em electricidade.

O objectivo da RAM será atingir uma quota entre 5,0% a 10,0% de veículos movidos a electricidade no horizonte de 2020, tendo o Governo Regional da Madeira criado um Grupo de Trabalho com o objectivo de acelerar e coordenar a implementação desta nova forma de mobilidade no arquipélago.

Neste âmbito, no ano de 2011, a EEM enquanto líder do grupo de trabalho para o Programa da Mobilidade Eléctrica na Madeira (PMEM), tomou a iniciativa de implementar as primeiras medidas efectivas deste Programa, através da aquisição de dois veículos 100% eléctricos para a sua frota automóvel e da instalação de postos de carregamento de acesso público nos locais a seguir indicados:

Postos de Carregamento	
Concelho	N.º de Postos de Carregamento
Funchal	2 Normal
Porto Moniz	2 Normal 1 Rápido
Calheta	2 Normal 1 Rápido
Santana	2 Normal
Porto Santo	2 Normal

Perfazendo um total de 10 postos de carregamento normais e 2 postos de carregamento rápido de acesso público, instalados na RAM.



**Veículo 100%  
Eléctrico da EEM**



**Posto de  
Carregamento**

Paralelamente, a EEM desencadeou a elaboração do Plano Estratégico para a Mobilidade Eléctrica na RAM.

Deste modo, a EEM pretende contribuir, de forma decisiva, para a dinamização da aposta neste tipo de tecnologia, quer através da criação de condições para o carregamento de acesso público, quer através do seu exemplo, enquanto utilizador da mobilidade eléctrica.





## 4 - Considerações Finais

Ao terminar o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida pela Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., no ano de 2011, o Conselho de Administração deseja expressar uma palavra de agradecimento pelas diversas formas de apoio e colaboração prestadas por todas as entidades com quem teve o prazer de contactar, destacando o Governo Regional, na qualidade de accionista único e, em particular, a Vice-Presidência que tutela o sector da energia.

Manifesta também o seu reconhecimento à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela cooperação e disponibilidade permanente, exercendo sempre uma contribuição positiva para o progresso e controlo das actividades da Empresa.

Uma referência especial aos trabalhadores da EEM pela dedicação, zelo, competência e profissionalismo demonstrados ao serviço e desenvolvimento da Empresa.

Aos nossos clientes, agradecemos a confiança demonstrada e reafirmamos o nosso inequívoco empenhamento em continuar a aperfeiçoar e melhorar o serviço que prestamos.

O Conselho de Administração:

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)



# **Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais**

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

### Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	2011 Euros	2010 Euros
<b>Activo Não Corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	404.619.186	408.426.234
Activos intangíveis	7	8.033.411	8.657.563
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial	8	10.159.863	9.993.240
Participações financeiras - Outros métodos	9	3.481.188	7.729.188
Clientes	10	27.464.512	27.840.999
Outras contas a receber	11	21.394.371	26.341.979
Diferimentos	16	91.667	-
Activos por impostos diferidos	12	5.664.696	4.837.617
<b>Total do Activo Não Corrente</b>		<b>480.908.894</b>	<b>493.826.820</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	14	14.392.650	16.448.837
Clientes	10	80.244.234	75.476.747
Estado e outros entes públicos	13	278.441	1.409.546
Accionistas/sócios	15	9.815.881	1.113.374
Outras contas a receber	11	94.837.107	69.976.028
Diferimentos	16	504.371	274.696
Outros activos financeiros	17	2.010.000	-
Caixa e depósitos bancários	4	260.326	1.059.953
<b>Total do Activo Corrente</b>		<b>202.343.010</b>	<b>165.759.181</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>683.251.904</b>	<b>659.586.001</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	18	20.000.000	20.000.000
Reservas legais	19	4.020.148	4.020.148
Outras reservas		15.027.582	14.541.565
Resultados transitados	20	52.716.654	48.453.977
Ajustamentos em activos financeiros	21	718.341	623.562
Excedentes de revalorização	22	10.722.252	11.812.572
Outras variações no capital próprio	23	24.370.293	26.021.916
Resultado líquido do período		5.649.990	4.823.412
<b>Capital Próprio atribuível aos accionistas da EEM</b>		<b>133.225.260</b>	<b>130.297.152</b>
Interesses minoritários	24	306.673	222.058
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>133.531.933</b>	<b>130.519.210</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	25	10.704.307	10.704.307
Financiamentos obtidos	26	353.487.959	359.466.636
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	27	23.079.307	25.827.208
Diferimentos	16	740.000	-
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>388.011.573</b>	<b>395.998.151</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	28	60.116.090	53.741.026
Estado e outros entes públicos	13	2.793.125	1.194.747
Financiamentos obtidos	26	75.304.650	33.407.217
Outras contas a pagar	29	16.071.320	38.979.760
Diferimentos	16	240.000	550.000
Outros passivos financeiros	30	7.183.213	5.195.890
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>161.708.398</b>	<b>133.068.640</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>549.719.971</b>	<b>529.066.791</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>683.251.904</b>	<b>659.586.001</b>

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

### Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	<u>Notas</u>	<u>2011</u> Euros	<u>2010</u> Euros
Vendas e serviços prestados	31	193.533.577	174.496.842
Subsídios à exploração	32	58.523	201.034
Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	566.624	488.868
Trabalhos para a própria entidade	34	12.568.493	19.375.357
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	[102.942.647]	[87.206.827]
Fornecimentos e serviços externos	35	[13.412.077]	[15.371.735]
Gastos com o pessoal	36	[29.602.484]	[35.356.216]
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 e 11	[8.330.014]	[1.587.489]
Provisões (aumentos/reduções)	25 e 27	5.654.606	[1.542.000]
Aumentos/reduções de justo valor	37	[6.235.322]	[3.616.271]
Outros rendimentos e ganhos	38	11.806.163	11.434.001
Outros gastos e perdas	39	[8.707.888]	[8.749.799]
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>54.957.554</b>	<b>52.565.765</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	[34.508.850]	[34.052.674]
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>20.448.704</b>	<b>18.513.091</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	40	2.353.229	1.722.419
Juros e gastos similares suportados	40	[20.194.854]	[15.575.572]
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.607.079</b>	<b>4.659.938</b>
Imposto sobre o rendimento do período	41	3.129.709	236.151
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5.736.788</b>	<b>4.896.089</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		5.649.990	4.823.412
Interesses minoritários		86.798	72.677
		<b>5.736.788</b>	<b>4.896.089</b>
Resultado por acção básico		1,41	1,21

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

[Valores expressos em Euros]										
Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultados líquido do exercício	Total	Interesses minoritários
1	20.000.000	4.020.148	14.141.399	43.088.061	326.087	12.703.069	29.258.050	6.050.207	129.587.021	151.110
Posição em 1 de Janeiro de 2010										
Alterações no período:										
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líq. imposto)	-	-	-	890.497	-	(890.497)	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	(288.097)	297.475	-	(5.095)	-	4.283	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	(886.525)	-	-	(3.231.039)	-	(4.117.564)	(1.729)
Subsídios ao investimento (líq. imposto)	-	-	-	(284.125)	297.475	(890.497)	(3.236.134)	-	(4.113.281)	(1.729)
2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	-	-	-	-	-	-	-	4.823.412	4.823.412	72.677
Resultado líquido do período										
4 = 2 + 3	-	-	400.166	5.650.041	-	-	-	(6.050.207)	-	-
Operações com detentores de capital próprio no período:										
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	400.166	5.650.041	-	-	-	(6.050.207)	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 = 1 + 2 + 3 + 5	20.000.000	4.020.148	14.541.565	48.453.977	623.562	11.812.572	26.021.916	4.823.412	130.297.152	222.058
Posição em 31 de Dezembro de 2010										
Alterações no período:										
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líq. imposto)	-	-	-	876.356	-	(1.090.320)	-	-	(213.964)	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	(94.779)	94.779	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento (líq. imposto)	-	-	-	(856.295)	-	-	(1.651.623)	-	(2.507.918)	(2.183)
7	-	-	-	(74.718)	94.779	(1.090.320)	(1.651.623)	-	(2.721.882)	(2.183)
8	-	-	-	-	-	-	-	5.649.990	5.649.990	86.798
Resultado líquido do período										
9 = 7 + 8	-	-	486.017	4.337.395	-	-	-	(4.823.412)	-	-
Operações com detentores de capital próprio no período:										
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	486.017	4.337.395	-	-	-	(4.823.412)	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 = 6 + 7 + 8 + 10	20.000.000	4.020.148	15.027.582	52.716.654	718.341	10.722.252	24.370.293	5.649.990	133.225.260	306.673
Posição em 31 de Dezembro de 2011										

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

**EEM - Empresa de Electricidade da Madeira**  
Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa  
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	137.911.883	173.814.979
Pagamentos a fornecedores	(107.521.267)	(92.376.542)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(30.890.089)	(32.338.346)
Outros recebimentos	5.161.911	-
Caixa gerada pelas operações	4.662.438	49.100.091
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	450.919	(2.084.405)
Outros recebimentos/pagamentos	6.533.086	1.270.865
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>11.646.443</b>	<b>48.286.551</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(24.311.958)	(46.060.835)
Activos intangíveis	(720.090)	(2.152.791)
Investimentos financeiros	-	(973.022)
Outros activos	(9.089.641)	(78.449)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1.000	1.000
Activos intangíveis	2.291.164	2.077.170
Outros activos	387.134	-
Subsídios ao investimento	4.032.139	225.396
Juros e rendimentos similares	736.203	600.636
Dividendos	400.000	722.447
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(26.274.049)</b>	<b>(45.638.448)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	45.593.077	61.040.919
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(12.687.038)	(47.907.221)
Juros e gastos similares	(19.078.060)	(15.356.232)
Outras operações de financiamento	-	(152.044)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>13.827.979</b>	<b>(2.374.578)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>(799.627)</b>	<b>273.525</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1.059.953</b>	<b>786.428</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>260.326</b>	<b>1.059.953</b>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

**EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.**  
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	<u>Notas</u>	<u>2011</u> <u>Euros</u>	<u>2010</u> <u>Euros</u>
<b>Activo Não Corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	375.395.450	384.097.418
Activos intangíveis	7	8.029.998	8.646.055
Participações financeiras - Método de equivalência patrimonial	8	16.262.036	13.014.259
Participações financeiras - Outros métodos	9	3.481.188	7.729.188
Clientes	10	27.464.512	27.840.999
Outras contas a receber	11	21.394.371	26.341.979
Activos por impostos diferidos	12	5.901.030	5.511.199
<b>Total do Activo Não Corrente</b>		<b>457.928.585</b>	<b>473.181.097</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários	14	14.355.133	16.410.217
Clientes	10	80.071.206	75.391.424
Estado e outros entes públicos	13	264.951	1.653.923
Accionistas/sócios	15	9.815.881	1.113.374
Outras contas a receber	11	94.841.147	69.976.212
Diferimentos	16	226.712	121.169
Outros activos financeiros	17	2.010.000	-
Caixa e depósitos bancários	4	106.400	946.601
<b>Total do Activo Corrente</b>		<b>201.691.430</b>	<b>165.612.920</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>659.620.015</b>	<b>638.794.017</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	18	20.000.000	20.000.000
Reservas legais	19	4.020.148	4.020.148
Outras reservas		15.027.582	14.541.565
Resultados transitados	20	48.685.597	45.207.412
Ajustamentos em activos financeiros	21	3.022.262	2.130.740
Excedentes de revalorização	22	10.722.252	11.812.572
Outras variações no capital próprio	23	24.215.824	25.842.938
Resultado líquido do período		5.219.037	4.860.171
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>130.912.702</b>	<b>128.415.546</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	25	10.704.307	10.704.307
Financiamentos obtidos	26	335.309.094	339.469.885
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	27	23.079.307	25.827.208
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>369.092.708</b>	<b>376.001.400</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	28	59.620.805	55.781.018
Estado e outros entes públicos	13	2.560.815	1.184.190
Accionistas/sócios	15	550.000	400.000
Financiamentos obtidos	26	73.459.085	32.966.479
Outras contas a pagar	29	16.240.687	38.849.494
Outros passivos financeiros	30	7.183.213	5.195.890
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<b>159.614.605</b>	<b>134.377.071</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>528.707.313</b>	<b>510.378.471</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>659.620.015</b>	<b>638.794.017</b>



## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.

### Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	<u>Notas</u>	<u>2011</u> Euros	<u>2010</u> Euros
Vendas e serviços prestados	31	193.014.242	174.149.255
Subsídios à exploração	32	58.523	201.034
Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	1.804.315	1.526.621
Trabalhos para a própria entidade	34	12.568.493	19.375.357
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	[106.868.278]	[90.551.294]
Fornecimentos e serviços externos	35	[12.931.084]	[14.974.628]
Gastos com o pessoal	36	[29.457.065]	[35.211.581]
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 e 11	[8.330.014]	[1.587.489]
Provisões (aumentos/reduções)	25 e 27	5.654.606	[1.542.000]
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	39.448	45.948
Aumentos/reduções de justo valor	37	[6.235.322]	[3.616.271]
Outros rendimentos e ganhos	38	11.770.923	11.369.720
Outros gastos e perdas	39	[8.655.822]	[8.721.532]
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>52.432.965</b>	<b>50.463.140</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	[32.801.253]	[32.506.948]
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>19.631.712</b>	<b>17.956.192</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	40	2.353.229	1.722.419
Juros e gastos similares suportados	40	[19.782.840]	[15.255.829]
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.202.101</b>	<b>4.422.782</b>
Imposto sobre o rendimento do período	41	3.016.936	437.389
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5.219.037</b>	<b>4.860.171</b>

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.

### Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em Euros)									
Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras var. no capital próprio	Resultados líquido do exercício	Total
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2010</b>	1	20.000.000	4.020.148	14.141.399	40.359.263	1.571.332	12.703.069	5.817.898	127.668.656
<b>Alterações no período:</b>									
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líq. imposto)	-	-	-	-	890.497	-	-	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	-	(576.435)	(890.497)	-	-	(17.027)
Subsídios ao investimento (líq. imposto)	-	-	-	-	(883.645)	-	(3.212.609)	-	(4.096.254)
<b>2</b>	-	-	-	-	(569.583)	(890.497)	(3.212.609)	-	(4.113.281)
<b>3</b>								4.860.171	4.860.171
<b>4 = 2 + 3</b>								4.860.171	746.890
<b>Operações com detentores de capital próprio no período:</b>									
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	-	400.166	5.417.732	-	-	(5.817.898)	-
<b>5</b>	-	-	-	400.166	5.417.732	-	-	(5.817.898)	-
<b>6 = 1 + 2 + 3 + 5</b>	20.000.000	4.020.148	14.541.565	45.207.412	2.130.740	11.812.572	25.842.938	4.860.171	128.415.546
<b>Alterações no período:</b>									
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis (líq. imposto)	-	-	-	-	876.356	(1.090.320)	-	-	(213.964)
Ajustamentos de partes de capital em associadas	-	-	-	-	(918.454)	891.522	-	-	(26.932)
Subsídios ao investimento (líq. imposto)	-	-	-	-	(853.871)	-	(1.627.114)	-	(2.480.985)
<b>7</b>	-	-	-	-	(895.969)	891.522	(1.627.114)	-	(2.721.881)
<b>8</b>								5.219.037	5.219.037
<b>9 = 7 + 8</b>								5.219.037	2.497.156
<b>Operações com detentores de capital próprio no período:</b>									
Aplicação do resultado líquido do período	-	-	486.017	4.374.154	-	-	-	(4.860.171)	-
<b>10</b>	-	-	486.017	4.374.154	-	-	-	(4.860.171)	-
<b>11 = 6 + 7 + 8 + 10</b>	20.000.000	4.020.148	15.027.582	48.685.597	3.022.262	10.722.252	24.215.824	5.219.037	130.912.702

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



# **EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.**

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	2011 Euros	2010 Euros
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	137.075.784	172.875.270
Pagamentos a fornecedores	(112.457.747)	(93.924.192)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(30.746.725)	(32.192.931)
Outros recebimentos	5.161.911	-
Caixa gerada pelas operações	(966.777)	46.758.147
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	881.723	(2.103.244)
Outros recebimentos/pagamentos	6.627.317	1.755.109
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>6.542.263</b>	<b>46.410.012</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(18.375.076)	(45.773.993)
Activos intangíveis	(720.090)	(2.152.791)
Investimentos financeiros	-	(973.022)
Outros activos	(10.958.536)	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1.000	1.000
Activos intangíveis	2.273.764	2.037.270
Outros activos	425.082	87.640
Subsídios ao investimento	4.032.139	225.396
Juros e rendimentos similares	736.203	600.636
Dividendos	400.000	722.447
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(22.185.514)</b>	<b>(45.225.417)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	45.743.077	61.458.234
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(12.272.539)	(47.249.114)
Juros e gastos similares	(18.667.488)	(15.054.655)
Outras operações de financiamento	-	(152.046)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>14.803.050</b>	<b>(997.581)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b>(840.201)</b>	<b>187.014</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>946.601</b>	<b>759.587</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>106.400</b>	<b>946.601</b>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

## **EEM - Empresa de Electricidade da Madeira**

### **Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

Anexo às demonstrações financeiras

#### **1. Identificação da entidade**

A EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (EEM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12/74, de 17 de Janeiro, na figura de Empresa Pública (E.P.), tendo por objecto a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira. A EEM é detida integralmente pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, sendo a sua sede social no Funchal, na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, n.º 32.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, publicado no Diário da República de 3 de Junho de 1994, a EEM foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo a denominação alterada para EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A..

A EEM rege-se pelos referidos Decretos, pelos seus estatutos, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da sociedade.

No dia 25 de Março de 2002, foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2002, que estendeu às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a regulação, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica. Durante o ano de 2002, a ERSE adaptou os regulamentos do sector eléctrico, nomeadamente o Regulamento de Tarifário, de forma a estender a sua aplicação às Regiões Autónomas e proceder à gradual uniformização do tarifário no território nacional, a partir de 1 de Janeiro de 2003, atendendo aos princípios da uniformidade tarifária e do equilíbrio financeiro das empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica. Desta forma, as tarifas aplicadas pela EEM a partir de 1 de Janeiro de 2003 são definidas pela ERSE, sendo também esta entidade responsável pelo cálculo da comparticipação paga à EEM a partir desta data relativa à redução das suas tarifas (ver Nota 3.2 k)).

O detalhe das empresas participadas pela EEM é apresentado na Nota 5 às demonstrações financeiras.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

- 2.1** As demonstrações financeiras da EEM foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2012. Estas demonstrações financeiras são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 3 foram utilizadas na preparação das demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

- 2.2** Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não obstante, e para efeitos meramente comparativos, foi efectuada a compensação dos impostos diferidos activos e passivos de 2010, originando um decréscimo de 7.605.081 Euros no total do activo e passivo consolidado da EEM (individual: 7.401.901 Euros).

- 2.3** Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

### 3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se nos parágrafos seguintes.

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 reflectem os activos, passivos e resultados da EEM e das suas subsidiárias, nomeadamente, Casa da Luz, Emacom e Enereem (Ver Nota 5), e os resultados atribuídos à EEM referentes às participações em empresas associadas. Estas políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todas as referidas empresas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

##### a) Princípios de consolidação

###### *Investimentos em subsidiárias*

As participações financeiras em subsidiárias em que a EEM exerce o controlo directo e indirecto são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a EEM assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a EEM detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma sociedade ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Em base individual, as participações financeiras em subsidiárias em que a EEM exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a EEM assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

###### *Investimentos em associadas*

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a EEM adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina. As associadas são entidades nas quais a EEM tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a EEM exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a EEM detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

### *Saldos e transacções eliminadas na consolidação*

Os saldos e transacções entre as empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transacções, são eliminados no processo de consolidação. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

### *Outras participações financeiras*

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém uma percentagem de direitos de voto inferior a 20% e nas quais não detém influência significativa sobre a política financeira e operacional, são contabilizadas ao justo valor por contrapartida de resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente (“bid price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

## **b) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição acrescido dos custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF, a EEM decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado (por via das reavaliações legais efectuadas em exercícios anteriores), determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a EEM. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A EEM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico de um activo excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 33
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	4 a 16
Outros activos fixos tangíveis	4 a 20

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### c) Activos intangíveis

A EEM reconhece um activo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

#### *Activos intangíveis com vida útil finita*

Os activos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A EEM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### *Activos intangíveis gerados internamente*

O dispêndio com pesquisa é reconhecido como um gasto quando incorrido. A EEM reconhece um activo intangível proveniente de desenvolvimento quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o activo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o activo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o activo intangível;
- A forma como o activo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao activo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos activos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos directamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o activo para ser capaz de funcionar da forma pretendida.

#### *Aquisição e desenvolvimento de software*

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela EEM necessárias à sua implementação. Estes gastos são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pela EEM, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.



Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

#### *Propriedade industrial e outros direitos*

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado.

As vidas úteis esperadas dos bens são as seguintes:

	<u>Número de Anos</u>
Software	6
Propriedade industrial e outros direitos	10 a 33

### **d) Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados, líquidos de subsídios ao investimento. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

### **e) Locações**

A EEM classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da sua forma legal. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo para o locatário. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo para o locatário.

#### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados no âmbito dos contractos de locação operacional são registados em resultados nos períodos a que dizem respeito.

#### *Locações financeiras*

Os contractos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos em resultados ao longo do período da locação, com o objectivo de reflectirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## **f) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A EEM reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

## **g) Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## **i) Impostos sobre o rendimento do período**

A EEM e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. De acordo com a legislação portuguesa, as declarações de impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos 4 anos subsequentes ao ano a que respeitam (Segurança Social: 5 anos).

Os impostos sobre os lucros correspondem aos impostos correntes e aos impostos diferidos. Os impostos sobre os lucros são reconhecidos nos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a EEM procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que i) tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e ii) os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

## **j) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são registados ao custo histórico, tendo por base a taxa de câmbio na data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## **k) Subsídios do Governo e outros equiparáveis**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis e os outros subsídios equiparáveis que estejam relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Estes subsídios apenas são reconhecidos no momento do seu recebimento.

Os subsídios do Governo reembolsáveis e os outros subsídios equiparáveis são contabilizados como passivos.

### *Compensação relativa à convergência tarifária*

Os subsídios de entidades governamentais, destinados a compensar a redução do tarifário de energia eléctrica, têm como base o protocolo estabelecido em 1998 entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este protocolo, válido para o triénio de 1998 a 2000, foi posteriormente alargado aos anos de 2001 e 2002.

Durante o mês de Abril de 2003, foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior e mantendo, na sua essência, a metodologia de cálculo da compensação pela redução do tarifário nesse período.

De acordo com o referido contrato, a compensação atribuível à EEM até 2002 é apurada pela diferença entre as receitas a custo padrão (receitas que a EEM obteria se o nível de tarifário fosse definido por forma a cobrir os respectivos custos padrão) e as receitas com o tarifário em vigor (receitas obtidas pela aplicação, em cada ano, do tarifário em vigor), considerando-se para este efeito como custos padrão das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, os custos determinados pela aplicação das regras

definidas no processo de convergência dos tarifários.

Nos termos do Regulamento Tarifário, os subsídios atribuídos à EEM para efeitos da convergência tarifária de anos posteriores a 2002, são registados por contrapartida de resultados no exercício em que a referida convergência é imputável, com base no princípio da equidade tarifária entre os consumidores do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

#### *Comparticipações de clientes*

As obras realizadas na rede de distribuição a pedido de clientes e a estes facturadas são contabilizadas como itens de activo fixo tangível, desde que os referidos itens cumpram os requisitos necessários à sua capitalização, sendo o valor recebido registado por contrapartida de resultados.

#### *Plano de promoção da eficiência no consumo de energia*

Os subsídios concedidos pela ERSE, destinados a financiar o Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), são registados em resultados quando existem garantias razoáveis quanto ao seu recebimento.

### **l) Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A EEM tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

### **m) Benefícios dos empregados**

#### *Pensões de reforma*

Em conformidade com o Acordo de Empresa, foi assumida a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para os trabalhadores que se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões à data do respectivo Acordo. A responsabilidade referida corresponde à diferença entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

O plano de pensões referido consiste num plano de benefícios definidos, cujas responsabilidades são estimadas anualmente com base num estudo actuarial efectuado por um perito independente, utilizando o Método de Crédito da Unidade Projectada, a fim de determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em resultados do exercício, de acordo com a IAS 19 – Benefícios de Empregados, conforme adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

A EEM reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo; (iv) o efeito das reformas antecipadas; e (v) o efeito dos “*curtailments*”.

## **n) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito compreende os montantes facturados na venda de energia eléctrica e na prestação de serviços relacionados, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A venda de energia eléctrica é considerada como rendimento no período em que ocorrem os respectivos consumos, independentemente da data de facturação. A facturação é efectuada numa base mensal, de acordo com as tarifas estabelecidas pela ERSE. Os rendimentos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são registados por estimativa com base nos consumos reais.

## **o) Licenças de emissão de CO2**

A EEM detém licenças de emissão de CO2 para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional. As licenças de emissão de CO2 detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo intangível no momento da atribuição, por contrapartida de capitais próprios, sendo valorizadas com base na cotação de mercado na data de referência da sua atribuição. As licenças adquiridas em mercado para efeitos da liquidação da responsabilidade resultante dos consumos efectuados, são registadas como um activo intangível ao seu custo de aquisição.

A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base no custo histórico das licenças (FIFO). Estas emissões são registadas como amortização do exercício em que ocorrem. Quando as emissões do exercício excedem o montante de licenças de emissão de CO2 em carteira, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de balanço.

A amortização dos subsídios registados inicialmente em capitais próprios é efectuada no exercício em que estes são atribuídos, na mesma proporção dos consumos, por contrapartida de resultados do exercício. Nos termos da regulação definida pela ERSE, o proveito diferido associado às licenças atribuídas a título gratuito e não consumidas é reclassificado para uma rubrica de Outras contas a pagar - Corrente, na medida em que este passivo constitui uma responsabilidade para com o Sistema Eléctrico, o qual será regularizado no decorrer do período do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão II (2008-2012).

## **p) Ajustamentos tarifários**

Nas actividades sujeitas a regulação, o Regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado exercício às tarifas de exercícios futuros. Os ajustamentos tarifários registados nas demonstrações financeiras da EEM correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os ajustamentos tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008, de 21 de Agosto, veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos ajustamentos tarifários. Consequentemente, a EEM regista nos resultados do exercício os efeitos decorrentes do reconhecimento dos ajustamentos tarifários gerados nesse exercício. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada exercício que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei, podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os ajustamentos tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

## q) Instrumentos financeiros

A EEM reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

A EEM mensura os instrumentos financeiros ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade quando satisfazem todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo; (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os restantes instrumentos financeiros são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição líquido de imparidade, quando não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor.

### *Clientes e Outras contas a receber*

A EEM regista os Clientes e Outras contas a receber em cada data de balanço ao custo ou ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. Estes activos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

### *Passivos financeiros*

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

### *Instrumentos financeiros derivados*

A EEM procede à contratação de instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro associado à sua carteira de empréstimos bancários (óptica de gestão), de forma a reduzir a variabilidade dos respectivos encargos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa são reconhecidas directamente no capital próprio, no momento em que ocorrem. Os valores

acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

#### *Imparidade*

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável. Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **r) Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de Março de 2012, data em que foram aprovados pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 46. Os eventos ocorridos após a data do balanço, sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 46.

## **3.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela EEM e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela EEM é apresentada na Nota 3.2. do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EEM, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da EEM e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### *Imparidade da rubrica de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela EEM da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas



e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### *Ajustamentos tarifários*

Os ajustamentos tarifários representam a diferença entre os custos e os proveitos do Sistema Eléctrico Nacional (SEN), estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema Eléctrico apurados no final de cada período. Os ajustamentos tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes. Considerando a legislação actualmente em vigor, que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos ajustamentos tarifários, a EEM registou nos resultados do exercício os efeitos decorrentes do reconhecimento do ajustamento tarifário. No âmbito da legislação em vigor, as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica, os ajustamentos tarifários.

#### *Imparidade dos activos não correntes*

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável. Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da EEM.

#### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Provisões*

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Assim sendo, as alterações nesta estimativa podem ter um impacto significativo nos resultados.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo na ausência de cotação determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Impostos sobre os lucros*

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.



Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EEM durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EEM de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base a expectativa do Conselho de Administração da EEM relativamente à existência de lucros tributáveis futuros.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da EEM situações que coloquem em causa a continuidade da EEM.

## 4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. A EEM classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

**4.1** A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

**4.2** A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Depósitos bancários à ordem	232.822	1.059.427	79.163	946.127
Caixa e equivalentes de caixa	27.504	526	27.237	474
	260.326	1.059.953	106.400	946.601

## 5. Perímetro de consolidação

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 de Dezembro de 2011, são apresentadas como segue:

[valores expressos em euros]

Denominação	Sede	Capital social	Total activo	Total passivo	Capitais Próprios	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido do exercício	% Grupo
Casa da Luz – Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda.	Funchal	99.760	2.391.919	1.984.463	407.456	93.207	684	100,00%
Enereem – Energias Renováveis, Lda.	Funchal	49.880	27.623.715	23.534.748	4.088.967	3.926.734	1.157.304	92,50%
Emacom – Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.	Funchal	49.880	1.857.090	1.138.297	718.793	724.297	253.299	100,00%

As empresas associadas incluídas no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2011, são apresentadas como segue:

(valores expressos em euros)

Denominação	Sede	Capital social	Total activo	Total passivo	Capitais Próprios	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido do exercício	% Grupo
Teleféricos da Madeira, S.A.	Funchal	250.000	8.785.211	2.687.497	6.097.714	5.721.940	3.011.548	20,00%
EEM & BFS – Energy, S.A.	Funchal	6.000.000	21.618.865	9.172.065	12.446.800	-	(89.216)	40,00%

No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 não se verificaram transacções relativas à aquisição e/ou alienação de partes de capital nas empresas acima referidas.

## 6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	6.422.029	6.422.029	6.422.029
Edifícios e outras construções	200.002.640	195.828.245	196.791.646	192.617.251
Equipamento básico	589.388.034	571.484.066	555.809.810	544.363.912
Equipamento de transporte	409.728	209.215	197.055	165.102
Equipamento administrativo	7.605.341	7.434.039	7.456.473	7.292.116
Outros activos fixos tangíveis	3.017.947	2.853.122	3.017.947	2.853.122
Património artístico	63.295	63.295	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	16.126.390	15.538.207	16.126.390	15.505.442
	823.035.404	799.832.218	785.821.350	769.218.974
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>				
Depreciação do período	(27.489.344)	(26.879.442)	(25.783.453)	(25.335.422)
Depreciação de abates/alienações	479.110	556.969	479.109	556.969
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(391.405.984)	(365.083.511)	(385.121.556)	(360.343.103)
	(418.416.218)	(391.405.984)	(410.425.900)	(385.121.556)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	404.619.186	408.426.234	375.395.450	384.097.418

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis para o Grupo, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	195.828.245	1.302.877	-	-	2.871.518	200.002.640
Equipamento básico	571.484.066	8.107.969	-	(441.463)	10.237.462	589.388.034
Equipamento de transporte	209.215	238.160	-	(37.647)	-	409.728
Equipamento administrativo	7.434.039	153.822	-	-	17.480	7.605.341
Outros activos fixos tangíveis	2.853.122	164.825	-	-	-	3.017.947
Património artístico	63.295	-	-	-	-	63.295
Activos fixos tangíveis em curso	15.538.207	13.799.276	-	-	(13.211.093)	16.126.390
	799.832.218	23.766.929	-	(479.110)	(84.633)	823.035.404
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(79.028.411)	(5.327.571)	-	-	-	(84.355.982)
Equipamento básico	(303.416.209)	(21.627.159)	-	441.463	-	(324.601.905)
Equipamento de transporte	(182.943)	(82.561)	-	37.647	-	(227.857)
Equipamento administrativo	(6.671.011)	(319.060)	-	-	-	(6.990.071)
Outros activos fixos tangíveis	(2.107.410)	(132.993)	-	-	-	(2.240.403)
	(391.405.984)	(27.489.344)	-	479.110	-	(418.416.218)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	408.426.234					404.619.186

As adições verificadas no período reflectem os trabalhos finais na Central Térmica da Vitória (CTV III), no montante de 939.358 Euros, trabalhos de reconstrução da rede de levadas, no montante de 1.485.140 Euros, e intervenções em linhas de transporte (1.230.150 Euros), distribuição de média tensão (3.023.100 Euros) e redes de baixa tensão (3.313.480 Euros). Adicionalmente, foram efectuadas intervenções para manutenção da capacidade produtiva dos Grupos 9 e 10 da Central Térmica da Vitória, no montante 626.621 Euros, e efectuadas grandes reparações nos tanques de fuel da Central Térmica do Porto Santo, no montante de 530.131 Euros.

Adicionalmente na subsidiária Enereem, foi concluído e entrou em funcionamento, o parque eólico do Loiral II, constituído por 2 aerogeradores de 3 MW cada, cujo investimento ascendeu, em 2011, a 6.398.627 Euros (2010: 32.765 Euros).

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis para o Grupo, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	193.978.329	13.950	-	-	1.835.966	195.828.245
Equipamento básico	524.688.300	14.361.046	-	(556.868)	32.991.588	571.484.066
Equipamento de transporte	226.374	-	-	(17.159)	-	209.215
Equipamento administrativo	6.962.155	229.796	-	-	242.088	7.434.039
Outros activos fixos tangíveis	2.712.755	89.572	-	-	50.795	2.853.122
Património artístico	68.390	5.650	-	(10.745)	-	63.295
Activos fixos tangíveis em curso	20.980.557	30.597.146	-	-	(36.039.496)	15.538.207
	<u>756.038.889</u>	<u>45.297.160</u>	<u>-</u>	<u>(584.772)</u>	<u>(919.059)</u>	<u>799.832.218</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(73.827.545)	(5.200.866)	-	-	-	(79.028.411)
Equipamento básico	(282.801.932)	(21.154.087)	-	539.810	-	(303.416.209)
Equipamento de transporte	(177.081)	(23.021)	-	17.159	-	(182.943)
Equipamento administrativo	(6.300.383)	(370.628)	-	-	-	(6.671.011)
Outros activos fixos tangíveis	(1.976.570)	(130.840)	-	-	-	(2.107.410)
	<u>(365.083.511)</u>	<u>(26.879.442)</u>	<u>-</u>	<u>556.969</u>	<u>-</u>	<u>(391.405.984)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>390.955.378</u>					<u>408.426.234</u>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis em base individual, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	192.617.251	1.302.877	-	-	2.871.518	196.791.646
Equipamento básico	544.363.912	8.081.290	-	(441.462)	3.806.070	555.809.810
Equipamento de transporte	165.102	69.600	-	(37.647)	-	197.055
Equipamento administrativo	7.292.116	153.267	-	-	11.090	7.456.473
Outros activos fixos tangíveis	2.853.122	164.825	-	-	-	3.017.947
Activos fixos tangíveis em curso	15.505.442	7.400.648	-	-	(6.779.700)	16.126.390
	<u>769.218.974</u>	<u>17.172.507</u>	<u>-</u>	<u>(479.109)</u>	<u>(91.022)</u>	<u>785.821.350</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(77.794.651)	(5.218.182)	-	-	-	(83.012.833)
Equipamento básico	(298.506.967)	(20.095.907)	-	441.462	-	(318.161.412)
Equipamento de transporte	(153.109)	(29.393)	-	37.647	-	(144.855)
Equipamento administrativo	(6.559.386)	(306.979)	-	-	-	(6.866.365)
Outros activos fixos tangíveis	(2.107.443)	(132.992)	-	-	-	(2.240.435)
	<u>(385.121.556)</u>	<u>(25.783.453)</u>	<u>-</u>	<u>479.109</u>	<u>-</u>	<u>(410.425.900)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>384.097.418</u>					<u>375.395.450</u>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis em base individual, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	6.422.029	-	-	-	-	6.422.029
Edifícios e outras construções	190.768.077	13.208	-	-	1.835.966	192.617.251
Equipamento básico	497.595.788	14.333.404	-	(556.868)	32.991.588	544.363.912
Equipamento de transporte	182.261	-	-	(17.159)	-	165.102
Equipamento administrativo	6.822.121	227.907	-	-	242.088	7.292.116
Outros activos fixos tangíveis	2.712.755	89.572	-	-	50.795	2.853.122
Activos fixos tangíveis em curso	20.980.557	30.564.381	-	-	(36.039.496)	15.505.442
	<u>725.483.588</u>	<u>45.228.472</u>	<u>-</u>	<u>(574.027)</u>	<u>(919.059)</u>	<u>769.218.974</u>
<b>Depreciações acumuladas e imparidade:</b>						
Edifícios e outras construções	(72.695.060)	(5.099.591)	-	-	-	(77.794.651)
Equipamento básico	(279.309.698)	(19.737.079)	-	539.810	-	(298.506.967)
Equipamento de transporte	(158.275)	(11.993)	-	17.159	-	(153.109)
Equipamento administrativo	(6.203.466)	(355.920)	-	-	-	(6.559.386)
Outros activos fixos tangíveis	(1.976.604)	(130.839)	-	-	-	(2.107.443)
	<u>(360.343.103)</u>	<u>(25.335.422)</u>	<u>-</u>	<u>556.969</u>	<u>-</u>	<u>(385.121.556)</u>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<u>365.140.485</u>					<u>384.097.418</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foram capitalizados na rubrica de Activos fixos tangíveis os seguintes montantes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Trabalhos para a própria entidade:</b>				
Activos fixos tangíveis:				
Materiais	2.624.040	4.546.327	2.624.040	4.546.327
Fornecimentos e serviços externos	3.292.998	5.619.579	3.292.998	5.619.579
Pessoal	2.252.448	3.240.135	2.252.448	3.240.135
Outros	66.709	45.140	66.709	45.140
	<u>8.236.195</u>	<u>13.451.181</u>	<u>8.236.195</u>	<u>13.451.181</u>
Activos fixos tangíveis em curso:				
Materiais	775.158	1.003.753	775.158	1.003.753
Fornecimentos e serviços externos	2.743.515	2.689.076	2.743.515	2.689.076
Pessoal	628.468	1.771.979	628.468	1.771.979
Outros	20.158	36.237	20.158	36.237
	<u>4.167.299</u>	<u>5.501.045</u>	<u>4.167.299</u>	<u>5.501.045</u>
	<u>12.403.494</u>	<u>18.952.226</u>	<u>12.403.494</u>	<u>18.952.226</u>

No decorrer do exercício de 2011, o valor dos gastos incorridos com estes activos ascendeu a 12.403.494 Euros (2010: 18.952.226 Euros), estando o correspondente rendimento registado na rubrica Trabalhos para a própria entidade da demonstração dos resultados.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica e registados em gastos dispêndios de carácter ambiental os montantes 1.317.837 Euros e 959.734 Euros, respectivamente.

Durante o período foram capitalizados nesta rubrica custos de empréstimos obtidos no montante de 207.880 Euros (2010: 1.081.055 Euros), tendo sido utilizada a taxa de capitalização de 5,05% para determinar esses custos (ver Nota 40).

## 7. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
Software	17.676.398	16.962.699	17.666.161	16.946.073
Licenças de emissão de CO2	7.570.538	6.560.851	7.570.538	6.560.851
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	146.538	146.538	146.538
	25.393.474	23.670.088	25.383.237	23.653.462
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>				
Amortização do período	(7.019.506)	(7.173.232)	(7.017.800)	(7.171.526)
Amortização acumulada de períodos anteriores	(10.340.557)	(7.839.293)	(10.335.439)	(7.835.881)
	(17.360.063)	(15.012.525)	(17.353.239)	(15.007.407)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>8.033.411</b>	<b>8.657.563</b>	<b>8.029.998</b>	<b>8.646.055</b>

Os movimentos nesta rubrica para o Grupo, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	16.962.699	629.066	-	-	84.633	17.676.398
Licenças de emissão de CO2	6.560.851	8.026.124	-	(7.016.437)	-	7.570.538
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	-	-	-	-	146.538
	23.670.088	8.655.190	-	(7.016.437)	84.633	25.393.474
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(10.327.374)	(2.352.768)	-	-	-	(12.680.142)
Licenças de emissão de CO2	(4.671.968)	(4.660.267)	-	4.671.968	-	(4.660.267)
Propriedade industrial e outros direitos	(13.183)	(6.471)	-	-	-	(19.654)
	(15.012.525)	(7.019.506)	-	4.671.968	-	(17.360.063)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>8.657.563</b>					<b>8.033.411</b>

As adições à rubrica de Software referem-se, essencialmente, ao investimento efectuado no âmbito do desenvolvimento e actualização dos sistemas informáticos da EEM, bem como ao cadastro e caracterização da rede eléctrica no sistema de gestão integrada da rede eléctrica da Região Autónoma da Madeira (SIT).

A EEM procedeu ao registo na rubrica Licenças de emissão de CO2, com referência a 1 de Janeiro de 2011, de um montante de 8.026.124 Euros relativo às licenças de emissão de CO2 atribuídas a título gratuito em 2011 por parte do Instituto do Ambiente (577.419 toneladas de *Emission Unit Allowance*: EUA).

A redução verificada na rubrica Licenças de emissão de CO2 inclui 4.671.968 Euros relativos à entrega das licenças correspondentes às emissões de CO2 verificadas em 2010 (364.144 toneladas de EUA), conforme referido na Nota 43.

Adicionalmente, no decorrer deste exercício, a EEM efectuou diversas operações no âmbito das quais procedeu à venda de 180.000 toneladas de EUA pelo montante de 2.305.400 Euros (líquido comissões), tendo gerado um impacto em resultados no mesmo montante, por via de reconhecimento de uma menos-valia na venda das EUA (39.070 Euros incluindo comissões de 18.000 Euros: ver Nota 43) e do subsídio associado às EUA atribuídas a título gratuito que foram alienadas (2.344.469 Euros: ver Nota 38). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente

das transacções com licenças de emissão de CO2 ascende a 5.842 Euros (incluindo o efeito em resultados da compensação tarifária de 2011).

A depreciação registada na rubrica Licenças de emissão de CO2, no montante de 4.660.267 Euros (2010: 4.671.968 Euros), corresponde aos consumos de CO2 efectuados pela EEM no âmbito do desenvolvimento da sua actividade operacional, conforme referido na Nota 3.2 o).

Os movimentos nesta rubrica para o Grupo, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	14.832.648	1.240.122	-	-	889.929	16.962.699
Licenças de emissão de CO2	7.128.641	7.408.285	-	(7.976.075)	-	6.560.851
Propriedade industrial e outros direitos	117.408	-	-	-	29.130	146.538
	22.078.697	8.648.407	-	(7.976.075)	919.059	23.670.088
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(7.832.580)	(2.494.794)	-	-	-	(10.327.374)
Licenças de emissão de CO2	(5.899.627)	(4.671.968)	-	5.899.627	-	(4.671.968)
Propriedade industrial e outros direitos	(6.713)	(6.470)	-	-	-	(13.183)
	(13.738.920)	(7.173.232)	-	5.899.627	-	(15.012.525)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	8.339.777					8.657.563

Os movimentos nesta rubrica em base individual, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	16.946.073	629.066	-	-	91.022	17.666.161
Licenças de emissão de CO2	6.560.851	8.026.124	-	(7.016.437)	-	7.570.538
Propriedade industrial e outros direitos	146.538	-	-	-	-	146.538
	23.653.462	8.655.190	-	(7.016.437)	91.022	25.383.237
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(10.322.256)	(2.351.062)	-	-	-	(12.673.318)
Licenças de emissão de CO2	(4.671.968)	(4.660.267)	-	4.671.968	-	(4.660.267)
Propriedade industrial e outros direitos	(13.183)	(6.471)	-	-	-	(19.654)
	(15.007.407)	(7.017.800)	-	4.671.968	-	(17.353.239)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	8.646.055					8.029.998

Os movimentos nesta rubrica em base individual, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Revalorizações/ Imparidade Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências/ Regularizações Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Software	14.822.411	1.233.733	-	-	889.929	16.946.073
Licenças de emissão de CO2	7.128.641	7.408.285	-	(7.976.075)	-	6.560.851
Propriedade industrial e outros direitos	117.408	-	-	-	29.130	146.538
	22.068.460	8.642.018	-	(7.976.075)	919.059	23.653.462
<b>Amortizações acumuladas e imparidade:</b>						
Software	(7.829.168)	(2.493.088)	-	-	-	(10.322.256)
Licenças de emissão de CO2	(5.899.627)	(4.671.968)	-	5.899.627	-	(4.671.968)
Propriedade industrial e outros direitos	(6.713)	(6.470)	-	-	-	(13.183)
	(13.735.508)	(7.171.526)	-	5.899.627	-	(15.007.407)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	8.332.952					8.646.055

No decorrer do exercício de 2011, o valor dos gastos incorridos em Trabalhos para a própria entidade com estes activos intangíveis ascendeu a 87.663 Euros (2010: 463.511 Euros). O correspondente rendimento encontra-se registado na rubrica Trabalhos para a própria entidade da demonstração dos resultados.

## 8. Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Empresas subsidiárias	-	-	6.102.173	3.021.019
Empresas associadas	10.159.863	9.993.240	10.159.863	9.993.240
	10.159.863	9.993.240	16.262.036	13.014.259

O detalhe desta rubrica, em base individual, é analisado como segue:

	Dez 2011			Dez 2010		
	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros
<b>Subsidiárias:</b>						
Museu - Casa da Luz	2.312.559	(2.312.559)	-	2.352.007	(2.352.007)	-
Enereem	5.383.379	-	5.383.379	2.555.525	-	2.555.525
Emacom	718.794	-	718.794	465.494	-	465.494
	8.414.732	(2.312.559)	6.102.173	5.373.026	(2.352.007)	3.021.019
<b>Associadas:</b>						
Teleféricos da Madeira	1.219.543	-	1.219.543	1.017.233	-	1.017.233
EEM & BFS	8.940.320	-	8.940.320	8.976.007	-	8.976.007
	10.159.863	-	10.159.863	9.993.240	-	9.993.240
	18.574.595	(2.312.559)	16.262.036	15.366.266	(2.352.007)	13.014.259

Conforme referido na política contabilística 3.2 a) e de acordo com o disposto na NCRF 13, em base individual, as participações financeiras em subsidiárias e associadas em que a EEM exerce, respectivamente, controlo ou influência significativa, são registadas pelo método de equivalência patrimonial. No entanto, em base consolidada, os investimentos em subsidiárias são consolidados pelo método integral.

O movimento das participações financeiras no exercício de 2011, em base individual, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições / Aumentos Euros	Alienações / Reduções Euros	Método de equivalência patrimonial Euros	Outras variações Euros	Saldo final Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Casa da Luz	2.352.007	-	-	(1.499)	(37.949)	2.312.559
Enereem	2.555.525	-	-	958.959	1.868.895	5.383.379
Emacom	465.494	-	-	253.300	-	718.794
Teleféricos da Madeira	1.017.233	-	-	202.310	-	1.219.543
EEM & BFS	8.976.007	-	-	(35.687)	-	8.940.320
	15.366.266	-	-	1.377.383	1.830.946	18.574.595
<b>Imparidade:</b>						
Casa da Luz	(2.352.007)	-	39.448	-	-	(2.312.559)
	(2.352.007)	-	39.448	-	-	(2.312.559)
	13.014.259					16.262.036

Na coluna Método de equivalência patrimonial encontram-se apresentados os efeitos da aplicação deste método de consolidação, sendo esta variação do investimento resultado da apropriação do resultado do período das empresas subsidiárias e associadas, no montante de 1.804.315 Euros, e de variações negativas dos capitais próprios destas subsidiárias e associadas, no montante de 426.932 Euros.

A rubrica Outras variações resulta da variação dos suprimentos considerados como instrumentos de capital próprio no âmbito das NCRF.

A informação financeira resumida referente às empresas subsidiárias e associadas é apresentada na Nota 5.

O movimento das participações financeiras no exercício de 2010, em base individual, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições / Aumentos Euros	Alienações / Reduções Euros	Método de equivalência patrimonial Euros	Outras variações Euros	Saldo final Euros
<b>Valor Bruto:</b>						
Casa da Luz	2.397.955	-	-	3.739	(49.687)	2.352.007
Enereem	1.867.833	-	-	804.092	(116.400)	2.555.525
Emacom	511.979	-	-	(46.485)	-	465.494
Teleféricos da Madeira	694.995	-	-	322.238	-	1.017.233
EEM & BFS	9.000.000	-	-	(23.993)	-	8.976.007
	14.472.762	-	-	1.059.591	(166.087)	15.366.266
<b>Imparidade:</b>						
Casa da Luz	(2.397.955)	-	45.948	-	-	(2.352.007)
	(2.397.955)	-	45.948	-	-	(2.352.007)
	12.074.807					13.014.259



Na coluna Método de equivalência patrimonial encontram-se apresentados os efeitos da aplicação deste método de consolidação, sendo esta variação do investimento resultado da apropriação do resultado do período das empresas subsidiárias e associadas, no montante de 1.526.621 Euros, e de variações negativas dos capitais próprios destas subsidiárias e associadas, no montante de 467.030 Euros.

A rubrica Outras variações resulta da variação dos suprimentos considerados como instrumentos de capital próprio no âmbito das NCRF.

## 9. Participações financeiras – Outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

		Dez 2011			Dez 2010		
	Método	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros	Valor bruto Euros	Imparidade Euros	Valor líquido Euros
Banif - SGPS, S.A.	Justo valor	2,646,621	-	2,646,621	6,694,393	-	6,694,393
Luso Carbon Fund	Justo valor	764,577	-	764,577	964,805	-	964,805
Horários do Funchal, S.A.	Custo aquisição	611,027	(611,027)	-	611,027	(611,027)	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Custo aquisição	50,000	-	50,000	50,000	-	50,000
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	Custo aquisição	20,141	(20,141)	-	20,141	(20,141)	-
Comboio do Monte, S.A.	Custo aquisição	16,000	-	16,000	16,000	-	16,000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	Custo aquisição	3,990	-	3,990	3,990	-	3,990
		4,112,356	(631,168)	3,481,188	8,360,356	(631,168)	7,729,188

O movimento das participações financeiras, durante o ano 2011, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições Euros	Alienações Euros	Variação justo valor Euros	Imparidade Euros	Saldo final Euros
Banif - SGPS, S.A.	6.694.394	-	-	(4.047.773)	-	2.646.621
Luso Carbon Fund	964.804	-	-	(200.227)	-	764.577
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	-	-	-	-	50.000
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	-	-	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	-	-	-	-	3.990
	7.729.188	-	-	(4.248.000)	-	3.481.188

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, os investimentos financeiros detidos no Banif – SGPS, S.A. e no Luso Carbon Fund desvalorizaram 4.047.773 Euros e 200.227 Euros, respectivamente, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reduções de justo valor (ver Nota 37).

O movimento das participações financeiras, durante o ano 2010, é analisado como segue:

	Saldo inicial Euros	Adições Euros	Alienações Euros	Variação justo valor Euros	Imparidade Euros	Saldo final Euros
Banif - SGPS, S.A.	8.445.834	973.022	-	(2.724.462)	-	6.694.394
Luso Carbon Fund	981.624	-	-	(16.820)	-	964.804
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	-	-	-	-	50.000
Comboio do Monte, S.A.	16.000	-	-	-	-	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	-	-	-	-	3.990
	9.497.448	973.022	-	(2.741.282)	-	7.729.188

No decorrer do exercício de 2010, o Grupo EEM procedeu à subscrição de 973.022 acções do Banif – SGPS, S.A., pelo preço de 1 Euro por acção, num investimento total de 973.022 Euros.

Esta aquisição inseriu-se no âmbito do aumento de capital realizado pelo Banif – SGPS, S.A. através de uma Oferta Pública de Subscrição reservada aos seus accionistas, no montante de 80.000.000 Euros. Com referência a 31 de Dezembro de 2010, o investimento financeiro detido no Banif – SGPS, S.A. desvalorizou 2.724.462 Euros, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reduções de justo valor (ver Nota 37).

## 10. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Entidades oficiais com protocolo	34.848.485	35.874.045	34.848.485	35.874.045
	34.848.485	35.874.045	34.848.485	35.874.045
<b>Activo corrente:</b>				
Entidades oficiais com protocolo	3.500.663	3.840.090	3.500.663	3.840.090
Entidades oficiais sem protocolo	72.240.232	66.566.233	72.239.890	66.564.569
Clientes particulares	35.957.709	31.444.383	35.782.357	31.358.058
	111.698.604	101.850.706	111.522.910	101.762.717
	146.547.089	137.724.751	146.371.395	137.636.762
<b>Imparidade:</b>				
Activo não corrente	(7.383.973)	(8.033.046)	(7.383.973)	(8.033.046)
Activo corrente	(31.454.370)	(26.373.959)	(31.451.704)	(26.371.293)
	(38.838.343)	(34.407.005)	(38.835.677)	(34.404.339)
<b>Valor líquido:</b>	107.708.746	103.317.746	107.535.718	103.232.423

A rubrica Entidades oficiais com protocolo, no montante de 38.349.148 Euros (2010: 39.714.135 Euros), corresponde a um conjunto de protocolos celebrados com algumas entidades oficiais regionais com vista ao recebimento dos valores devidos por essas entidades num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de reembolso mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos, a EEM recebeu em 2011 o montante de 2.431.648 Euros (2010: 2.171.985 Euros).

A rubrica Entidades oficiais sem protocolo, no montante de 72.240.232 Euros (2010: 66.566.233 Euros), corresponde a valores facturados a entidades oficiais regionais até 31 de Dezembro de 2011 relativos ao fornecimento de energia eléctrica e outros serviços prestados em dívida à data e que não se encontram abrangidos por protocolos para o seu recebimento. Deste montante, 29.846.102 Euros (2010: 29.427.735 Euros) referem-se a facturação de iluminação pública.

Em 2011 os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Utilização Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>					
<b>Activo não corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(8.033.046)	-	-	649.073	(7.383.973)
	(8.033.046)	-	-	649.073	(7.383.973)
<b>Activo corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(73.922)	-	(694)	-	(74.616)
Entidades oficiais sem protocolo	(15.569.632)	-	(4.698.378)	-	(20.268.010)
Cientes particulares	(10.730.405)	2.898.676	(3.280.015)	-	(11.111.744)
	(26.373.959)	2.898.676	(7.979.087)	-	(31.454.370)
	(34.407.005)	2.898.676	(7.979.087)	649.073	(38.838.343)

A utilização da imparidade de clientes particulares, no montante de 2.898.676 Euros, corresponde à anulação de valores em dívida com antiguidade significativa (incobráveis), que já se encontravam totalmente em imparidade.

Em 2010 os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Utilização Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>					
<b>Activo não corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(8.708.685)	-	-	675.639	(8.033.046)
	(8.708.685)	-	-	675.639	(8.033.046)
<b>Activo corrente:</b>					
Entidades oficiais com protocolo	(71.927)	-	(1.995)	-	(73.922)
Entidades oficiais sem protocolo	(14.899.542)	-	(670.090)	-	(15.569.632)
Cientes particulares	(9.139.362)	-	(1.591.043)	-	(10.730.405)
	(24.110.831)	-	(2.263.128)	-	(26.373.959)
	(32.819.516)	-	(2.263.128)	675.639	(34.407.005)

## 11. Outras contas a receber

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Compensação tarifária	17.355.563	18.380.509	17.355.563	18.380.509
Convergência tarifária	4.255.723	8.545.828	4.255.723	8.545.828
	21.611.286	26.926.337	21.611.286	26.926.337
<b>Activo corrente:</b>				
Compensação tarifária	69.667.849	43.596.671	69.667.849	43.596.671
Convergência tarifária	13.973.845	9.575.377	13.973.845	9.575.377
REN	2.618.242	5.843.259	2.618.242	5.843.259
Energia a facturar	6.826.668	7.984.494	6.828.206	7.985.899
Outros	2.835.173	3.064.283	2.837.675	3.063.062
	95.921.777	70.064.084	95.925.817	70.064.268
	117.533.063	96.990.421	117.537.103	96.990.605
<b>Imparidade:</b>				
Activo não corrente	(216.915)	(584.358)	(216.915)	(584.358)
Activo corrente	(1.084.670)	(88.056)	(1.084.670)	(88.056)
	(1.301.585)	(672.414)	(1.301.585)	(672.414)
<b>Valor líquido:</b>	116.231.478	96.318.007	116.235.518	96.318.191

A rubrica Compensação tarifária, no montante de 87.023.412 Euros (2010: 61.977.180 Euros), corresponde à diferença entre os valores efectivamente facturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos calculados com base em valores reais. A compensação tarifária detalha-se, por ano de recebimento, como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Activo:</b>				
Compensação tarifária de 2008	6.027.640	6.027.640	6.027.640	6.027.640
Compensação tarifária de 2009	30.601.468	30.601.468	30.601.468	30.601.468
Compensação tarifária de 2010	6.967.563	6.967.563	6.967.563	6.967.563
Compensação tarifária de 2011	7.305.443	-	7.305.443	-
Compensação tarifária de 2012	18.765.735	18.380.509	18.765.735	18.380.509
Compensação tarifária de 2013	17.355.563	-	17.355.563	-
	87.023.412	61.977.180	87.023.412	61.977.180
<b>Passivo (ver Nota 29):</b>				
Compensação tarifária de 2011	-	(22.178.622)	-	(22.178.622)
	-	(22.178.622)	-	(22.178.622)
	87.023.412	39.798.558	87.023.412	39.798.558

A rubrica Convergência tarifária, no montante de 18.229.568 Euros (2010: 18.121.205 Euros), corresponde à diferença entre os valores registados na conta de exploração nos exercícios de 1998 a 2002 e os efectivamente recebidos ao abrigo do contrato assinado entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais acrescido de juros de mora, que a 31 de Dezembro de 2011, ascendiam a 142.746 Euros. Ao abrigo deste contrato, a EEM recebeu do Governo da República, em exercícios anteriores, o montante de 26.713.636 Euros (incluindo capital e juros de mora) acrescido de IVA à taxa de 4%.

A rubrica REN, no montante de 2.618.242 Euros (2010: 5.843.259 Euros), corresponde ao valor da convergência tarifária do mês de Dezembro de 2011, transferido mensalmente para a EEM.

Em 2011, os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Convergência tarifária	(584.358)	-	367.443	(216.915)
	(584.358)	-	367.443	(216.915)
<b>Activo corrente:</b>				
Convergência tarifária	(88.056)	-	3.386	(84.670)
Outros devedores	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
	(88.056)	(1.000.000)	3.386	(1.084.670)
	(672.414)	(1.000.000)	370.829	(1.301.585)

As perdas por imparidade relativas à convergência tarifária resultam da determinação do valor actual do plano de pagamentos acima referido, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais sem juros. A reversão verificada no período corresponde ao “unwinding” do valor a receber por via deste plano.

Em 2010, os movimentos nas perdas por imparidade, para o Grupo, são analisados como segue:

	1 de Janeiro Euros	Perdas Euros	Reversões Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Convergência tarifária	(1.072.076)	-	487.718	(584.358)
	(1.072.076)	-	487.718	(584.358)
<b>Activo corrente:</b>				
Convergência tarifária	(88.056)	-	-	(88.056)
	(88.056)	-	-	(88.056)
	(1.160.132)	-	487.718	(672.414)

## 12. Activos e passivos por impostos diferidos

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras consolidadas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos		Impostos diferidos (líquido)	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Ajustamento de transição	548.034	584.570	-	-	548.034	584.570
Provisões não aceites fiscalmente	14.507.600	11.858.128	-	-	14.507.600	11.858.128
Amortizações sem consequência fiscal	-	-	218.784	183.364	(218.784)	(183.364)
Reavaliações contabilísticas	-	-	1.069.822	932.063	(1.069.822)	(932.063)
Subsídios não reembolsáveis	-	-	8.102.332	6.489.654	(8.102.332)	(6.489.654)
	15.055.634	12.442.698	9.390.938	7.605.081	5.664.696	4.837.617

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras individuais o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos		Impostos diferidos (líquido)	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Ajustamento de transição	548.034	584.570	-	-	548.034	584.570
Provisões não aceites fiscalmente	14.507.600	11.858.128	-	-	14.507.600	11.858.128
Amortizações sem consequência fiscal	-	-	12.841	9.105	(12.841)	(9.105)
Reavaliações contabilísticas	-	-	1.069.822	932.063	(1.069.822)	(932.063)
Subsídios não reembolsáveis	-	-	8.071.941	6.460.733	(8.071.941)	(6.460.733)
Outras	-	470.402	-	-	-	470.402
	15.055.634	12.913.100	9.154.604	7.401.901	5.901.030	5.511.199

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos para o Grupo e em base individual, nos exercícios de 2011 e 2010, são os seguintes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	4.837.617	4.223.956	5.511.199	4.904.865
Dotação a resultados	3.512.198	694.153	3.068.872	686.826
Dotação a reservas	(2.685.119)	(80.492)	(2.679.041)	(80.492)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	5.664.696	4.837.617	5.901.030	5.511.199

O Decreto Legislativo Regional nº 20/2011/M, de 26 de Dezembro, veio alterar a taxa de IRC aplicável na Região autónoma da Madeira em 2012, de 20% para 25%. De acordo com o disposto na NCRF 25.44, os activos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que estejam aprovadas à data de balanço, pelo que os impostos diferidos foram calculados com base na taxa de IRC de 25%.

### 13. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Activo:</b>				
Imposto sobre o rendimento	278.441	1.032.335	264.951	1.199.218
IVA a recuperar	-	377.206	-	454.705
Outros impostos	-	5	-	-
	278.441	1.409.546	264.951	1.653.923
<b>Passivo:</b>				
Imposto sobre o rendimento	86.952	-	-	-
Retenções de imposto sobre o rendimento	307.043	433.543	300.876	425.450
IVA a pagar	1.748.862	-	1.612.058	-
Outros impostos	58.375	44.484	58.395	44.499
Contribuições para a Segurança Social	573.657	698.603	571.250	696.124
Tributos das autarquias locais	18.236	18.117	18.236	18.117
	2.793.125	1.194.747	2.560.815	1.184.190

### 14. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Valor Bruto:</b>				
Mercadorias	9.490.159	10.167.545	9.450.589	10.126.873
Matérias-primas e subsidiárias	5.159.717	6.538.518	5.159.717	6.538.517
	14.649.876	16.706.063	14.610.306	16.665.390
<b>Imparidade:</b>				
Imparidade por depreciação de existências	(257.226)	(257.226)	(255.173)	(255.173)
	(257.226)	(257.226)	(255.173)	(255.173)
	14.392.650	16.448.837	14.355.133	16.410.217

A rubrica Mercadorias inclui valores relativos a cabos eléctricos, material a ser incorporado nas redes de transporte e distribuição e peças de reserva para as centrais térmicas.

O movimento das imparidades dos inventários no exercício de 2011, para o Grupo, é analisado como segue:

	1 de Janeiro Euros	Aumentos Euros	Reduções Euros	31 de Dezembro Euros
<b>Perdas por imparidade:</b>				
Mercadorias	(183.324)	-	-	(183.324)
Matérias-primas e subsidiárias	(73.902)	-	-	(73.902)
	(257.226)	-	-	(257.226)

## 15. Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Activo corrente:</b>				
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	666.256	1.053.390	666.256	1.053.390
EEM & BFS	9.149.625	59.984	9.149.625	59.984
	9.815.881	1.113.374	9.815.881	1.113.374
<b>Passivo corrente:</b>				
Emacom	-	-	(550.000)	(400.000)
	-	-	(550.000)	(400.000)
	9.815.881	1.113.374	9.265.881	713.374

## 16. Diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Activo:</b>				
Gastos a reconhecer:				
Seguros	287.271	166.966	226.712	120.539
Outros gastos a reconhecer	308.767	107.730	-	630
	596.038	274.696	226.712	121.169
<b>Passivo:</b>				
Rendimentos a reconhecer:				
Prestação de serviços	980.000	550.000	-	-
	980.000	550.000	-	-

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, para o Grupo, os gastos a reconhecer correspondem, essencialmente, aos valores pagos relativos ao seguro multirisco dos centros produtores e aos contractos celebrados com a Vestas Portugal para a garantia e manutenção dos parques eólicos da Enereem.

Em 2011, para o Grupo, os rendimentos a reconhecer correspondem aos valores recebidos (600.000 Euros em 2010 e 600.000 Euros em 2011) pela subsidiária Emacom por via de um contrato de aluguer de circuitos para um período de 5 anos, com maturidade em 2015 e 2016 respectivamente.



## 17. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Colateral Swap Barclays	2.010.000	-	2.010.000	-
	2.010.000	-	2.010.000	-

Nos termos do contrato celebrado com o Barclays referente ao “swap” de taxa de juro (ver Nota 30), a EEM é obrigada a constituir um depósito sempre que o justo valor do derivado seja negativo pelo montante que exceda os 4 milhões de Euros (“threshold” definido até 17 de Maio de 2012) ou exceda os 3 milhões de Euros (“threshold” após 17 de Maio de 2012). Nesta base a EEM constituiu, com referência a 31 de Dezembro de 2011, um depósito no montante de 2.010.000 Euros para fazer face a esta exigência contratual.

## 18. Capital realizado

O capital social de 20.000.000 Euros, representado por 4.000.000 acções ordinárias com o valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de Dezembro de 2011, sendo detido na sua totalidade pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

## 19. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da EEM, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da EEM. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Considerando que em exercícios anteriores a EEM já atingiu o limite da reserva legal, nos termos referidos anteriormente, não foi afecto a esta rubrica qualquer montante do resultado líquido do exercício de 2010.

## 20. Resultados transitados

Em 2011, a variação desta rubrica, para o Grupo, inclui a aplicação do resultado líquido do exercício de 2010 no montante de 4.337.395 Euros. Adicionalmente, esta variação inclui a realização de excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de 876.356 Euros, a reclassificação para a rubrica de Ajustamentos em activos financeiros do valor de resultado líquido que a EEM se apropriou relativamente às suas associadas por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e não distribuído, no montante de 94.779 Euros, e a reclassificação para Outras variações no capital próprio do imposto diferido associado aos subsídios reconhecidos em capital próprio que foram reclassificados para resultados do exercício em 2011.

## 21. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Método de equivalência patrimonial:</b>				
Lucros não distribuídos	708.963	614.184	2.878.039	1.959.584
Outras variações	9.378	9.378	144.223	171.156
	<u>718.341</u>	<u>623.562</u>	<u>3.022.262</u>	<u>2.130.740</u>

## 22. Excedentes de revalorização

Esta rubrica corresponde às reservas de reavaliação originadas pelas reavaliações que a EEM efectuou em exercícios anteriores ao abrigo dos respectivos diplomas legais sobre os seus Activos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de 10.722.252 Euros (2010: 11.812.572 Euros).

## 23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Subsídios	32.409.330	32.448.275	32.287.765	32.303.671
Imposto diferido - Subsídios	(8.102.332)	(6.489.654)	(8.071.941)	(6.460.733)
Doações	63.295	63.295	-	-
	<u>24.370.293</u>	<u>26.021.916</u>	<u>24.215.824</u>	<u>25.842.938</u>

Os movimentos ocorridos na rubrica, para o Grupo e em base individual, para os exercícios de 2011 e 2010, são os seguintes:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	26.021.916	29.258.050	25.842.938	29.055.547
Subsídios reconhecidos no exercício	4.253.443	402.461	4.253.443	402.461
Imposto diferido dos subsídios reconhecidos no exercício	(850.689)	(80.492)	(850.689)	(80.492)
Subsídios reclassificados por resultados	(4.292.389)	(4.441.260)	(4.269.350)	(4.418.222)
Imposto diferido dos subsídios reclassificados por resultados	858.479	888.252	853.871	883.644
Imposto diferido - Efeito da alteração da taxa de imposto	(1.620.467)	-	(1.614.389)	-
Outras variações	-	(5.095)	-	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<u>24.370.293</u>	<u>26.021.916</u>	<u>24.215.824</u>	<u>25.842.938</u>

## 24. Interesses minoritários

A rubrica Interesses minoritários corresponde ao investimento detido pela Aream – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira na subsidiária Enereem.

A participação de 92,5%, detida directa e indirectamente pela EEM, foi consolidada pelo método integral, dando origem aos interesses minoritários correspondentes a 7,5% dos capitais próprios e dos resultados da Enereem, no montante de 306.673 Euros (2010: 222.058 Euros).

## 25. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	6.027.640	6.027.640	6.027.640
Outros riscos e encargos	4.676.667	4.676.667	4.676.667	4.676.667
	10.704.307	10.704.307	10.704.307	10.704.307

No decorrer exercício de 2007, foi constituída uma provisão por contrapartida de resultados transitados no montante de 6.027.640 Euros, considerando os riscos de recuperabilidade do montante pago pela EEM pela ocupação do domínio público municipal relativo a 2006, conforme referido na Nota 29.

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2010, a EEM contabilizou uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 4.600.000 Euros para outras contingências decorrentes da sua actividade.

Em 2011, o movimento na rubrica de Provisões para o Grupo é analisado como segue:

	1 Janeiro Euros	Adições Euros	Utilizações Euros	Reversões Euros	Unwinding Euros	31 Dezembro Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	-	-	-	-	6.027.640
Outros riscos e encargos	4.676.667	-	-	-	-	4.676.667
	10.704.307	-	-	-	-	10.704.307

Em 2010, o movimento na rubrica de Provisões para o Grupo é analisado como segue:

	1 Janeiro Euros	Adições Euros	Utilizações Euros	Reversões Euros	Unwinding Euros	31 Dezembro Euros
Taxa municipal de ocupação 2006	6.027.640	-	-	-	-	6.027.640
Outros riscos e encargos	3.134.667	4.600.000	-	(3.058.000)	-	4.676.667
	9.162.307	4.600.000	-	(3.058.000)	-	10.704.307

## 26. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Passivo não corrente:</b>				
Financiamento estrangeiro	307.793.002	308.286.327	307.793.002	308.286.327
Outros empréstimos	45.694.957	51.180.309	27.516.092	31.183.558
	353.487.959	359.466.636	335.309.094	339.469.885
<b>Passivo corrente:</b>				
Contas correntes caucionadas	51.858.232	21.593.337	51.858.232	21.593.337
Financiamento estrangeiro	17.836.191	4.835.215	17.836.191	4.835.215
Outros empréstimos	5.610.227	6.978.665	3.764.662	6.537.927
	75.304.650	33.407.217	73.459.085	32.966.479
	428.792.609	392.873.853	408.768.179	372.436.364

Em 28 de Maio de 2010, a EEM contratou uma linha de crédito junto do BEI (Banco Europeu de Investimento) no montante total de 75.000.000 Euros com o objectivo de melhorar as infraestruturas de produção, transmissão e distribuição de electricidade na Região Autónoma da Madeira. Durante o exercício de 2011, a EEM procedeu à utilização da segunda tranche desta linha no montante de 15.000.000 Euros (2010: 25.000.000 Euros), a qual se encontra registada na rubrica de Financiamento estrangeiro.

Em Setembro de 2010, a EEM procedeu à contratação de um financiamento por via da emissão de 20.000.000 Euros de papel comercial, com maturidade a 3 anos, que se encontra registado na rubrica de Outros empréstimos. Este montante foi utilizado, essencialmente, para pagamento dos valores em dívida obtidos através de contas correntes caucionadas.

Em 2011, a análise da rubrica de Financiamentos obtidos para o Grupo, por maturidade, é a seguinte:

	Até 1 ano Euros	1 a 5 anos Euros	Mais 5 anos Euros	Total Euros
<b>Passivo não corrente:</b>				
Financiamento estrangeiro	-	27.519.421	280.273.581	307.793.002
Outros empréstimos	-	34.787.638	10.907.319	45.694.957
	-	62.307.059	291.180.900	353.487.959
<b>Passivo corrente:</b>				
Contas correntes caucionadas	51.858.232	-	-	51.858.232
Financiamento estrangeiro	17.836.191	-	-	17.836.191
Outros empréstimos	5.610.227	-	-	5.610.227
	75.304.650	-	-	75.304.650
	75.304.650	62.307.059	291.180.900	428.792.609

Em 2010, a análise da rubrica de Financiamentos obtidos para o Grupo, por maturidade, é a seguinte:

	Até 1 ano Euros	1 a 5 anos Euros	Mais 5 anos Euros	Total Euros
<b>Passivo não corrente:</b>				
Financiamento estrangeiro	-	33.247.565	275.038.762	308.286.327
Outros empréstimos	-	38.455.103	12.725.206	51.180.309
	-	71.702.668	287.763.968	359.466.636
<b>Passivo corrente:</b>				
Contas correntes caucionadas	21.593.337	-	-	21.593.337
Financiamento estrangeiro	4.835.215	-	-	4.835.215
Outros empréstimos	6.978.665	-	-	6.978.665
	33.407.217	-	-	33.407.217
	33.407.217	71.702.668	287.763.968	392.873.853

À data de 31 de Dezembro de 2011, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, para o Grupo, são analisados como segue:

	2012 Euros	2013 Euros	2014 Euros	2015 Euros	2016 Euros	Anos seguintes Euros	Total Euros
Passivo não corrente	-	30.777.177	10.801.774	10.373.795	10.354.313	291.180.900	353.487.959
Passivo corrente	75.304.650	-	-	-	-	-	75.304.650
	75.304.650	30.777.177	10.801.774	10.373.795	10.354.313	291.180.900	428.792.609

À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, para o Grupo, são analisados como segue:

	2011 Euros	2012 Euros	2013 Euros	2014 Euros	2015 Euros	Anos seguintes Euros	Total Euros
Passivo não corrente	-	21.044.113	30.761.813	10.784.878	9.111.864	287.763.968	359.466.636
Passivo corrente	33.407.217	-	-	-	-	-	33.407.217
	33.407.217	21.044.113	30.761.813	10.784.878	9.111.864	287.763.968	392.873.853

A crise financeira que afecta a liquidez nos mercados internacionais, bem como a redução do *rating* da EEM, por arrastamento da redução do *rating* da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira, levaram ao aumento dos *spreads* aplicados aos financiamentos bancários. No que respeita ao empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros, a referida redução de *rating* para um note inferior a Baa2 exigiu a obtenção, em 2011, de uma garantia incondicional e irrevogável (aval) do Governo da Região Autónoma da Madeira, implicando um agravamento dos respectivos custos financeiros.

## 27. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Nos termos definidos no Acordo de Empresa a EEM assumiu, sob a forma de um plano de benefícios definidos, a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para com os trabalhadores que, à data do Acordo, se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões.

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 3.2. a EEM adopta uma política contabilística que prevê o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais por contrapartida de resultados do exercício. Os ganhos actuariais reconhecidos em resultados dos exercícios de 2011 e 2010 ascendem a 1.851.710 Euros e 1.405.763 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de pensões são as seguintes:

	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Evolução das responsabilidades:</b>		
Responsabilidades no início do exercício	30.989.119	32.878.110
Custo do serviço corrente	67.645	243.442
Custo dos juros	1.471.983	1.561.710
Pensões pagas	(2.255.206)	(2.288.380)
Ganhos e perdas actuariais	(1.851.710)	(1.405.763)
"Curtailment"	(5.342.524)	-
<b>Responsabilidades no fim do exercício</b>	<b>23.079.307</b>	<b>30.989.119</b>

A diminuição das responsabilidades no decorrer do exercício de 2011 resulta, essencialmente, da actualização de alguns pressupostos, com o objectivo de equiparar as regras de atribuição de benefícios ao universo dos trabalhadores da EEM, às regras vigentes para a generalidade dos funcionários públicos. O plano de pensões foi também ajustado de acordo com as medidas do Orçamento de Estado de 2011 e de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões era o seguinte:

	Dez 2011	Dez 2010
Activos	59	68
Pré-reformados	19	19
Reformados	244	236
	<b>322</b>	<b>323</b>

No apuramento das responsabilidades associadas ao plano de pensões, foram utilizados os seguintes pressupostos actuariais:

	Dez 2011	Dez 2010
Taxa de crescimento salarial	2,75% (a)	2,75% (a)
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões de reforma	1,75%	1,75%
Taxa de retorno dos activos	4,75%	4,75%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábua de mortalidade:		
Mulheres	TV88/90	TV88/90
Homens	TV73/77 + 1 ano	TV73/77 + 1 ano
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

(a) Em 2012 e 2013 não foi considerado qualquer crescimento salarial.

As responsabilidades efectivas com o plano de pensões encontram-se cobertas por um seguro específico e por provisões para pensões, conforme se apresenta de seguida:

	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Responsabilidades efectivas em 31 de Dezembro:</b>		
Activos	2.741.813	9.542.349
Pré-reformados	3.122.350	3.745.537
Reformados	17.215.144	17.701.233
	<b>23.079.307</b>	<b>30.989.119</b>
<b>Responsabilidades objecto de cobertura:</b>		
Valor do seguro	-	5.161.911
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23.079.307	25.827.208
<b>Responsabilidades não cobertas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

No decorrer do ano de 2011 a EEM liquidou o seguro que detinha para fazer face a parte das responsabilidades com pensões.

No ano de 2011, a EEM registou uma reversão da provisão para custos com complementos de reforma e pré-reforma no montante de 5.654.606 Euros (2010: gasto de 200.854 Euros), que é analisada como segue:

	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Custo do exercício:</b>		
Custo dos serviços correntes	67.645	243.442
Custo dos juros	1.471.983	1.561.710
Ganhos e perdas actuariais	(1.851.710)	(1.405.763)
"Curtailment"	(5.342.524)	-
Retorno dos activos projectados	-	(198.535)
<b>Custo líquido do exercício</b>	<b>(5.654.606)</b>	<b>200.854</b>

## 28. Fornecedores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Fornecedores c/c:				
Gerais	54.712.304	47.701.188	54.283.672	47.679.321
Empresas subsidiárias	-	-	590.885	2.061.859
Fornecedores de imobilizado	5.403.786	6.039.838	4.746.248	6.039.838
	60.116.090	53.741.026	59.620.805	55.781.018

A rubrica Fornecedores c/c – Gerais inclui, essencialmente, fornecimentos de combustíveis e de energia. Em base individual, a rubrica Fornecedores c/c – Empresas subsidiárias diz respeito a serviços prestados pela Emacom à EEM no montante de 590.885 Euros (2010: 290.552 Euros). Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica também incluía o montante de 1.771.307 Euros respeitante a energia adquirida à Enereem.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Fornecedores de imobilizado inclui essencialmente dívidas a liquidar à Edimade, Siemens e Luzosfera, referentes a diversos trabalhos na rede de transporte e distribuição e à Vestaspor na sequência da construção do parque eólico do Loiral II.

## 29. Outras contas a pagar

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Acréscimos de gastos:</b>				
Convergência tarifária 2011 (ver Nota 11)	-	22.178.622	-	22.178.622
Taxa municipal de ocupação (ver Nota 39)	7.665.104	7.476.180	7.665.104	7.476.180
Encargos com férias	1.926.685	3.892.123	1.911.815	3.888.931
Sistema Eléctrico Nacional (CO2)	2.910.271	1.888.884	2.910.271	1.888.884
Outros credores	3.569.260	3.543.951	3.753.497	3.416.877
	16.071.320	38.979.760	16.240.687	38.849.494

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2011 devida pela EEM pela ocupação de domínio público municipal. Esta taxa foi fixada em 7,5% do valor anual das vendas de energia eléctrica em baixa tensão em cada Município, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, de 8 de Janeiro, o qual produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

A rubrica Sistema Eléctrico Nacional (CO2) corresponde às licenças de CO2 atribuídas a título gratuito e ainda não consumidas, conforme referido na Nota 43.

Na rubrica Outros credores estão incluídos os depósitos de garantia, referentes a cauções prestadas pelos consumidores de electricidade, no montante de 2.467.829 Euros (2010: 2.476.200 Euros).



### 30. Outros passivos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
"Swaps" de taxa de juro	7.183.213	5.186.320	7.183.213	5.186.320
Opções de taxa de juro	-	9.570	-	9.570
	7.183.213	5.195.890	7.183.213	5.195.890

A rubrica "Swaps" de taxa de juro corresponde ao justo valor do derivado de taxa de juro contratado para cobertura da variabilidade da taxa de juro associada à tranche de 66.000.000 Euros do empréstimo de 220.000.000 Euros, contratado em 2005 pela EEM no âmbito do processo de reestruturação do seu passivo financeiro. Por via deste "swap", com vencimento em 15 de Novembro de 2017, a EEM recebe uma taxa de juro variável (Euribor 6M) e paga uma taxa de juro fixa de 3,55% sobre o montante acima referido. Nos termos deste contrato, foi constituído um depósito no valor de 2.010.000 Euros, como colateral deste "swap" (ver Nota 17).

### 31. Vendas e serviços prestados e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Vendas:</b>				
Energia	120.443.765	117.493.451	120.461.566	117.512.347
Compensação de tarifário	71.991.505	55.866.573	71.991.505	55.866.573
Serviços prestados	1.024.605	977.607	487.552	611.197
Mercadorias	73.702	159.211	73.619	159.138
	193.533.577	174.496.842	193.014.242	174.149.255
<b>Custo das vendas:</b>				
Matérias-primas	56.217.282	47.040.685	56.217.282	47.040.685
Energia adquirida a terceiros	40.079.346	31.412.874	44.006.079	34.758.121
Mercadorias	6.646.019	8.753.268	6.644.917	8.752.488
	102.942.647	87.206.827	106.868.278	90.551.294

A rubrica Compensação de tarifário inclui os montantes de 55.609.853 Euros relativos à convergência tarifária de 2011, 16.606.923 Euros referentes ao ajustamento tarifário de 2011 a recuperar em 2013, 3.968 Euros correspondentes à revisão pela ERSE da estimativa do ajustamento tarifário de 2010 a devolver por via da tarifa de energia eléctrica em 2012 e 221.303 Euros correspondentes ao diferimento do PPDA.

## 32. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Subsídios à exploração:</b>				
Fundo Social Europeu	58.523	196.341	58.523	196.341
Outros subsídios	-	4.693	-	4.693
	58.523	201.034	58.523	201.034

## 33. Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os Rendimentos/(gastos) resultantes de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial analisam-se da seguinte forma:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Ganhos:</b>				
Subsidiárias	-	-	1.237.691	1.037.753
Associadas	602.310	494.779	602.310	494.779
	602.310	494.779	1.840.001	1.532.532
<b>Perdas:</b>				
Associadas	(35.686)	(5.911)	(35.686)	(5.911)
	(35.686)	(5.911)	(35.686)	(5.911)
	566.624	488.868	1.804.315	1.526.621

## 34. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Trabalhos para a própria entidade:</b>				
Activos tangíveis e intangíveis	12.491.157	19.291.864	12.491.157	19.291.864
Outros	77.336	83.493	77.336	83.493
	12.568.493	19.375.357	12.568.493	19.375.357

### 35. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>				
Subcontratos	5.859.836	8.197.902	5.858.786	8.197.704
Serviços especializados	3.926.765	3.510.818	3.356.345	2.981.003
Materiais	5.986	5.257	5.451	4.308
Energia e fluidos	386.797	370.638	384.783	368.029
Deslocações, estadas e transportes	172.950	240.853	172.950	240.853
Serviços diversos	3.059.743	3.046.267	3.152.769	3.182.731
	13.412.077	15.371.735	12.931.084	14.974.628

A rubrica de Serviços especializados inclui gastos com consultoria financeira, jurídica e informática e com conservação e reparação.

### 36. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Gastos com pessoal:</b>				
Remunerações dos órgãos sociais	199.549	233.639	199.549	233.639
Remunerações e outros gastos do pessoal	24.015.268	28.495.637	23.896.364	28.375.196
Benefícios pós-emprego	-	200.855	-	200.855
Encargos sobre remunerações	5.195.592	6.193.769	5.170.556	6.170.404
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	192.075	232.316	190.596	231.487
	29.602.484	35.356.216	29.457.065	35.211.581

O número médio de pessoas ao serviço das empresas do Grupo no período foi 850 (2010: 864).

### 37. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Ganhos:</b>				
Instrumentos financeiros derivados	9.571	25.953	9.571	25.953
	9.571	25.953	9.571	25.953
<b>Perdas:</b>				
Participações financeiras - Outros métodos	(4.248.000)	(2.741.282)	(4.248.000)	(2.741.282)
Instrumentos financeiros derivados	(1.996.893)	(900.942)	(1.996.893)	(900.942)
	(6.244.893)	(3.642.224)	(6.244.893)	(3.642.224)
	(6.235.322)	(3.616.271)	(6.235.322)	(3.616.271)

### 38. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Licenças de emissão de CO2	7.004.737	6.748.415	7.004.737	6.748.415
Subsídios ao investimento	4.292.389	4.441.259	4.269.350	4.418.221
Outros rendimentos e ganhos	509.037	244.327	496.836	203.084
	<b>11.806.163</b>	<b>11.434.001</b>	<b>11.770.923</b>	<b>11.369.720</b>

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde à amortização do subsídio que resulta da atribuição de licenças de emissão de CO2 a título gratuito, conforme referido na Nota 3 o).

### 39. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Taxa municipal de ocupação	7.665.104	7.476.180	7.665.104	7.476.180
Imposto do Selo	629.045	735.617	612.580	722.814
Outros	413.739	538.002	378.138	522.538
	<b>8.707.888</b>	<b>8.749.799</b>	<b>8.655.822</b>	<b>8.721.532</b>

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2011 devida pela EEM, conforme referido na Nota 29.

### 40. Rendimentos e gastos financeiros

As rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>				
Juros de mora	469.229	472.211	469.229	472.211
Juros do ajustamento tarifário	1.137.835	371.702	1.137.835	371.702
Juros da convergência tarifária	108.363	34.382	108.363	34.382
"Unwinding" da convergência tarifária	370.829	487.718	370.829	487.718
Dividendos	-	272.446	-	272.446
Outros	266.973	83.960	266.973	83.960
	<b>2.353.229</b>	<b>1.722.419</b>	<b>2.353.229</b>	<b>1.722.419</b>
<b>Juros e gastos similares suportados:</b>				
Juros dos financiamentos obtidos	17.341.385	14.307.894	16.930.292	13.992.005
Juros do ajustamento tarifário	-	1.259.271	-	1.259.271
Comissões e serviços bancários	2.541.841	1.075.810	2.540.978	1.071.956
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	(207.880)	(1.081.055)	(207.880)	(1.081.055)
Outros	519.508	13.652	519.450	13.652
	<b>20.194.854</b>	<b>15.575.572</b>	<b>19.782.840</b>	<b>15.255.829</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(17.841.625)</b>	<b>(13.853.153)</b>	<b>(17.429.611)</b>	<b>(13.533.410)</b>

Nos termos do referido na Nota 11, a convergência tarifária atribuível no período de 1998 a 2002 será liquidada em prestações trimestrais sem juros, tendo a EEM registado o valor actual deste activo na transição para as NCRF por contrapartida de capitais próprios. Nesta base, a EEM registou o respectivo “unwinding” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 nos montantes de 370.829 Euros e 487.718 Euros, respectivamente.

A rubrica Juros de empréstimos obtidos capitalizados diz respeito aos juros dos empréstimos obtidos atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos activos da empresa, de acordo com a política contabilística referida na nota 3.2.d).

A rubrica Outros juros e gastos similares suportados inclui 519.444 Euros respeitantes aos custos com a garantia incondicional e irrevogável (aval) obtida junto do Governo da Região Autónoma da Madeira de forma a cumprir as exigências do empréstimo sindicado de 220 milhões de Euros em resultado da redução do rating da EEM para uma note inferior a Baa2, por arrastamento da redução do rating da República Portuguesa e, consequentemente da Região Autónoma da Madeira.

## 41. Imposto sobre o rendimento do período

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Imposto corrente	382.489	458.002	51.936	249.437
Imposto diferido	(3.512.198)	(694.153)	(3.068.872)	(686.826)
	(3.129.709)	(236.151)	(3.016.936)	(437.389)

A rubrica Imposto diferido corresponde aos activos e passivos por impostos diferidos, de acordo com o referido na Nota 12.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC para o Grupo, em 2011 e 2010, é analisada como segue:

	2011			2010		
	Taxa	Base Fiscal	Imposto	Taxa	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	20,00%	2.607.079	521.416	20,00%	4.659.940	931.988
Benefícios fiscais	(13,14%)	(1.713.217)	(342.643)	(4,35%)	(1.014.630)	(202.926)
Subsídios	(24,09%)	(3.139.604)	(627.921)	(19,06%)	(4.441.260)	(888.252)
Equivalência Patrimonial	(4,35%)	(566.624)	(113.325)	(2,03%)	(471.841)	(94.368)
Dividendos não tributados	-	-	-	(0,58%)	(136.223)	(27.245)
Tributação autónoma	1,29%	167.795	33.559	0,67%	156.975	31.395
Prejuízos fiscais não dedutíveis	0,66%	86.102	17.220	0,57%	131.712	26.342
Alterações de estimativa	-	-	-	0,10%	23.186	4.637
Provisões s/consequência fiscal	14,56%	1.897.481	379.496	(0,45%)	(104.036)	(20.807)
Outros ajustamentos	(0,02%)	(2.586)	(516)	0,07%	15.422	3.085
Alteração de taxa	(114,96%)	(14.984.976)	(2.996.995)	-	-	-
	(120,05%)	(15.648.550)	(3.129.709)	(5,06%)	(1.180.755)	(236.151)

O Decreto Legislativo Regional nº 20/2011/M, de 26 de Dezembro, veio alterar a taxa de IRC aplicável na Região Autónoma da Madeira em 2012, de 20% para 25%. De acordo com o disposto na NCRF 25.44, os activos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que estejam aprovadas à data de balanço.

Os efeitos destas alterações da taxa de imposto foram considerados na determinação dos impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de

2011. Os respectivos impactos encontram-se divulgados nas rubricas Efeito da alteração da taxa de imposto (efeito em impostos diferidos), na nota 23.

A Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, cuja vigência foi prorrogada até ao final do exercício de 2011 (Lei do Orçamento de Estado para 2011), introduziu um pacote de medidas de incentivo ao investimento e emprego, entre as quais se destaca o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI). A EEM, na estimativa de IRC de 2011, beneficiou do incentivo fiscal previsto neste diploma, sobre a forma de uma dedução à colecta no valor de 4.742 Euros (73.346 Euros em 2010). No entanto, em 2011, e por aplicação do limite à utilização de benefícios fiscais imposto pelo Artigo 92º do CIRC, foi acrescido à colecta o valor de 4.164 Euros.

## 42. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis apresenta-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
<b>Pagamentos futuros:</b>				
Menos de um ano	545.747	70.526	614.789	70.526
Entre um e cinco anos	1.225.974	30.669	1.371.313	30.669
	1.771.721	101.195	1.986.102	101.195

A rubrica de locações operacionais corresponde aos contractos de locação da frota automóvel da EEM.

## 43. Licenças de emissão de CO2

Os movimentos na carteira de Licenças de CO2 são analisados como segue:

	Dezembro 2011		Dezembro 2010	
	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros
Licenças de CO2 em 1 de Janeiro	147.224	12,83	83.949	14,64
Licenças de CO2 atribuídas a título gratuito no período	577.419	13,90	577.419	12,83
Licenças de CO2 adquiridas	-	-	-	-
Licenças de CO2 alienadas	(180.000)	13,02	(150.000)	13,84
	544.643		511.368	
Licenças de CO2 a devolver por consumos ocorridos no período	(335.271)		(364.144)	
	209.372	13,90	147.224	12,83
Excesso / (Insuficiência) de licenças de CO2				
Activos / (Responsabilidades) - Euros	2.910.271		1.888.884	

As licenças de emissão de CO2 atribuídas para o período de 2008-2012 ascendem a 2.887.095 toneladas de EUA, a imputar de forma linear a cada um dos anos referidos (577.419 toneladas/ano), em conformidade com o disposto no PNAL II.

Conforme referido na Nota 7, no decorrer do exercício de 2011 a EEM procedeu à alienação de 180.000 toneladas de EUA atribuídas a título gratuito, tendo gerado uma menos-valia contabilística líquida no montante de 39.070 Euros (ver Nota 7). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transacções com licenças de emissão de CO2 ascende a 5.842 Euros (incluindo o efeito em resultados da Compensação tarifária de 2011).

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues ao Instituto do Ambiente de cada país até ao final do quarto mês do ano seguinte (ver Nota 7).

## 44. Divulgações de partes relacionadas

### *Accionistas*

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, o capital social da EEM é integralmente detido pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, conforme referido na Nota 18.

### *Remunerações dos Órgãos Sociais*

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o custo com as remunerações dos membros do Conselho de Administração apresentam-se como segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Benefícios de curto prazo	241.358	279.946	241.358	279.946
	241.358	279.946	241.358	279.946

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 os gastos com o Revisor Oficial de Contas ascenderam a 59.250 Euros (2010: 59.250 Euros).

### *Saldo e transacções com subsidiárias, associadas e outras participadas*

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, são analisados como segue:

	Activo			Passivo	
	Clientes	Acréscimo de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	-	-	1.907.758	-	(325.072)
Casa da Luz	-	1.330	1.905.103	-	-
Emacom	420	208	-	(590.885)	(550.000)
EEM & BFS	11.903	470	9.149.625	-	-
Teleféricos da Madeira	45.914	-	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	61.444	-	666.256	-	-
	119.681	2.008	13.628.742	(590.885)	(875.072)

Transacções				
Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	Fornecimentos e serviços externos
Enereem	-	-	3.926.734	-
Casa da Luz	(15.505)	-	-	39.525
Emacom	(2.296)	(6.830)	-	258.908
EEM & BFS – Energy, S.A.	(834)	-	-	-
Teleféricos da Madeira	(72.210)	-	(29.474)	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	(128.115)	-	(37.773)	-
	(218.960)	(6.830)	3.926.734	298.433

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias são anulados no âmbito do processo de consolidação, conforme referido na Nota 3.1.

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são analisados como segue:

	Activo			Passivo	
	Clientes	Acréscimo de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	2.875	-	38.863	(1.771.307)	-
Museu - Casa da Luz	2.875	1.297	1.943.051	-	-
Emacom	3.205	108	-	(290.552)	(400.000)
EEM & BFS	-	-	59.984	-	-
Teleféricos da Madeira	11.267	-	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	23.690	-	-	-	-
	43.912	1.405	2.041.898	(2.061.859)	(400.000)

Transacções				
Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	Fornecimentos e serviços externos
Enereem	-	-	-	3.345.247
Museu - Casa da Luz	(17.062)	-	-	38.750
Emacom	(1.834)	(4.658)	-	276.640
Teleféricos da Madeira	(64.284)	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira	(147.153)	-	(44.124)	-
	(230.333)	(4.658)	(44.124)	315.390

## 45. Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias bancárias, são analisados como se segue:

	Grupo		Individual	
	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros	Dez 2011 Euros	Dez 2010 Euros
Garantias bancárias prestadas em nome da EEM	95.000.000	90.000.000	95.000.000	90.000.000
Garantias bancárias prestadas pela EEM	142.780	142.780	142.780	142.780
	95.142.780	90.142.780	95.142.780	90.142.780

A responsabilidade da EEM por garantias bancárias prestadas em seu nome diz respeito a garantias bancárias contratadas junto das seguintes entidades bancárias: Banco Espírito Santo, Banco Português de Investimento, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Santander Totta, em benefício do Banco Europeu de Investimento, no montante de 95.000.000 Euros.

O montante de 142.780 Euros referente a garantias bancárias prestadas pela EEM refere-se essencialmente à garantia bancária em benefício da Câmara Municipal do Funchal – Concurso público do projecto "Comboio do Monte", no montante de 129.147 Euros.

## 46. Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram acontecimentos relevantes após a data de balanço.



# Relatório e Parecer do Fiscal Único



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Exmo. Senhor Accionista da  
**EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e das suas subsidiárias e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o Relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas com quatro reservas e uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e do conjunto das subsidiárias incluídas na consolidação;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O Relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de subsidiárias incluídas na consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 25 de Maio de 2012

#### O FISCAL ÚNICO



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
José Eduardo Urpina Portugal (ROC n.º 1336)



# Certificação Legal das Contas Consolidadas





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 683.251.904 euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da EEM de 133.225.260 euros, incluindo um resultado líquido de 5.649.990 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7.2 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é uma firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.  
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa  
Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na  
O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º  
9093

Matriculada na Conservatória do  
registo Comercial de Lisboa sob o  
N.º PT 502 161 078




- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reservas

- 7 No âmbito das obrigações previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro legal de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais e se define a competência dos Municípios relativamente à iluminação pública rural e urbana e de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) aprovaram, por deliberação das respectivas Assembleias Municipais, com referência a 1 de Janeiro de 2006, a constituição de uma Associação de Municípios para a qual transferiram as responsabilidades relativas à iluminação pública rural e urbana, incluindo a competência para a cobrança de uma taxa única anual pela ocupação do domínio público municipal pelos equipamentos de produção e pelas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM (taxa municipal de ocupação).

Neste contexto, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, que regula a transferência da responsabilidade relativa à iluminação pública rural e urbana do Governo Regional para os Municípios da RAM e que limita a taxa municipal de ocupação.

Tendo em consideração a legislação supra referida, a qual suporta legalmente a exigibilidade e liquidação da referida taxa, a EEM procedeu ao registo, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e em períodos anteriores, de custos com a taxa municipal de ocupação no montante total acumulado de 41.870.212 euros. Considerando o pressuposto de que os custos incorridos com a taxa municipal de ocupação são elegíveis para efeitos da determinação de tarifas de períodos futuros, foram constituídos activos regulatórios no mesmo montante por contrapartida dos resultados dos períodos respectivos.

- 7.1 No final de 2007, e com base na apreciação da proposta de tarifas e preços para 2008 por parte do Conselho Tarifário, a ERSE considerou que a taxa municipal de ocupação relativa ao período de 2006 não deveria ser incluída para efeitos da determinação das tarifas. Na sequência desta decisão, a EEM procedeu, com referência a 31 de Dezembro de 2007, ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos por contrapartida de resultados transitados no montante de 6.027.640 euros, equivalente ao montante da taxa municipal de ocupação registado no período findo em 31 de Dezembro de 2006.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, entendemos que os activos e os passivos da EEM se encontram sobrevalorizados no montante de 6.027.640 euros (2010: 6.027.640 euros), na medida em que a referida provisão deverá ser apresentada como uma redução ao activo.

- 7.2 Relativamente aos períodos de 2007 a 2011, conforme referido nos documentos relativos à determinação das tarifas, a ERSE tem vindo a considerar que é devido à EEM o valor correspondente à liquidação da referida taxa municipal de ocupação, considerando que esta deverá ser imputada aos consumidores da RAM, não devendo ser repercutida e consequentemente suportada de forma equitativa pelos consumidores do Continente e da RAM. Considerando a diferente interpretação da EEM relativamente à repercussão da referida taxa nas tarifas de todos os consumidores nacionais, a ERSE aceitou a proposta da EEM de não reflectir os custos com a taxa municipal de ocupação exclusivamente nas tarifas dos consumidores da RAM.





À data da emissão desta Certificação Legal das Contas ainda não se encontram definidas e implementadas as medidas e os mecanismos que permitem assegurar a forma de recuperação dos activos referentes aos custos com a taxa municipal de ocupação relativa aos períodos de 2007 a 2011, e que ascendem ao montante de 35.842.572 euros. Consequentemente, não nos é possível prever a data em que os valores em dívida serão recebidos e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do período da EEM à data de 31 de Dezembro de 2011.

- 8 Em 27 de Janeiro de 2012, na sequência do pedido de assistência financeira efectuado pelo Governo Regional da Madeira ao Governo da República, foi publicado o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM (Programa), o qual tem como objectivo inverter o desequilíbrio da situação financeira da RAM e garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Este Programa prevê, entre outras medidas, a renegociação da dívida das diversas entidades oficiais regionais, a efectuar por via da celebração de planos de pagamento. Na medida em que a EEM tem registado, na rubrica de Clientes, dívidas de entidades oficiais regionais com antiguidade significativa no montante líquido de 82.862.781 euros, conforme referido na nota 10 do Anexo, as referidas medidas podem afectar a data em que as dívidas serão recebidas. Nesta base, não é possível prever a data de recebimento destas dívidas e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do período da EEM à data de 31 de Dezembro de 2011.

Adicionalmente, a EEM tem registado, na rubrica de Outras contas a receber, valores a recuperar relativos à convergência tarifária de 2009 no montante de 24.173.186 euros bem como valores em dívida por parte do Governo da República relativos à convergência tarifária de 1998 a 2002 no montante de 17.927.983 euros, determinados nos termos do Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica. Considerando que a República Portuguesa se encontra sujeita aos termos do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica celebrado com a Troika, à data da emissão desta Certificação Legal das Contas subsistem por receber montantes significativos e com antiguidade elevada para os quais não é possível prever a data do seu recebimento e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do período decorrente da aplicação do referido Memorando de Entendimento.

- 9 No decorrer do mês de Fevereiro de 2010, ocorreu um temporal na RAM que originou danos significativos nos equipamentos de produção hídrica e nas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM. Em Novembro de 2011, a EEM recebeu uma indemnização de uma seguradora com vista a compensar estas perdas no montante de 3.103.673 euros, tendo procedido ao seu registo por contrapartida de capitais próprios. Este montante encontra-se a ser amortizado por contrapartida de resultados tendo por base a vida útil dos activos participados, pelo que em 31 de Dezembro de 2011, o montante registado em capitais próprios, líquido de efeito fiscal, ascende a 2.289.911 euros. Com referência a 31 de Dezembro de 2011, é nosso entendimento que estas compensações devem ser incluídas nos resultados do período, pelo que os resultados do período então findo se encontram subvalorizados no montante de 2.442.572 euros e a rubrica Outras variações no capital próprio sobrevalorizada no montante de 2.289.911 euros.





### Opinião com reservas

- 10 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.2 e 8 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 7.1 e 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfase

- 11 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que a Certificação Legal das Contas Consolidadas do período findo em 31 de Dezembro de 2010, emitida em 31 de Maio de 2011, incluía uma reserva relativa à reversão de uma provisão constituída no período findo em 31 de Dezembro de 2009, no montante de 3.058.000 euros, tendo por base a expectativa do Conselho de Administração de existência de perdas futuras, a ocorrer em 2010, nas actividades reguladas da EEM.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, e considerando que estas perdas já se encontravam reflectidas nos resultados das actividades reguladas deste período, a EEM reverteu a referida provisão. Assim sendo, com referência a 31 de Dezembro de 2010, considerámos que os resultados do período da EEM se encontravam sobrevalorizados no montante de 3.058.000 euros e os resultados transitados subvalorizados no mesmo montante. Em 31 de Dezembro de 2011, esta situação encontra-se resolvida.

### Relato sobre outros requisitos legais

- 12 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 25 de Maio de 2012



KPMG & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
representada por  
José Eduardo Urpina Portugal (ROC n.º 1336)



# Extracto da Acta da Assembleia Geral

## ACTA NÚMERO VINTE E CINCO

- «Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil e doze pelas quinze horas, reuniu nos termos do disposto no nº1 do artº 373º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal, com o número único 511010435 de pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Funchal. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Srª Drª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice - Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Srª Drª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo e Sr. Engº Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim o único accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de Euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO UM:** Reapreciação da deliberação de distribuição extraordinária de dividendos tomada na Assembleia de 28 de Junho de 2011;

**PONTO DOIS:** Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2011;

**PONTO TRÊS:** Proposta de aplicação de resultados;

**PONTO QUATRO:** Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2011;

**PONTO CINCO:** Apreciação geral da Administração e Fiscalização.

- Aberta a sessão, foi solicitada a presença do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dr. Rui Rebelo que referiu que não obstante ter sido deliberado na última Assembleia Geral de 28 de Junho de 2011, proceder a uma distribuição extraordinária de dividendos de três milhões e quinhentos mil Euros através dos resultados transitados de anos económicos anteriores, a verdade é que dadas as reconhecidas dificuldades económicas e financeiras do país e da região, bem como a escassez de meios monetários em circulação, que redundaram na falta de liquidez de todos os agentes económicos e, muito particularmente, no sector empresarial, não se encontraram reunidas, durante o exercício de 2011, as condições para que a EEM procedesse à referida distribuição ao seu accionista único Região Autónoma da Madeira.
- Depois de analisado este ponto, e face as razões invocadas que justificaram dificuldades permanentes de tesouraria na EEM durante o exercício de 2011, foi deliberado aprovar por unanimidade não proceder à distribuição dos dividendos nos termos deliberados na assembleia de 28 de Junho de 2011, ficando tal deliberação sem qualquer efeito.

- Relativamente aos pontos dois e três, e uma vez presentes os restantes membros do Conselho de Administração, os mesmos começaram por referir que o Relatório e Contas do Exercício do ano 2011 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, pressupôs a não distribuição dos dividendos naquele exercício, tal como foi deliberado no ponto anterior. Prosseguindo, o Conselho de Administração propôs que ao resultado líquido positivo do exercício de 2011, no montante de 5 219 037,13€, seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados: 4 697 133,42€

Reserva de investimento: 521 903,71€

- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprová-los por unanimidade.
- Relativamente ao ponto quatro da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração da EEM apresentou o Relatório e as Contas Consolidadas do Exercício de 2011, com o resultado líquido positivo de exercício, no montante de 5 736 788,12€, que depois de analisados foi deliberado aprová-los por unanimidade.
- No que respeita ao ponto cinco, a accionista Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes reiterou a confiança concedida à Administração desta Empresa extensiva também à Fiscalização da mesma.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»

